



**Representações de vinculação dos pais e práticas de punição física perante
comportamentos de desobediência de crianças em idade pré-escolar e escolar
(3 aos 10 anos)**

Catarina Isabel Marques Henriques

Orientador de Dissertação:

Professora Doutora Maryse Guedes

Professor de Seminário de Dissertação:

Professora Doutora Manuela Veríssimo

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:

MESTRE EM PSICOLOGIA

Especialidade em Psicologia e Psicopatologia do Desenvolvimento

2024

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação da Professora Doutora Manuela Veríssimo e da Prof. Doutora Maryse Guedes, apresentada no Ispa – Instituto Universitário para obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicologia e Psicopatologia do Desenvolvimento

Agradecimentos

A presente dissertação espelha o encerrar de um ciclo de cinco anos, pautado por inúmeras aprendizagens, reflexões, alegrias, mas acima de tudo, de crescimento. Esta etapa foi partilhada com diversas pessoas que, de forma muito distinta, marcaram o meu percurso. E como agradecer é uma boa forma de iniciar e terminar algo, quero agradecer a todos aqueles que me acompanharam nesta jornada.

Agradecer à Professora Doutora Maryse Guedes, a minha orientadora e mentora, que me acompanhou desde o primeiro até ao último dia, que me apoiou incondicionalmente em todas as minhas decisões. Ao longo de dois anos, ajudou-me a crescer, evoluir e acima de tudo, através da sua calma, paciência e persistência nunca me permitiu desistir, mesmo nos momentos mais difíceis. Agradeço do fundo do coração por ter sempre acreditado em mim e no meu projeto, por me ensinar que errar faz parte do processo e que passinho a passinho tudo se consegue. Obrigada pelo apoio incondicional que me deu, por toda a preocupação que demonstrou para comigo neste processo, sem si não teria concluído esta fase tão importante.

Agradecer à Professora Doutora Manuela Veríssimo por todo o conhecimento e ensinamentos partilhados. Pela força que me deu para continuar e lutar por mim e pelo meu projeto mesmo nos dias em que nada parecia fazer sentido, mas que com o seu doce sorriso transpareceu motivação e que no final tudo daria certo.

Não podia deixar de agradecer, também, a todos os professores incríveis que me acompanharam nesta jornada, por todo o conhecimento partilhado, por me proporcionarem apaixonar-me cada vez mais pelo mundo que é a psicologia.

Agradecer à minha família por me apoiar incondicionalmente, por ter acreditado em mim, mesmo nos piores dias, estarem sempre ao meu lado a lutar comigo e nunca me deixarem cair. Um obrigada especial ao meu namorado que foi o meu pilar e me apoiou todos os dias incansavelmente, que me deu força para continuar e lutar pelos meus sonhos.

Agradecer a todos os meus amigos que direta ou indiretamente foram uma parte integrante e imprescindível do meu percurso, obrigada à Marta e à Márcia que nos últimos cinco anos se tornaram as minhas luzinhas e estrelas guia, à Sofia e à Catarina, que tornaram estes dois anos incríveis, obrigada por me ouvirem e me acolherem em todos os momentos, por me apoiarem incondicionalmente todos os dias e por serem um exemplo incrível de persistência e resiliência. Sem todos vocês esta jornada não teria sido tão bonita e gratificante. A todos vocês, levo-vos comigo para a vida.

Agradecer a todas as mães que tiraram um momento do seu dia para participar nesta investigação, agradecer às escolas que me abriram portas para fazer a recolha e por acreditarem no potencial da minha investigação, sem eles não teria sido possível realizar este projeto, o meu profundo agradecimento.

Por fim, queria agradecer a esta Instituição que chamei de casa nos últimos dois anos e que me ensinou tanto e me proporcionou tanto. Obrigada a esta grande academia.

Resumo

A punição física é uma forma de violência contra as crianças, condenada em vários países. A investigação examinou os correlatos sociodemográficos da punição física. Continuam por clarificar as associações entre as representações de vinculação maternas e a punição física em amostras comunitárias, especialmente em Portugal. Esta dissertação procurou (1) descrever as atribuições, reações emocionais e práticas disciplinares maternas perante comportamentos de desobediência, em função do sexo e faixa etária da criança, e (2) investigar as associações entre representações de vinculação maternas e as atribuições, reações emocionais e práticas disciplinares maternas. Participaram 133 mães de crianças entre os 3 e os 10 anos que preencheram *online* a *Escala de Experiências Próximas* e as *Vinhetas de Comportamento de Desobediência das Crianças*. As mães de crianças em idade escolar relataram atribuições e reações emocionais mais negativas e práticas verbalmente (mas não fisicamente) mais punitivas do que as mães de crianças em idade pré-escolar. Contrariamente à literatura, a propensão das mães para recorrer a práticas fisicamente punitivas foi mais elevada para as raparigas do que para os rapazes em contexto privado. Os relatos de ansiedade, especialmente na relação com o pai, associaram-se a uma menor propensão para recorrer a práticas verbalmente mais punitivas. Os relatos de evitamento, especialmente na relação com a mãe, associaram-se a uma menor propensão para considerar os comportamentos como graves, descrever reações emocionais negativas e recorrer à retirada de privilégios. Estes resultados parecem reforçar a necessidade de estudos em amostras comunitárias e de intervenções desenvolvimentalmente e contextualmente sensíveis.

Palavras-chave: Punição Física; Vinculação do Adulto; Idade Escolar; Idade Pré-Escolar

Abstract

Physical punishment is a form of violence against children that is condemned in many countries. Research has examined the sociodemographic correlates of physical punishment. The associations between maternal attachment representations and physical punishment in communitary samples continue to be clarified, especially in Portugal. This dissertation aimed to (1) describe the maternal attributions, emotional reactions and disciplinary practices toward misbehaviors, according to children's sex and age, and (2) investigate the associations between maternal attachment representations and maternal attributions, emotional reactions and disciplinary practices. One hundred and thirty-three mothers of children aged 3 to 10 years completed *online* the *Experiences in Close Relationships* and the *Vignettes of Children's Misbehaviors*. Mothers of school-aged children reported more negative attributions and emotional reactions and more verbally (but not physically) punitive practices than mothers of preschool children. Contrary to the literature, the proneness of mothers to use physically punitive practices was higher for girls than for boys. Maternal reports of anxiety, especially in the relationship with the father, were associated with a lower proneness to use more verbally punitive practices. Maternal reports of avoidance, especially in the relationship with the mother, were associated with a lower proneness to consider misbehaviors as severe, to describe negative emotional reactions and to use privileges' removal. These findings appear to support the need of further research in community samples and of developmentally and contextually sensitive interventions.

Keywords: Physical Punishment; Adult Attachment; School Age; Preschool Age

Índice

Enquadramento Teórico.....	1
Estilos parentais e práticas parentais	1
Práticas de Punição Física.....	4
Consequências da Punição Física.....	7
Fatores que se associam às práticas de punição física.....	10
Contexto de interação pais-criança.....	10
História desenvolvimental de maus-tratos ou castigos físicos nos pais	12
Representações de vinculação do adulto	15
Associações entre as representações de vinculação dos pais e a perpetuação de práticas de punição física	18
Objetivos	20
Hipóteses.....	21
Método	22
Participantes	22
Procedimentos	22
Instrumentos.....	23
Ficha de Dados Sociodemográficos	23
Escala das Experiências nas Relações Próximas - Estruturas Relacionais.....	24
Vinhetas de Comportamentos de Desobediência das Crianças	24
Análise de dados.....	26
Resultados.....	26
Discussão	52
Limitações.....	61
Referências	65

Índice de Tabelas

Tabela 1. Atribuições causais e reações emocionais maternas em relação à desobediência física e verbal em contexto privado e público, em função do sexo e da faixa etária da criança	28
Tabela 2. 35Práticas disciplinares em relação à desobediência física em contexto privado, em função do sexo e da faixa etária da criança	35
Tabela 3. 38Práticas disciplinares em relação à desobediência verbal em contexto privado, em função do sexo e da faixa etária da criança	38
Tabela 4. 41Práticas disciplinares em relação à desobediência física em contexto público, em função do sexo e da faixa etária da criança	41
Tabela 5. 44Práticas disciplinares em relação à desobediência verbal em contexto público, em função do sexo e da faixa etária da criança	44
Tabela 6. 50Correlações entre as representações de vinculação do adulto (ansiedade e evitamento) em relação à mãe e ao pai, atribuições de gravidade e intencionalidade, reações emocionais e práticas disciplinares em relação à desobediência física e verbal em contexto privado e público.....	50

Enquadramento teórico

Estilos parentais e práticas parentais

A família é o primeiro contexto social onde a criança se insere. É na família que a criança aprende a forma como se deve relacionar, bem como aspetos comportamentais, emocionais e intelectuais (Maia & Soares, 2019).

Baumrind (1968) postulou que os pais possuem um papel essencial na socialização das crianças, uma vez que os seus valores e crenças ajudam a definir padrões de afeto e valores nas crianças. Ademais, a mesma autora (Baumrind, 1968) afirmou que o processo de socialização ocorre de uma forma dinâmica, isto é, o estilo parental utilizado leva a uma variação na abertura das crianças face à tentativa dos pais para que estas socializem.

Os estilos parentais caracterizam-se por atitudes que os pais apresentam face à criança, que são demonstradas através de práticas comportamentais (Darling & Steinberg, 1993). Assim, os estilos parentais ajudam a criar o clima emocional em que o comportamento dos pais é expresso, isto é, o conjunto de práticas, atitudes e expressões não-verbais por parte do cuidador que influenciam a interação que a criança tem com o adulto no decorrer de determinadas situações (Darling & Steinberg, 1993). Baumrind (1967, 1971) postulou a existência de três estilos parentais distintos: (1) o autorizante/democrático, (2) o autoritário, e (3) o permissivo.

No estilo autorizante/democrático (o estilo ideal para a autora), os pais exercem um controlo firme mas afetuoso, caloroso e responsivo face às necessidades da criança (Baumrind, 1966, 1967, 1971; Cardoso & Veríssimo, 2013). Por oposição, pais com estilo autoritário apresentam níveis reduzidos de afetividade e responsividade, elevado controlo e restritividade, sendo que os cuidadores tentam influenciar, moldar, controlar e avaliar o comportamento e atitudes da criança, de acordo com um padrão absoluto (Baumrind, 1966, 1967, 1971). No estilo permissivo, os pais apresentam uma atitude de tolerância e de aceitação face aos impulsos, desejos e ações das crianças, sendo que não existe um controlo excessivamente restrito face ao comportamento da criança (Baumrind, 1967, 1971). Neste estilo parental, os pais adotam uma postura pouco punitiva, permitindo às crianças regular o seu próprio comportamento e tomar as suas próprias decisões e estabelecendo poucas regras (Baumrind, 1967, 1971). Tanto os pais com um estilo permissivo como os pais com um estilo autoritário, fazem poucas exigências do ponto de vista da maturidade e comunicam de uma forma pouco eficaz (Baumrind, 1967; Cardoso & Veríssimo, 2013).

Após esta concetualização inicial, Maccoby e Martin (1983) e Baumrind (1991) distinguiram os estilos parentais em relação a duas dimensões: (1) a exigência, e (2) a responsividade. A primeira dimensão refere-se ao número e ao tipo de exigências feitas pelos pais (Maccoby & Martin, 1983), às exigências de maturidade, à supervisão, disciplina e prontidão para confrontar a criança quando existem comportamentos de desobediência (Baumrind, 1991; Baumrind et al., 2010; Cardoso & Veríssimo, 2013). A segunda dimensão caracteriza-se pelo reforço contingente, controlo ou sensibilidade e adaptação aos sinais, estados e necessidades da criança (Maccoby & Martin, 1983), à forma como os pais de um modo intencional promovem a individualidade, a auto-regulação e a auto-afirmação da criança através da promoção de apoio, afeto, suporte emocional, complacência e sintonia face as necessidades e exigências da criança (Baumrind, 1991; Baumrind et al., 2010; Cardoso & Veríssimo, 2013). Tendo por base estas dimensões, os pais autorizantes apresentam níveis elevados de ambas as dimensões, enquanto os pais autoritários apresentavam apenas valores elevados na dimensão da exigência com uma responsividade reduzida (Maccoby & Martin, 1983). Ademais, Maccoby e Martin (1983) e Dornbush et al. (1987) distinguiram dois padrões distintos de baixa exigência: (1) pais do tipo indulgente, responsivos, mas pouco exigentes; e (2) pais do tipo negligente, com valores reduzidos em ambas as dimensões (Cardoso & Veríssimo, 2013). No mesmo sentido, Baumrind (1989, 1991) identificou um estilo rejeitante-negligenciador, enquadrado num padrão de não-envolvimento, caracterizado pela existência de uma baixa responsividade e baixa exigência (Cardoso & Veríssimo, 2013).

Em síntese, os estilos parentais podem ser definidos como o clima e a atitude existentes na interação entre os pais e os seus filhos (Darling & Steinberg, 1993). Os estilos parentais distinguem-se das práticas parentais parentais que, por sua vez, podem ser entendidas como “comportamentos parentais definidos por conteúdos específicos e objetivos da socialização” (Darling & Steinberg, 1993, p. 492). Por outras palavras, as práticas parentais remetem para as estratégias específicas ou mecanismos que os pais utilizam para ajudar os seus filhos a conseguir atingir objetivos em termos de socialização, influenciando o desenvolvimento de comportamentos específicos e a aquisição de valores por parte das crianças (Darling & Steinberg, 1993; Grusec & Goddnow, 1994).

Cada família adota práticas educativas diferentes, na medida em que os pais diferem quanto ao conhecimento sobre o processo de desenvolvimento infantil (Maia & Soares, 2019), aos recursos psicológicos, às suas crenças e valores, ao contexto onde se inserem, às dinâmicas conjugais e às suas vivências de infância (Marín, 2011). Especificamente, a parentalidade é

uma das tarefas mais complexas e desafiantes do ser humano (Kane, 2005), sendo moldada e influenciada por múltiplos fatores, nomeadamente processos biológicos, atributos de personalidade, características reais ou percebidas das crianças, e influências contextuais, tal como fatores sociais, antecedentes familiares e estatuto socioeconómico (Belsky & Jaffee, 2015; Bornstein, 2016). Quando um ou mais desses subsistemas estão comprometidos, aumenta a probabilidade de uma parentalidade desadaptativa, que se pode manifestar sob a forma de práticas de punição física (Cicchetti & Valentino, 2015).

De acordo com Gulliford et al. (2015), os pais que proporcionam uma comunicação aberta, onde existe expressão de afeto e uma educação baseada na resolução de problemas, socialização e controlo do comportamento das crianças de um modo construtivo, proporcionam à criança práticas parentais positivas. Neste sentido, quando são exercidas práticas parentais positivas, maior o bem-estar, tanto emocional como social, da criança, a qualidade da relação pais-criança e, conseqüentemente, maior é o desenvolvimento de competências de resolução de problemas por parte da criança (Begle & Dumas, 2010). Por oposição, quando existe uma educação baseada em castigos físicos e negligência, as competências sociais e emocionais das crianças podem ficar comprometidas, sendo que, assim, estas práticas parentais são consideradas negativas (Asscher et al., 2008; Schmidt et al., 2016).

A escolha das práticas parentais e a sua efetividade podem contribuir para a redução dos comportamentos inadequados nas crianças, como a diminuição das birras, da agressividade e dos comportamentos de oposição (Guisso et al., 2019). Entre as práticas parentais que os pais escolhem, encontram-se as práticas disciplinares que têm como objetivo levar a criança a conformar-se voluntariamente com valores e ações morais, tais como a inibição do comportamento agressivo, a preocupação e consideração pelos outros, a ajuda, a generosidade ou o alcance de resultados, tais como o sucesso, as competências sociais e a maximização do potencial da criança (Grusec et al., 2017). Segundo Grusec et al. (2017), as práticas disciplinares pressupõem a aplicação de conseqüências para ajudar as crianças a aprender regras e valores. Estas conseqüências incluem a promoção da reflexão (especialmente relativamente ao impacto dos comportamentos inapropriados nos outros), mas também comportamentos caracterizados pelo poder assertivo, tais como a desaprovação verbal, a indução de culpa ou vergonha, a retirada de afeto, de privilégios ou de recompensas materiais e a punição física (Grusec et al., 2017).

No mesmo sentido, Hoffman (1960) distinguiu duas formas que os pais utilizam para alterar os comportamentos dos seus filhos: (1) a disciplina indutiva, e (2) a disciplina coersiva.

Na disciplina indutiva, os pais utilizam as explicações, de modo a que a criança altere voluntariamente o seu comportamento. Neste sentido, através da utilização do diálogo, os pais comunicam com os filhos o desejo de que estes modifiquem o seu comportamento e, deste modo, induzem a criança a obedecer direcionando a sua atenção para as consequências do seu comportamento (Hoffman, 1975). Por outro lado, na disciplina coerciva, é utilizada a coerção, isto é, os pais recorrem à ameaça ou à utilização direta de força, punição física e/ou privação de privilégios. Neste caso, ocorre o reforço do poder parental, fazendo com que haja um controlo do comportamento da criança através da utilização da ameaça e/ou de sanções externas (Hoffman, 1960, 1975).

Práticas de Punição Física

No âmbito da disciplina coerciva, a utilização da punição física pelos pais no que concerne à educação das crianças tem sido alvo de muita atenção por parte da psicologia do desenvolvimento, devido às repercussões que esta pode vir a ter ao nível da saúde mental, física e comportamental das crianças (Afifi et al., 2012; Deater-Deckard et al., 2003; Gershoff, 2002; Gershoff & Grogan Kaylor, 2016).

Ao longo dos anos, foram vários os investigadores e entidades que se debruçaram sobre a melhor forma de definir o ato de punição física/corporal. A punição física caracteriza-se pelo “uso de força física com a intenção de causar dor” (Committee on the Rights of the Child, 2006, Observação Geral N°8, p. 4), “mas não ferimentos, a uma criança para efeitos de correção ou controlo do seu comportamento” (Straus, 1994, p. 4, citado por Straus & Stewart, 1999). Straus (2001) considera que a punição física é definida como a forma mínima de violência física, de um modo legal e socialmente aceite. Esta prática disciplinar é utilizada pelos pais com o objetivo de punir o comportamento inapropriado da criança e reduzir a recorrência desse comportamento no futuro (Gershoff, 2013). Contudo, a utilização da punição física, como ato isolado, não ensina as crianças que o seu comportamento é inapropriado ou o que devem fazer ao invés daquele comportamento (Hoffman, 1983). Além disso, a dor física sentida pela criança pode gerar confusão, medo, raiva e tristeza, uma vez que punição física é aplicada por alguém que elas amam e respeitam (Gershoff, 2013). Esta definição sugere assim a existência de três critérios importantes, sendo estes: (1) a presença de uma relação de poder; (2) a natureza dos actos cometidos (que podem ser físicos, sexuais e/ou psicológicos); e (3) as consequências, potenciais ou reais, para a criança (Clément & Chamberlan, 2014).

A punição física é penalizada em vários países através da legislação, uma vez que esta prática decorre de uma ação de violência contra as crianças. Contudo, estima-se que, a nível

mundial, mais de 60% das crianças ainda são punidas fisicamente pelos seus cuidadores (Cuartas et al., 2019b). Ou seja, existem pais que continuam a utilizar esta estratégia disciplinar, baseada em força física, com o objetivo de corrigir comportamentos indesejados da criança (Gershoff, 2008).

Segundo Crittentent (2005), a utilização da punição física, enquanto castigo, pelos pais pode variar, em função de quatro fatores: (1) a adequação das expectativas individuais dos pais à fase de desenvolvimento da criança, (2) a severidade da punição física, (3) a previsibilidade da punição física, e (4) a história desenvolvimental dos pais (Crittentent, 2005).

Em primeiro lugar, Crittentent (2005) estabelece que existem casos em que a punição física é utilizada porque os pais têm exigências que vão para além da capacidade de as crianças de darem respostas, em função da sua fase de desenvolvimento. São exemplos de expectativas parentais desadequadas: esperar de um bebé que iniba o choro ou não leve objetos à boca; pedir a uma criança de idade pré-escolar que compreenda ideias ou pedidos complexos; ou induzir regras ou ideais a uma criança em idade escolar que vai além da sua capacidade mental de compreender ou aceitar.

Em segundo lugar, Crittentent (2005) reconhece que existem diferenças individuais no grau de severidade em que os pais utilizam esta estratégia disciplinar, podendo recorrer a práticas de punição física mais ou menos severas. A utilização da punição física mais severa nos primeiros meses de vida pode conduzir a que as crianças inibam o seu comportamento, tornando-se potencialmente mais rígidas, menos capazes de interagir com o contexto, de aprender e de se adaptar a novas experiências. Quando a punição mais severa é utilizada de forma frequente, as crianças podem aprender a obedecer por medo do castigo, de tal modo que limita o seu comportamento exploratório, foca a sua atenção na antecipação e no cumprimento das exigências dos cuidadores e resulta numa dificuldade em aprender a lidar com as situações de modo independente. Em idade escolar, estas crianças podem ter tendência a manter a obediência face a adultos mais agressivos e poderosos, demonstrando, contudo, agressividade face a colegas mais vulneráveis. Em consequência, a utilização da punição física severa pode perturbar o diálogo e a qualidade da relação pais-criança que são imprescindíveis para a aprendizagem da criança, podendo, assim, resultar em comportamentos rígidos por parte da criança, nas suas relações e, em casos extremos, em comportamentos disruptivos ou submissos.

Em terceiro lugar, os pais também variam no grau de previsibilidade com que recorrem à punição física como estratégia disciplinar (Crittentent, 2005). Quando utilizam a punição física de uma forma inconsciente e imprevisível, sem que exista uma estrutura lógica

para que a punição seja aplicada e para que possa ser compreendida pela criança, as crianças podem apresentar uma de duas respostas. Perante uma punição física imprevisível leve e/ou moderada, as crianças tendem a não compreender o seu propósito, o que pode contribuir para exacerbar a sua indisciplina e o seu comportamento provocatório. Em contraste, a punição imprevisível severa pode levar a que as crianças inibam todos os seus comportamentos e passem a adotar uma postura de desconfiança e de cautela (Crittenden, 2005).

Por último, os pais diferem na forma como aprenderam a integrar a informação de origem afetiva e as regras cognitivamente construídas de comportamento ao longo da sua história desenvolvimental (Crittenden, 2005). Com base nestes esquemas mentais, os pais distinguem-se na forma como respondem aos sinais afetivos dos seus filhos e no grau em que permitem o modo como estes expressem os seus sentimentos negativos. Quando estes sentimentos se tornam o principal foco de atenção dos pais e quando estes são vividos mas a sua manifestação não é permitida, existe o risco de uma utilização excessiva, indiscriminada e inconsistente da punição física. Tal pode ser especialmente aparente em contextos em que a punição física é socialmente aceite para as infrações, conduzindo a um comportamento parental baseado em regras rígidas.

A punição física e o abuso físico encontram-se frequentemente interligados (Gershoff, 2002), sendo que, muitas vezes, ambos os conceitos são confundidos, havendo assim a necessidade da sua clarificação. Contudo, apesar da extensa literatura ainda não existe um consenso quanto às definições de punição, de abuso físico e as suas diferenças (Smith, 2006). Para Gershoff (2002), todos os comportamentos que não levam a lesões físicas significativas são considerados punição física, como palmadas e bofetadas. A mesma autora considera que os comportamentos que conduzem a lesões, implicam que seja exercida alguma forma de agressão sobre a criança podendo ser considerados maus-tratos físicos ou abuso físico, como é o caso de socos, murros, sacudidelas, mordidelas, pontapés, queimaduras ou outras formas de agressão (Gershoff, 2002). Neste caso, o cuidador pode não ter o intuito de magoar a criança, mas as lesões que provoca nesta podem ser resultado de excesso de disciplina ou de punição física (Gershoff, 2002; Gershoff & Grogan-Kaylor, 2016). Assim, o que leva à distinção entre pais abusivos e não-abusivos é a severidade e a frequência com que usam a punição física com os seus filhos e se esta tem o propósito de correção ou não (Gershoff, 2002; Smith, 2006). Deste modo, a redução do recurso à punição física (nomeadamente à palmada) pelos pais pode contribuir para reduzir o número de crianças que sofrem anualmente de maus-tratos físicos (Gershoff, 2013).

Consequências da Punição Física

Os efeitos que a punição física pode causar nas crianças ao longo do desenvolvimento têm sido amplamente estudados e discutidos ao longo dos anos, sendo que continua a existir algum debate em relação aos efeitos da punição física nas crianças (Larzelere & Kuhn, 2005).

Neste sentido, emergiram duas perspectivas distintas na literatura em relação às consequências da punição física (Rancheiro, 2022). Por um lado, alguns autores defendem que existem algumas formas de aplicação da punição física que podem ser eficazes, ou pelo menos, não tão prejudiciais para as crianças, contribuindo para o cumprimento mais imediato de regras (Larzelere & Kuhn, 2005). Ademais, estes autores defendem que opor-se à punição física pode levar à fragilização das famílias, mais do que ajudá-las, sendo, nesse sentido, importante promover alternativas de disciplina mais eficazes (Larzelere et al., 2019). Em consonância com esta perspectiva, Larzerele et al. (1998) demonstraram que a eficácia da utilização do raciocínio indutivo (i.e., descrição das consequências dos comportamentos e procura ativa de justificação das razões da transgressão) varia em função da utilização isolada ou combinada desta com a punição. Os mesmos autores observaram um aumento dos comportamentos disruptivos aos 4 anos de idade quando os pais utilizam o raciocínio indutivo com frequência, sem combiná-lo com a punição (Larzerele et al., 1998). Concluíram, assim, que existe uma diminuição dos comportamentos disruptivos quando os pais começam a utilizar o raciocínio indutivo com maior frequência, combinado com a punição ou com a utilização de castigos, quando necessário.

No mesmo sentido, Larzerele (2000) demonstrou que a utilização da palmada é eficaz na redução dos comportamentos indesejados quando não é utilizada de uma forma abusiva, mas de forma mais pontual, esporádica e quando é complementada por técnicas mais brandas e calorosas, tais como a utilização do raciocínio. De acordo com Larzerele (2000), a combinação das duas formas de estratégias disciplinares contribui para a diminuição da utilização exclusiva da punição física. Por oposição, a utilização exclusiva da punição física pode levar a efeitos contrários ao expectável (Larzerele, 2000) e a utilização excessiva de palmadas associa-se a resultados desenvolvimentais negativos (Larzerele, 2005).

Numa meta-análise, Larzelere e Kuhn (2005) concluíram que nenhuma forma de castigo físico se encontra mais fortemente associada ao desenvolvimento de competências do que o recurso a estratégias alternativas de disciplina. Especificamente, estes autores verificaram que o castigo físico não favorece o desenvolvimento positivo, mas inibe o comportamento inadequado, sendo que a utilização de punição física se encontra significativamente associada

à redução do incumprimento de regras e à diminuição do comportamento antissocial por comparação com estratégias disciplinares alternativas (Larzelere & Kuhn, 2005). Esta meta-análise, demonstrou ainda que a utilização de punição física severa e proeminente enquanto estratégia disciplinar, se associou a resultados desfavoráveis em comparação com a utilização de estratégias disciplinares alternativas (Larzelere & Kuhn, 2005).

Contrariamente a esta perspetiva, existem evidências científicas que demonstram que a disciplina física é menos eficaz do que métodos positivos menos violentos, encontrando-se associada a resultados adversos no que concerne ao desenvolvimento, bem-estar e à saúde mental das crianças (D'Souza et al., 2017; Gershoff & Grogan-Kaylor, 2016). De forma mais específica, evidências científicas demonstraram que crianças e adolescentes que foram punidos fisicamente apresentam níveis mais elevados de comportamentos de externalização (e.g., agressividade, hiperatividade e desatenção), comportamentos de internalização (e.g., ansiedade), menores níveis de comportamentos pró-sociais e menores competências de vocabulário recetivo, a curto e a longo prazo (Alampay et al., 2017; Avezum et al., 2023; Cuartas et al., 2020; Gershoff, 2016; Gershoff et al., 2018; Hellmann et al., 2015; Kim & Jung, 2019; Wiggers & Paas, 2022).

No que concerne ao contexto familiar, estas crianças e adolescentes tendem a apresentar uma relação menos positiva, menos calorosa e mais negativa com os pais (Afifi et al., 2006, Gershoff, 2002; Gershoff, 2013) e a experienciar stress crónico indesejado, devido ao sentimento de falta de proteção e apoio por parte dos cuidadores (Shonkoff, 2012). Deste modo, ao serem agredidas por alguém que amam, as crianças experienciam sentimentos de impotência, desconfiança e de confusão, na medida em que o cuidador é simultaneamente uma fonte de conforto face ao stress e uma fonte geradora de stress (Gershoff, 2016). De acordo com a teoria da aprendizagem social (Bandura, 1986) e a teoria da vinculação (Bowlby, 1980), os castigos físicos dos cuidadores modelam a agressividade e perturbam a construção de vínculos seguros entre os cuidadores e as crianças. De facto, quando são punidas fisicamente, as crianças e os adolescentes apresentam uma maior probabilidade de afastamento do cuidador, devido à dor física infligida e sentem a necessidade de escapar deste estímulo doloroso (Gershoff, 2002). Assim, os castigos físicos podem gerar sentimentos de raiva, frustração e ressentimento em relação aos cuidadores (Durrant & Ensom, 2012). O medo da dor e os sentimentos de raiva emergentes podem contaminar a relação entre o cuidador e a criança, perturbando o estabelecimento da relação de vinculação e aumentando, conseqüentemente, a probabilidade de a criança sofrer de problemas comportamentais e internalizantes (Gershoff,

2002). Neste sentido, alguns estudos têm sugerido que as crianças expostas a um elevado risco de sofrer punição física e maus-tratos apresentam uma maior propensão para desenvolver padrões de vinculação inseguros e/ou desorganizados (Cyr et al., 2010).

Ademais, as reações desafiantes e agressivas que as crianças podem demonstrar face à punição física perpetuada pelos pais mostraram ser preditoras de comportamentos parentais ainda mais hostis e da intensificação da utilização da punição física ou abuso físico (Ma et al., 2022). Por conseguinte, as crianças expostas à punição física encontram-se em risco acrescido de serem vítimas da escalada da punição física para o abuso físico (Alampay et al., 2017; Cuartas et al., 2020; Gershoff et al., 2018; Hellmann et al., 2015).

Por outro lado, o desgaste cumulativo do stress fisiológico (ou seja, a carga alostática) e as interações menos positivas com os cuidadores que as crianças e adolescentes podem sofrer quando são punidos fisicamente podem contribuir para a compreensão das associações desta estratégia disciplinar com problemas de saúde mental e dificuldades neurocognitivas (Rogosch et al., 2011). De facto, o stress crónico e a angústia provocada pela punição física podem inibir o comportamento exploratório das crianças, comprometer a estrutura e funcionamento cerebral (Cuartas et al., 2021) e afetar negativamente a estimulação e o desenvolvimento das suas competências cognitivas (Smith, 2006; Straus, 2001; Straus & Paschall, 2009) e de regulação emocional, comportamental e atencional, impactando as suas atividades quotidianas, nomeadamente as atividades académicas (Cuartas et al., 2020; Gershoff, 2016).

Além disso, as práticas de punição física podem limitar a internalização moral (Gershoff, 2016; Gershoff & Grogan-Kaylor, 2016; Smith, 2006), aumentando a probabilidade das crianças utilizarem a violência nas suas relações interpessoais (Vygotsky, 1978, citado por Smith, 2006) e repetir o comportamento coersivo como forma de resolução de conflitos entre pares (Patias et al., 2012). São vários os estudos que evidenciaram que a exposição a práticas de punição física aumentam a probabilidade de comportamentos antissociais, criminosos, violentos, ofensivos em relação aos outros (Durant & Ensom, 2017; Fergusson & Lynskey, 1997; Gershoff, 2002; Gershoff, 2013; Pinderhughes et al., 2000; Straus & Yodanis, 1996; Straus et al., 1997), de perpetuar abuso contra parceiros românticos e filhos (Alampay et al., 2017; Cuartas et al., 2020; Gershoff et al., 2018; Hellmann et al., 2015) e de desenvolver comportamentos de risco, tais como o abuso de substâncias (Afifi et al., 2006; Fergusson & Lynskey, 1997; Lau et al., 2005) ou comportamentos suicidários (Fergusson & Lynskey, 1997; Gershoff et al., 2018).

Do ponto de vista das diferenças de sexo, Fang et al. (2015) mostraram que as raparigas apresentam um maior risco de desenvolver mais problemas (i.e., consumo excessivo de álcool, auto-mutilação, doenças sexualmente transmissíveis, perturbações mentais, violência por parte do parceiro romântico e lesões moderadas na sequência de violência íntima) em consequência da exposição à punição física na infância por comparação com os rapazes (i.e., tabagismo, consumo excessivo de álcool, lesões moderadas na sequência de violência íntima).

Em síntese, os resultados da evidência científica derivados da segunda perspetiva em relação às consequências da punição física parecem mostrar que a exposição a esta prática disciplinar coloca as crianças e os adolescentes em risco acrescido de sofrer lesões físicas graves e de apresentar resultados maladaptativos ao nível do desenvolvimento emocional e cognitivo (Durrant & Ensom, 2017; Patias et al., 2012). Esta prática disciplina associa-se ainda a uma probabilidade acrescida de desenvolver problemas de saúde mental que podem comprometer o ajustamento saudável (Cuartas et al., 2019a; Gershoff, 2016), sendo que a maior parte destas consequências pode persistir em idade adulta (Clément & Chamberland, 2014).

Fatores que se associam às práticas de punição física

Partindo do modelo bioecológico (Bronfenbrenner, 1977; Bronfenbrenner & Morris, 2007), o modelo processual-contextual proposto por Gershoff (2002) estabelece que os fatores contextuais, organizados em vários níveis de influência, podem ser preditores da utilização da punição física. Segundo este modelo, o contexto de interação pais-criança (i.e., características do comportamento inapropriado da criança e reações emocionais que espoleta) e o contexto individual e relacional mais estável (i.e., características da criança, do agregado familiar e dos pais) são fatores contextuais que podem predizer a utilização da punição física.

Contexto de interação pais-criança

Quanto ao contexto de interação pais-criança, as *características do comportamento da criança* são um dos fatores que tem sido associados às práticas de punição física (Gershoff, 2002). Especificamente, o recurso à punição física é mais frequente quando o comportamento inapropriado da criança acarreta riscos para a segurança (Gershoff et al., 1999), quando os pais consideram que a criança é culpada ou responsável pelo mau comportamento, que este é intencional e/ou quando existe uma escalada de desobediência por parte da criança após a repreensão dos pais (Ateah & Durrant, 2005; Rodriguez & Sutherland, 1999; Gershoff et al., 1999; Graziano & Namaste, 1980; Holden et al. 1995, 1999; Peterson et al., 1994; Ritchie, 1999). No mesmo sentido, a meta-análise recente de Camilo et al. (2020) concluiu que, de

modo geral, os pais que recorrem à punição física e que são tendencialmente mais abusivos tendem a fazer atribuições mais enviesadas sobre o comportamento dos seus filhos (i.e., consideram que estes se devem a fatores internos, estáveis e intencionais) e interpretam-nos de um modo mais negativo, ou seja, como mais errados e reflexo da culpa da criança.

As emoções espoletadas pelo mau comportamento da criança também mostraram associar-se à utilização de práticas de punição física (Gershoff, 2002), uma vez que têm impacto na forma como os pais percecionam este comportamento (Dix, 1991). Quando os pais se encontram emocionalmente perturbados (e.g., emoções de raiva ou frustração), tendem a fazer atribuições negativas face a comportamentos desadequados dos seus filhos. Consequentemente, tornam-se mais propensos a utilizar uma forma de poder como resposta a esses comportamentos, tal como a punição física (Ateah & Durrant, 2005; Dix et al., 1990; Jackson et al., 1998; Milner, 1983, 2000; Perterson et al., 1994; Pinderhughes et al., 2000; Russa et al., 2014), fazendo-o, geralmente, de forma pouco planeada e intencional (Straus & Mouradian, 1998).

Contexto individual e relacional mais estável. Quanto ao contexto individual e relacional mais estável, os estudos que examinaram *as características da criança* mostraram que a frequência da utilização e a severidade da punição física nos pais de crianças entre os 5 e os 8 anos do que nos pais de crianças com menos de 5 anos, adolescentes e raparigas (Day et al., 1998; Straus & Stewart, 1999). De acordo com Day et al. (1998), existe ainda uma diminuição do uso da punição física à medida que a criança vai crescendo, nomeadamente na adolescência. A investigação também demonstrou que os rapazes são mais fisicamente punidos por comparação com as raparigas (Anwar et al., 2020; Nho & Seng, 2017;). Esta diferença pode ser explicada devido à forma como os rapazes ainda são vistos pela sociedade, uma vez que, tradicionalmente é expectável que os rapazes demonstrem ser mais corajosos e resistentes do que as raparigas (Nho & Seng, 2017). As práticas punitivas são mais frequentemente utilizadas em crianças muito ativas, com menores competências de autorregulação e que evidenciam mais comportamentos agressivos (Gershoff, 2002; Huston, 1983), bem como em crianças que apresentam comportamentos externalizantes (Lansford et al., 2015).

Por outro lado, fatores indutores de stress no *agregado familiar*, tais como o nível socioeconómico mais baixo (Afifi et al., 2006; Anwar Abdel-Fatah, 2021; Cuartas et al., 2019b; Deater-Dechart et al., 1992; Dietz, 2000; Fergusson & Lynskey, 1997; Pinderhughes et al., 2000; Gershoff, 2002), a pressão financeira (Beatriz & Salhi, 2019), a situação profissional (Clément & Chamberland, 2014; Jackson et al., 1998) e a maior dimensão do agregado familiar

(Afifi et al., 2006; Anwar Abdel-Fatah, 2021; Xu et al., 2000), também têm mostrado associar-se à utilização de práticas de punição física. Em contraste com esta evidência, Miller et al. (2018) mostraram que existe um aumento do uso de punição física em crianças inseridas em agregados familiares com estatuto socioeconómico mais elevado (Miller et al., 2018).

A maioria dos estudos sobre as *características dos pais* focou-se essencialmente nas suas características sociodemográficas. Especificamente, as mães mais jovens, com menor escolaridade, que habitam em zonas rurais, que sofrem de problemas de saúde mental (nomeadamente, depressão), solteiras, divorciadas ou envolvidas em relações conjugais conflituosas e abusivas mostraram ser mais propensas a utilizar a punição física do que os pais mais velhos, que não sofrem de problemas de saúde mental, com maior escolaridade e envolvidos em relações conjugais mais estáveis e harmoniosas (e.g., Abdel-Fatah, 2021; Combs-Orme & Cain, 2008; Culp et al., 1999; Day et al., 1998; Dietz, 2000; Eamon, 2001; Giles et al., 1995; Hetherington, et al., 1982; Jackson et al., 1998; Lansford et al., 2015; Lansford, 2020; Nho & Seng, 2017; Straus, 1994; Straus & Stewart, 1999; Xu et al., 2000; Ward et al., 2021).

Apesar da relevância das características sociodemográficas dos pais, a literatura tem sugerido que é importante atender a outras características individuais dos pais que têm maior propensão para recorrer a práticas de punição física. Entre estas características individuais dos pais, encontra-se, por exemplo, a *história de maus-tratos* (Ferrari, 2002) ou *castigos físicos* na infância (Rodriguez & Sutherland, 1999).

História desenvolvimental de maus-tratos ou castigos físicos nos pais

A exposição dos pais a maus-tratos durante a infância pode aumentar o risco de transmissão intergeracional da violência, ao afetar negativamente o seu desenvolvimento e, consequentemente, o das gerações seguintes (Lo et al., 2019; Lotto et al., 2021; Savage et al., 2019). No entanto, estudos realizados no âmbito desta temática apresentam resultados contraditórios. Por um lado, o estudo realizado por Sroufe et al. (2005) mostrou que 70% dos pais maltratados abusavam ou negligenciavam os seus próprios filhos. Em contraste, Kaufman e Zigler (1987) concluíram que a maioria dos pais com experiências de maus-tratos na infância não maltratavam os seus próprios filhos. Meta-análises mais recentes apoiam a existência de transmissão intergeracional de punição física (van IJzerdoorn et al., 2019). Especificamente, crianças cujos pais apresentam historial de maus-tratos e/ou negligência apresentam um risco acrescido de poderem vir a sofrer de maus-tratos; contudo, este ciclo não se verifica em todas

as famílias (Berlin et al., 2011; Zuravin et al., 1996), sendo que é expectável que a continuidade dos maus-tratos varie entre 7% a 60% (Dixon et al., 2005; Egeland et al., 1988). Van IJzerdoorn et al. (2019) reconhecem, assim, que as taxas de transmissão variam consoante se os estudos utilizam avaliações prospectivas ou retrospectivas de punição física e em função do tipo de punição física. Segundo Jaffee et al. (2013), a gravidade da experiência de punição física pode influenciar o grau em que esta é transmitida à geração seguinte, sendo que experiências mais graves de punição física aumentam a probabilidade de transmissão intergeracional. De um modo geral, existe a hipótese de que ter sofrido algum tipo de punição física, nomeadamente grave, aumenta a probabilidade de punir fisicamente a descendência (Schofield et al., 2013). Na meta-análise realizada por van IJzerdoorn et al. (2019), é denotada a existência de um "ciclo vicioso" de maus-tratos que pode ser perpetrado entre gerações; no entanto, muitos dos pais maltratados na infância tendem a fugir deste ciclo, sendo que aproximadamente 80% dos pais com e sem experiência de maus-tratos na infância apresentam um comportamento parental não-abusivo (van IJzerdoorn et al., 2019).

No estudo realizado por Simons e Wurtele (2010), verificou-se que, tanto as atitudes como o comportamento dos pais relativamente à utilização de punição física, podem ser transmitidos aos seus filhos; especificamente, os pais que foram vítimas de punição física com uma elevada frequência quando eram crianças demonstram maior probabilidade de aprovarem a utilização desta estratégia disciplinar com a sua descendência. No mesmo sentido, Deater-Deckard et al. (2003), afirmaram que "as atitudes relativas à natureza benigna dos castigos corporais são provavelmente essenciais para a transmissão intergeracional deste método disciplinar" (p. 358). Deste modo, verifica-se que a experiência de maus-tratos na infância não se encontra intimamente ligada à sua repetição na geração seguinte (van IJzerdoorn et al., 2019). No estudo realizado por Clément e Chamberland (2014), foi observado que existe uma maioria crescente de mães que desaprovam a utilização de punição física enquanto estratégia educativa dos filhos e é referido que esta tem sido cada vez menos utilizada com as crianças na última década.

Por conseguinte, a literatura empírica tem procurado distinguir as famílias em que existe a perpetuação do ciclo de maus-tratos em diferentes gerações daquelas em que existe a quebra deste ciclo disfuncional, identificando os fatores preventivos que se associam a esta última (Jaffee et al., 2013). Especificamente, foi observado que as mães que apresentam maior apoio social, menos problemas financeiros graves (Dixon et al., 2009) e relações interpessoais com outros adultos na infância, caracterizadas pelo afeto, confiança e apoio, têm maior

probabilidade de evidenciarem uma quebra do ciclo de perpetuação de maus-tratos (Jaffee et al., 2013). Verificou-se ainda que em famílias onde a disciplina parental é consistente, um passado associado a violência não era fator preditor da transmissão de maus-tratos entre gerações (Pears & Capaldi, 2001). Além disso, a investigação mostrou que as famílias onde o ciclo intergeracional de violência foi quebrado apresentam menos fatores de risco contextuais, nomeadamente níveis mais baixos de stress, de sintomatologia depressiva parental e menos problemas de saúde física na criança (Egeland et al., 1988; Jaffee et al., 2013). No estudo realizado por Jaffee et al. (2013), observou-se que a probabilidade de uma criança sofrer de punição física era 3 a 5 vezes superior quando, cumulativamente ao historial de abuso e negligência, as mães relatavam problemas de saúde mental, violência doméstica e relações sociais de reduzida qualidade. O mesmo estudo (Jaffe et al., 2013) evidenciou ainda que os pais com níveis mais elevados de depressão, problemas relacionados com o consumo de substâncias, comportamentos antissociais, violência doméstica e desvantagem social, relações menos calorosas com os seus filhos e relações com parceiros íntimos caracterizadas por menor confiança e proximidade apresentam um risco acrescido de continuidade intergeracional na perpetuação de maus-tratos (Jaffee et al., 2013). Por oposição, as mães que não perpetuaram o ciclo de violência demonstraram ter menor probabilidade de sofrer de violência doméstica e maior probabilidade de estarem envolvidas em relações mais calorosas com os seus filhos e parceiros românticos (Jaffe et al., 2013).

A variabilidade na transmissão intergeracional de maus-tratos pode ser compreendida com base em diferentes modelos teóricos. O modelo de Herrenkhol et al. (1983, citado por Carlson, 1991) estabelece que a prática de atos violentos pode ser aprendida de duas formas: (1) a primeira através da experiência, isto é, em algum momento da sua vida experienciaram alguma forma de violência; e (2) a segunda através da experimentação do comportamento violento. No mesmo sentido, a teoria da aprendizagem social defende que uma das principais formas de aprendizagem das crianças é através da observação e, seguidamente, da modelação e da imitação (Bandura, 1973, 1977, 1986). Assim, ao utilizarem castigos físicos, os pais estão a demonstrar à criança que utilizar a agressividade é normal e aceitável e que é possível controlar comportamentos dessa forma. Neste contexto, a criança pode aprender que a agressão é uma forma eficaz de fazer com que os outros se comportem da forma que ela deseja, isto é, que a punição física leva à alteração de comportamento (Bandura, 1973, 1986; Strauss, 1974). A utilização da punição física modela, assim, os comportamentos mais agressivos que os pais querem desencorajar os filhos a ter (Bandura, 1973). Por outras palavras, os pais ensinam as

crianças de que não se deve bater nos outros, mas, ao punirem a criança fisicamente quando esta tem um mau comportamento, estão a ser incoerentes na mensagem que lhe pretendem transmitir (Bandura, 1973; Gershoff, 2002).

Por sua vez, os modelos biofisiológicos sugerem que a exposição à punição física na infância pode interferir potencialmente no desenvolvimento cognitivo das crianças, aumentando o risco de problemas de comportamentos externalizantes futuros, através de mecanismos neuronais (Cuartas et al., 2020). Especificamente, a exposição das crianças a situações adversas e ameaçadoras, tais como os maus-tratos, pode levar a uma vasta gama de consequências fisiológicas que se traduzem em respostas desadaptativas face ao stress, alterando regiões cerebrais com maior sensibilidade aos glucocorticóides, como o córtex pré-frontal (Gunnar & Quevedo, 2007). Neste sentido, existe um aumento da probabilidade de as crianças e adolescentes percecionarem o castigo físico como uma ameaça, porque este provoca medo, dor e angústia (Gershoff, 2016). Assim, a exposição ao castigo físico pode conduzir à inibição das funções cognitivas superiores, da regulação emocional e das competências linguísticas das crianças e adolescentes que se encontram relacionadas com a atividade no córtex pré-frontal (Miller & Cohen, 2001), coexistindo com alterações ao nível da estrutura, funcionamento e arquitetura do cérebro (Teicher et al., 2016).

A teoria da vinculação também é útil para compreender a variabilidade na experiência individual de relações interpessoais disfuncionais (nomeadamente com os filhos), examinando, por exemplo, a relação entre as representações de vinculação dos pais e as práticas parentais coercivas com as crianças (Lo et al., 2019).

Representações de vinculação do adulto

Os cuidadores primários desempenham um papel muito importante no desenvolvimento das crianças, uma vez que são estes que passam grande parte do seu tempo com a criança (Bowlby, 1969, 1973). A teoria da vinculação postula que as primeiras relações das crianças com os seus cuidadores moldam as suas expectativas e o seu funcionamento nas suas relações próximas subsequentes ao longo da vida, incluindo as relações com os seus próprios filhos (Bowlby, 1979, 1988; Crittenden et al., 1989; Jones et al., 2014).

Bowlby (1969, 1973) formulou uma hipótese concetual mais tarde revista por Ainsworth et al., (1978) em que as diferenças individuais observáveis na qualidade da vinculação das crianças são resultado da natureza das interações que estas estabelecem com os seus cuidadores primários. Uma relação de vinculação pode ser entendida como um laço

afetivo entre a criança e uma ou mais figuras estáveis e consideradas únicas na sua vida. Esta relação é construída e desenvolvida através das interações que a criança estabelece com a figura de vinculação, funcionando como um sistema de controlo comportamental que regula os comportamentos de exploração do meio e de procura de proximidade (Bowlby, 1971; Monteiro et al., 2008).

A segurança da vinculação relaciona-se com a forma como as crianças organizam o seu comportamento, de modo a manter um equilíbrio e estabilidade entre a sua necessidade de proteção e de conforto vs. a sua necessidade de explorar o contexto circundante (Bowlby, 1971; Monteiro et al., 2008). Especificamente, a figura de vinculação funciona como uma base segura, isto é, a criança faz avanços e recuos para junto desta de um modo periódico para brincar ou estabelecer apenas um breve contacto ocular, afastando-se novamente para explorar ou interagir com outra pessoa (Ainsworth, 1967; Ainsworth et al., 1978; Bowlby, 1971, 1989). Em contextos que podem suscitar perigo, sentimentos de medo ou que estão associados a experiências negativas, a criança tende a favorecer comportamentos de contacto físico e de proximidade com a figura de vinculação que é vista como um “porto de abrigo” (i.e., alguém que a protege e a quem pode retornar quando é necessário), verificando-se um declínio dos comportamentos exploratórios (Ainsworth et al., 1978, 1989; Bowlby, 1982, 1989; Fernandes et al., 2021; Kerns et al., 2015).

No contexto das suas interações continuadas com os cuidadores primários ao longo do tempo, as crianças constroem modelos internos dinâmicos, isto é, representações dos outros e de si-próprio que organizam os seus comportamentos para com os outros e para com o contexto circundante (Bowlby, 1969, 1973). Interações conducentes ao estabelecimento de uma vinculação segura por parte da criança relacionam-se com a construção de um modelo representacional da figura de vinculação como sensível, disponível, responsiva e suscetível de providenciar sentimentos de ajuda e bem-estar (Cicchetti & Toth, 1995). Nestas circunstâncias, a criança também desenvolve um modelo de *self* como valorizado e/ou merecedor de afeto e cuidado (Ainsworth et al., 1978; Bowlby, 1973). Pelo contrário, interações conducentes ao estabelecimento de uma vinculação insegura conduzem à construção de expectativas negativas quanto à disponibilidade e à confiança que a criança pode depositar nos outros no futuro. Por outras palavras, a criança que experienciou reduzida disponibilidade, inconsistência e rejeição por parte do cuidador desenvolve expectativas semelhantes em relação aos outros, expectativas essas que dificultam o estabelecimento de relações próximas positivas na idade adulta. No mesmo sentido, as crianças vítimas de punição física na infância são frequentemente expostas

a cuidadores menos solidários em relação às suas necessidades (Crowell & Feldman, 1988), com dificuldades em regular a raiva, intrusivos e impulsivos em relação aos seus comportamentos (Adam et al., 2004). Assim, a exposição a punição física na infância aumenta a probabilidade de a criança construir expectativas negativas face aos outros e, conseqüentemente, de estabelecer relações interpessoais menos positivas com os outros no futuro (Benavente, 2009; Figueiredo, 1988). Além de um modelo dos outros como indisponíveis, a criança que cresce neste tipo de contexto familiar também tende a desenvolver um modelo de *self* como relacionalmente incapaz (Carlson et al., 1989; Crittenden, 1988; van IJzendoorn et al., 1999).

As representações de vinculação, construídas no contexto das relações estabelecidas com os cuidadores primários, tendem a continuar a organizar as cognições, os afetos e as experiências sociais ao longo do ciclo de vida, inclusivamente durante a idade adulta (Sroufe & Fleeson, 1988). Durante a década de 80, emergiram duas linhas de investigação que procuraram melhor compreender as representações de vinculação na idade adulta (Brennan et al., 1998; Edelstein et al., 2004). A primeira concetualizou as representações de vinculação do adulto com base em três categorias (insegura, insegura-evitante, insegura-resistente/preocupada) semelhantes àquelas que foram identificadas por Ainsworth na infância (Jones et al., 2014; Main et al., 1985; Van IJzendoorn, 1995), avaliadas com base na *Adult Attachment Interview* (Edelstein et al., 2004). A segunda (Brennan et al., 1998; Hazan & Shaver, 1987) concetualizou as representações de vinculação do adulto, com base em duas dimensões (i.e., ansiedade e evitamento), avaliadas através de questionários de autorresposta. A dimensão de ansiedade caracteriza-se por uma hiperativação do sistema de vinculação, pautando-se por um medo frequente de estar sozinho, de abandono e de rejeição, pela preocupação excessiva e pela procura de grande proximidade nas relações com os outros (Shaver & Mikulincer, 2002). Por sua vez, a dimensão de evitamento caracteriza-se por uma desativação do sistema de vinculação, pautando-se pelo desconforto face à proximidade e dependência nas relações com os outros, pela relutância em demonstrar sentimentos que causam vulnerabilidade e por evitarem aproximar-se muito dos outros (Edelstein et al., 2004; Jones et al., 2015). Segundo esta segunda linha de investigação, é expectável que adultos que relatem pontuações baixas nas dimensões de ansiedade e evitamento apresentem uma vinculação segura (Edelstein et al., 2004).

Representações de vinculação do adulto inseguras podem conduzir a respostas desadaptativas face à angústia, dificuldades na regulação das emoções, maior reatividade

emocional ou, pelo contrário, maior tendência para minimizar as emoções e para distanciar-se dos outros e, conseqüentemente, a uma maior dificuldade em demonstrar empatia, compaixão e perdão (Kobak & Sceery, 1988; Mikulincer & Shaver, 2007). Estas estratégias disfuncionais de regulação emocional podem contribuir, por sua vez, para níveis mais elevados de afeto negativo (e.g., ansiedade e depressão), problemas de comportamento e reduzido desempenho cognitivo, comprometendo, frequentemente, o funcionamento relacional, os níveis de stress parental (Jones et al., 2014; Marganska et al., 2013; van IJzendoorn et al., 1999; Wei et al., 2005) e, em última análise, os comportamentos de prestação de cuidados parentais na idade adulta (Bowlby, 1973; Crittenden, 1990; Jones et al., 2014; Main et al., 1985; Stern, 1989).

Associações entre as representações de vinculação dos pais e a perpetuação de práticas de punição física

A investigação tem examinado maioritariamente as associações das representações de vinculação do adulto com os comportamentos parentais e a qualidade percebida da relação pais-criança (Jones et al., 2014). Globalmente, os estudos mostraram que os adultos que evidenciaram representações de vinculação seguras na *Adult Attachment Interview* descreveram as suas figuras de vinculação como equilibradas e coerentes e conseguiram suportar estas descrições com memórias referentes à sua infância (Edelstein et al., 2004). Estes adultos tendem a perceber a parentalidade como mais gratificante, menos ameaçadora e menos geradora de preocupação, a evidenciar comportamentos parentais mais sensíveis e responsivos e a relatar maior satisfação na relação pais-filhos por comparação com os adultos com representações de vinculação insegura (Bernier & Dozier, 2003; Brennan et al., 1998; Van IJzendoorn, 1995). Por oposição, adultos com representações de vinculação insegura na *Adult Attachment Interview* demonstraram envolver-se em interações menos positivas com os seus filhos (Cohn et al., 1992) e a sentirem-se menos próximos dos seus filhos (Rholes et al., 1995) comparativamente com os adultos com representações de vinculação segura. Do mesmo modo, a revisão de Jones et al. (2015) concluiu que as representações de vinculação insegura nos adultos tendem a associar-se com indicadores de parentalidade disfuncional, caracterizada pela prestação de cuidados menos sensíveis pautados por maior reatividade emocional (i.e., maior expressão de raiva e gritos) e dificuldades de regulação emocional, por comportamentos parentais menos consistentes, mais permissivos ou mais autoritários, por maior controlo psicológico, menor envolvimento parental e por níveis mais reduzidos de cuidado e aceitação parental. Além disso, este tipo de representações de vinculação mostrou associar-se a uma menor prontidão para a resolução de problemas e para a colaboração com a criança (La Valley

& Guerrero, 2010) e a uma maior propensão para socializar as crianças para estratégias de *coping* evitantes (Jones et al., 2014).

Os estudos que concetualizaram as representações de vinculação do adulto, com base numa abordagem dimensional, parecem apontar no mesmo sentido (Jones et al., 2014). Especificamente, as mães com representações de vinculação caracterizadas por elevados níveis de evitamento tenderam a dar menos apoio aos seus filhos quando estes estão perturbados ou precisam de ajuda, a ignorar e desvalorizar mais frequentemente as necessidades das crianças, a demonstrar comportamentos parentais menos positivos ou pautados por níveis mais elevados de apatia, a adotar estratégias de prestação de cuidados parentais distanciadas e a perceber a relação com os seus filhos de forma mais negativa (Berlin et al., 2011; Edelstein et al., 2004; Rholes et al., 1995; Safyer et al., 2019). Ademais, representações de vinculação caracterizadas por elevados níveis de evitamento associaram-se a menor perceção de competência parental e a maior desconforto com a expressão de emoções, a vulnerabilidade e a angústia das crianças, resultando na adoção de estratégias de afastamento como forma de lidar com esse desconforto (Berlin et al., 2011; Edelstein et al., 2004). As mães com representações de vinculação caracterizadas por elevados níveis de evitamento também tenderam a evidenciar comportamentos parentais mais negativos emparativamente a mães com representações de vinculação caracterizados por elevados níveis de ansiedade (Safyer et al., 2019).

De facto, as mães com representações de vinculação caracterizadas por elevados níveis de ansiedade tiveram maior tendência para evidenciar comportamentos mais controladores e intrusivos em relação aos seus filhos (Selcuk et al., 2010), menos comportamentos parentais positivos e mais comportamentos parentais negativos (Safyer et al., 2019) e a perceber a relação com os seus filhos de forma mais negativa (Berlin et al., 2011; Rholes et al., 1995). Embora se envolvessem mais com os filhos, pais com representações de vinculação caracterizadas por elevados níveis de ansiedade tenderam a não ter as competências necessárias para compreender as necessidades e os sinais das mesmas (Safyer et al., 2019). A sua própria ansiedade associou-se a dificuldades em encorajar os seus filhos a explorar o mundo e a correr riscos (Paquette, 2004).

A investigação existente que examinou as associações entre as representações de vinculação dos adultos e as práticas parentais coercivas com os seus filhos continua a ser lacunar e tem revelado resultados inconsistentes (Lo et al., 2017), tendo sido essencialmente conduzida em amostras clínicas de pais e/ou com recurso a medidas que avaliam a frequência do recurso a maus-tratos físicos ou o risco de abuso físico (Jones et al., 2015). Especificamente,

alguns estudos não observaram associações estatisticamente significativas entre as representações de vinculação dos pais e as práticas parentais coercivas em relação aos seus filhos (Ammaniti et al., 2004; Zuravin & DiBlasio, 1992, 1996). Contudo, a meta-análise de Lo et al. (2017) e a revisão de Jones et al. (2014) concluíram que as representações de vinculação insegura são um dos fatores que pode contribuir para a perpetuação de maus-tratos infantis. De forma consistente com esta perspectiva, alguns estudos mostraram que os pais que maltratam os seus filhos apresentam maior probabilidade de evidenciar padrões de vinculação insegura (e.g. Frigerio et al., 2013; Ward et al., 2000). No mesmo sentido, outros estudos mostraram que os pais com representações de vinculação insegura têm maior probabilidade de terem filhos com padrões de vinculação inseguros (van IJzendoorn, 1995), o que contribui para aumentar a propensão de as crianças serem menos obedientes às suas instruções, de apresentarem problemas de comportamento (Kochanska & Kim, 2013) e, conseqüentemente, de serem vítimas de maus-tratos (Lo et al., 2017; Rodriguez, 2006).

Os estudos que concetualizam as representações de vinculação do adulto, com base numa abordagem dimensional (i.e., evitamento e ansiedade), também têm evidenciado resultados inconsistentes (Jones et al., 2015). Especificamente, alguns estudos mostraram que representações de vinculação maternas caracterizadas por níveis mais elevados de ansiedade e evitamento se associam a um maior risco de abuso físico (Moncher, 1996; Rodriguez, 2006). Por oposição, Howard (2010) mostrou que representações de vinculação paternas caracterizadas por níveis mais elevados de ansiedade, mas não de evitamento, mostraram associar-se com um maior risco de abuso físico. Outros estudos verificaram que as associações positivas entre as representações de vinculação insegura e a utilização de práticas de punição física revelaram ser de magnitude fraca (Berlin et al., 2011; Coyl et al., 2010).

Objetivos

No contexto português, ainda são notórias algumas lacunas na investigação sobre os fatores que se associam à punição física em resposta aos comportamentos de desobediência da criança. Os poucos estudos conduzidos no nosso país (Rancheiro et al., 2023; Salvaterra et al., 2023) examinaram essencialmente os fatores do contexto relacional estável (características sociodemográficas da criança, dos pais e do agregado familiar, Gershoff, 2002) que se associam aos autorrelatos de utilização de práticas de punição física.

Contudo, são menos os estudos que examinam as associações entre as representações de vinculação dos pais e o recurso a práticas de punição física. Por outro lado, o modelo processual-contextual (Gershoff, 2002) reconhece a importância de considerar os fatores do

contexto interaccional pais-criança, para melhor compreender a utilização de práticas de punição física. Contudo, os estudos anteriores limitaram-se a examinar os relatos parentais de práticas de punição física, sem considerar a gravidade e o tipo de comportamento de desobediência (verbal ou físico) da criança, o contexto (público ou privado) onde este se manifesta, as atribuições causais e reações emocionais que estes espoletam nos pais.

Assim sendo e dado a existência de consequências negativas da punição física para o desenvolvimento da criança, esta dissertação teve como objetivos: (1) comparar as atribuições e as reações emocionais das mães em relação a comportamentos hipotéticos de desobediência física e verbal em contexto público ou privado, em função do sexo (masculino *vs.* feminino) e da faixa etária (pré-escolar *vs.* escolar) da criança; (2) descrever as práticas disciplinares que este tipo de comportamentos de desobediência espoletam, em função do sexo (masculino *vs.* feminino) e da faixa etária (pré-escolar *vs.* escolar) da criança; e (3) examinar as associações entre as representações de vinculação dos pais em relação às suas figuras maternas e paternas, as atribuições, as reações emocionais e as práticas disciplinares face este tipo comportamentos de desobediência.

Hipóteses

Relativamente ao primeiro objetivo de investigação, esperamos que as mães considerem os comportamentos de desobediência das crianças em idade escolar e do sexo masculino mais graves e mais intencionais [H1] e geradores de níveis mais elevados de reações emocionais negativas [H2] por comparação com as crianças em idade pré-escolar e do sexo feminino. No que se refere ao segundo objetivo de investigação, esperamos que as mães relatem um recurso mais provável a práticas disciplinares fisicamente coercivas nas crianças em idade escolar do sexo masculino por comparação com as crianças em idade pré-escolar do sexo feminino [H3]. No que toca ao terceiro objetivo de investigação, esperamos que mães com representações de vinculação, caracterizadas por níveis mais elevados de ansiedade relatarão um recurso mais provável a práticas fisicamente coercivas [H4]. Esperamos ainda que as mães com representações de vinculação caracterizadas por níveis mais elevados de evitamento relatarão um recurso mais provável a práticas fisicamente coercivas [H5]. A escassez de evidência quanto às atribuições e reações emocionais das mães com representações de vinculação caracterizadas por níveis mais elevados de ansiedade e evitamento (Jones et al., 2015) não nos permite estabelecer hipóteses de investigação para estas variáveis.

Método

Participantes

Participaram no presente estudo 133 mães de crianças em idade pré-escolar (3-5 anos) e escolar (6-10 anos). Este intervalo de idade foi considerado porque, segundo a literatura, as práticas de punição física são mais comumente utilizadas pelos pais em crianças com idades compreendidas entre os 5 e os 8 anos (Straus & Stewart, 1999). Constituíram-se como critérios de inclusão: (1) ter, pelo menos, um filho com idade compreendida entre os 3 e os 5 anos ou entre os 6 e os 10 anos; e (2) ser capaz de ler e compreender português.

As mães tinham, em média, 39 anos ($DP = 5.21$). A maioria das mães era de nacionalidade portuguesa ($n = 125$, 94%) e era casada/unida de facto ($n = 114$, 86%), classificando a sua relação como, em média, como satisfatória ($M = 8.00$, $DP = 1.41$). A maioria das mães tinha habilitações superiores ($n = 104$, 78%) e residia em Lisboa ou na Região Sul ($n = 99$, 74%). Quarenta e oito por cento ($n = 64$) das mães classificou o seu nível socioeconómico como médio, 29% ($n = 39$) como médio-alto ou alto e 23% ($n = 30$) como médio-baixo ou baixo. As mães viviam, em média, com 3 pessoas ($DP = 0.79$) e tinham, em média, 2 filhos ($DP = 0.94$). Uma minoria de mães relatou ter tido ($n = 14$, 11%) ou ter atualmente ($n = 1$, 1%) outras crianças a seu cargo para além dos filhos. A maioria das mães ($n = 115$, 87%) não relatou sofrer ou ter sofrido de problemas emocionais ou comportamentais. Cerca de metade das mães da amostra relatou história de punição física pela mãe ($n = 66$, 48%) e 31% ($n = 38$) relatou história de punição física pelo pai na infância.

As crianças em relação às quais os questionários foram respondidos tinham, em média, 6 anos ($DP = 2.04$). Cinquenta e três por cento ($n = 71$) das crianças encontrava-se em idade pré-escolar e 47% encontrava-se em idade escolar ($n = 62$). A proporção de crianças do sexo masculino ($n = 67$, 50%) e do sexo feminino ($n = 66$, 50%) foi relativamente equivalente. Segundo o relato das mães, a maioria das crianças sobre as quais incidiu o preenchimento dos questionários não sofria de problemas emocionais ou comportamentais ($n = 119$, 89%).

Procedimentos

Esta dissertação de mestrado fundamentou-se num delineamento transversal, na medida que os dados foram recolhidos num único momento de avaliação.

O recrutamento das participantes foi realizado através de um método de amostragem por conveniência, uma vez que os participantes foram recolhidos na rede de escolas com as quais a equipa de investigação tinha contacto prévio e que se encontravam facilmente acessíveis

através de plataformas *online*. Especificamente, os participantes foram recrutados em estabelecimentos de ensino pré-escolares públicos e privados do distrito de Lisboa. Para isso, foi feito um pedido à Direção Geral de Educação (DGE) de modo a obter autorização para a recolha de dados nos estabelecimentos de ensino públicos. Após ter sido dada a autorização (n.º 0578000018), os estabelecimentos de ensino públicos e privados foram contactados para obter a autorização para a realização de recolha de dados. Após a obtenção da autorização dos estabelecimentos de ensino, as direções procederam ao encaminhamento da informação sobre o estudo (i.e., objetivos, procedimentos, garantia de anonimato, carácter voluntário e direito a desistir da participação), por e-mail, para os encarregados de educação. Neste e-mail, foi também disponibilizado um link de acesso aos questionários na plataforma *online* Qualtrics. Antes de iniciar o preenchimento dos questionários *online*, foi solicitado aos participantes para confirmarem o seu consentimento em participar no estudo. Paralelamente à recolha de dados em contexto escolar, a informação sobre o estudo e o link de acesso aos questionários foram divulgados em plataformas online.

Instrumentos

Ficha de Dados Sociodemográficos

A ficha de dados sociodemográfica é composta por perguntas, desenvolvidas por Machado et al. (2000), para recolher as principais características da criança, dos pais e do agregado familiar. A primeira parte da ficha sociodemográfica centra-se nas características dos pais e do agregado familiar. Nesta parte da ficha sociodemográfica, é solicitado aos pais para sinalizarem o grau de parentesco com a criança (i.e., pai, mãe ou outro), a sua idade, a sua nacionalidade, a região de residência, a área de residência (i.e., urbana ou rural), as habilitações literárias (i.e., sei ler e escrever, 1º ciclo, 2º ciclo, 3º ciclo, ensino secundário, ensino superior, outro), a sua profissão, o nível socioeconómico (i.e., alto, médio alto, médio, médio-baixo, baixo) e o estado civil (i.e., casado/unido de facto, solteiro, divorciado/separado, viúvo). Caso os pais sejam casados/unidos de facto, é-lhes ainda pedido que classifiquem a qualidade da relação com o cônjuge/companheiro, numa escala de 10 pontos (0 – Nada Positivo a 10 – Extremamente Positiva). É ainda pedido aos pais para sinalizar se têm algum diagnóstico conhecido de problemas emocionais ou de comportamento. Na primeira parte da ficha sociodemográfica, é também solicitado aos pais que sejam reportados a dimensão do agregado familiar, a composição do mesmo (i.e., companheiro/cônjuge, pais, avós, irmãos, filhos, outro, sem relação), o número de filhos (e respetivas idades e sexo) e a existência de outras crianças a seu cargo.

A segunda parte da ficha sociodemográfica contempla informações que remetem para características sociodemográficas e clínicas da criança, incluindo a idade, o sexo, a nacionalidade e a existência de um diagnóstico conhecido de problemas emocionais ou comportamentais.

Escala das Experiências nas Relações Próximas - Estruturas Relacionais (ERP-ER; Moreira & Canavarro, 2014)

Este questionário de autorresposta deriva da *Experiences in Close Relationships – Relationships Structure* (ECR-RS, Fraley et al., 2011) e foi desenvolvida com o intuito de avaliar, de forma breve, as dimensões de ansiedade e evitamento da vinculação em diferentes contextos relacionais que o indivíduo possa ter (com a sua mãe, ou figura materna, com o pai ou figura paterna, com o parceiro romântico e com o melhor amigo/a). Tendo em conta os objetivos do presente estudo, apenas serão considerados os relatos dos participantes em relação às figuras materna e paterna. Este questionário é composto por 9 itens, respondidos numa escala de Likert de 7 pontos (1 – *Discordo Fortemente* a 7 – *Concordo Fortemente*). A escala de evitamento (6 itens) avalia o grau de desconforto com a intimidade e a proximidade das suas relações, o grau de desconfiança das intenções do outro e a procura de afastamento emocional e independência do outro (e.g. “*Não me sinto confortável para desabafar ou abrir-me com esta pessoa*”, Moreira et al., 2014). A escala de ansiedade (3 itens) refere-se à sensibilidade face à rejeição e ao abandono, e espelha em que medida cada indivíduo se preocupa face à disponibilidade/apoio de outras pessoas em caso de necessidade (e.g. “*Tenho medo que esta pessoa possa abandonar-me*”, Moreira et al., 2014).

A escala aplicada foi testada para a população portuguesa por Moreira et al. (2014) e apresentou bons indicadores de consistência interna. No estudo realizado por Moreira et al., (2014), o alfa de Cronbach da escala de evitamento referente à mãe foi de .89 e referente ao pai foi de .91. No que se refere à escala de ansiedade, o alfa de Cronbach referente à mãe foi de 0.75 e referente ao pai foi de .86. Na presente amostra, os alfas de Cronbach para a Relação com a Mãe foram de .91 para a dimensão de Evitamento e de .80 para a dimensão de Ansiedade. Os alfas de Cronbach para a Relação com o Pai foram de .91 para a dimensão de Evitamento e .82 para a dimensão de Ansiedade.

Vinhetas de Comportamentos de Desobediência das Crianças

Este questionário de autorresposta inclui quatro cenários hipotéticos que retratam os comportamentos de desobediência de uma criança com reações físicas e verbais negativas em relação aos pais, em casa e em contexto público (restaurante). Estas vinhetas foram adaptadas com base no estudo conduzido Watakakosola et al. (2019). A opção pelo formato de vinhetas

deriva dos contributos dos trabalhos de Holden e Zambarano (1992) que mostraram que os pais tinham maior probabilidade de relatar a utilização de práticas disciplinares de punição física, quando expostos a cenários hipotéticos. Para a administração do questionário, a faixa etária (3-5 anos vs. 6-10 anos) e o sexo biológico da criança (masculino vs. feminino) apresentado nas vinhetas são emparelhados com os do(a) filho(a) dos respondentes para facilitar a identificação com o cenário apresentado

Após cada cenário hipotético, é solicitado aos pais para responderem a um conjunto de cinco perguntas. Nas primeiras duas perguntas, os pais classificam a gravidade e a intencionalidade percebidas do comportamento de desobediência da criança, numa escala de Likert de 5 pontos (desde 1 – *Nada* a 5 – *Extremamente*). De seguida, é solicitado aos pais para refletirem sobre as emoções (i.e., zanga, culpa, embaraço, preocupação, calma) que sentiriam perante o comportamento de desobediência da criança, numa escala de Likert de 5 pontos (desde 1 – *Nada* a 5 – *Extremamente*). Por último, os pais são convidados a indicar a probabilidade de recorrerem de um conjunto de 25 práticas parentais em resposta ao comportamento de desobediência da criança, numa escala de Likert semelhante à anteriormente descrita. É ainda dada a oportunidade aos pais e às mães de descreverem que outros tipos de práticas utilizariam perante o comportamento de desobediência descrito. No final do questionário, é ainda solicitado aos participantes para identificarem o contexto em que cresceram na sua infância (i.e., viveu com mãe ou figura parental, viveu com o pai ou figura paterna, viveu com outros [indicando quais] ou viveu numa instituição) e para descreverem o tipo de práticas utilizadas pelos cuidadores assinalados quando tinham comportamentos semelhantes aos apresentados nas vinhetas hipotéticas na sua infância. Esta pergunta é utilizada para efeitos de controlo da (in)existência de história prévia de punição física na infância.

As perguntas e opções de respostas relativas às atribuições causais e às reações emocionais dos pais foram adaptadas dos trabalhos desenvolvidos por Gordon et al. (1979), Grusec et al. (1982) e Holden et al. (1999). Os 25 itens referentes às práticas parentais utilizadas perante os comportamentos de desobediência descritos foram adaptados dos trabalhos desenvolvidos por Gordon et al. (1979), do *Parent-Child Tactics Conflict* (Strauss et al., 1998) e do *Inventário de Práticas Parentais* (Machado et al., 2000). Estes itens refletem quatro dimensões (Gordon et al., 1979): comportamentos não-coercivos (e.g., redirecionar a atenção, explicar, expressar compreensão pelas emoções da criança), comportamentos coercivos de repreensão ligeira (e.g., repreender suavemente a criança, dar um sermão à criança num tom de voz normal, repetir simplesmente “não”), moderada (e.g., dar um sermão à criança num tom

de voz elevado, ameaçar bater sem o fazer) ou severa (e.g., dizer à criança que é má, feia ou chamar-lhe outro tipo de nomes, dar uma palmada, dizer à criança para ir para o quarto).

Foi realizado um estudo piloto com 46 pais e mães de crianças em idade pré-escolar e em idade escolar, de modo a examinar a aceitabilidade do questionário e, caso necessário, introduzir modificações. Os resultados do estudo piloto mostraram que os participantes perceberam o questionário como compreensível e sugeriram apenas modificações menores às perguntas relativas às experiências vivenciadas com os cuidadores na sua infância.

Análise de dados

As análises de dados foram conduzidas com o IBM SPSS, versão 29.0. Para a caracterização da amostra, foram utilizadas médias e desvios-padrão (para as variáveis contínuas) e frequências e percentagens (para as variáveis categoriais). As respostas abertas em relação às práticas disciplinares que as mães vivenciaram na sua infância foram codificadas quanto à presença ou ausência de relatos de punição física (0 – sim, 1 – não), separadamente para cada cuidador (i.e., pai e mãe). Seguindo as recomendações de Field (2013), procedemos ainda a transformações por raiz quadrada para corrigir as violações existentes ao nível da assimetria e da curtose e para estabilizar as variâncias das atribuições, reações emocionais e práticas disciplinares relatadas pelas mães. Preliminarmente, foram conduzidas análises de correlação de Pearson (para as variáveis contínuas) e bisseriais por pontos (para as variáveis categoriais) para identificar potenciais covariáveis a considerar para as análises de dados centrais para a consecução dos objetivos de investigação. No que se refere ao primeiro e ao segundo objetivos de investigação, foram realizadas análises da variância com o sexo (masculino vs. feminino) e a faixa etária (3-5 anos vs. 6-10 anos) das vinhetas como variáveis entre-sujeitos (*between subjects*), controlando as covariáveis previamente identificadas. Para o terceiro e quarto objetivos de investigação, foram conduzidas análises de correlação de *Pearson* entre as dimensões de ansiedade e evitamento na relação com o pai e com a mãe, as atribuições de gravidade e intencionalidade, as reações emocionais antecipadas e as práticas disciplinares prováveis, controlando as covariáveis identificadas.

Resultados

Atribuições e reações emocionais em relação à desobediência verbal e física em contexto privado e público, em função da faixa etária e do sexo da criança

A Tabela 1 sumaria as estatísticas descritivas (médias e desvios-padrão) das atribuições e reações emocionais maternas em relação aos diferentes comportamentos de desobediência, em função da faixa etária e do sexo da criança.

Atribuições e reações emocionais face ao comportamento de desobediência física em contexto privado, em função do sexo e da faixa etária da criança

Globalmente, as mães de crianças de ambas as faixas etárias perceberam níveis moderados de gravidade e intencionalidade em relação ao comportamento de desobediência física em contexto privado, antecipando sentir níveis mais elevados de zanga e de preocupação face a este tipo de comportamento (Tabela 1).

As análises de correlação preliminares mostraram que a escolaridade materna se associou negativamente com as atribuições de gravidade ($r = -.17, p = .049$) e intencionalidade ($r = -.27, p = .002$) e com as reações emocionais antecipadas de zanga ($r = -.19, p = .028$), culpa ($r = -.21, p = .019$), embaraço ($r = -.19, p = .027$) e preocupação ($r = -.18, p = .044$). A dimensão do agregado familiar correlacionou-se positivamente com as reações emocionais antecipadas de zanga ($r = -.21, p = .019$) e embaraço ($r = .18, p = .044$). O nível socioeconómico associou-se negativamente com a reação emocional antecipada de culpa ($r = -.19, p = .030$). O relato de problemas emocionais ou comportamentais maternos associou-se positivamente com as percepções de gravidade ($r = .21, p = .016$). A história de punição física pelo pai na infância associou-se negativamente com a reação emocional antecipada de preocupação ($r = .18, p = .034$). O relato de problemas emocionais ou comportamentais na criança associou-se positivamente com as percepções de gravidade ($r = .18, p = .034$) e intencionalidade ($r = .21, p = .018$).

Atribuições de gravidade e intencionalidade face à desobediência física em contexto privado. Controlando as covariáveis, a Tabela 1 evidencia que as ANOVAs mostraram que foram observadas diferenças estatisticamente significativas nas atribuições de gravidade e intencionalidade, em função da faixa etária da criança. Especificamente, as mães consideraram a desobediência física em contexto privado como mais grave e mais intencional quando os seus filhos se encontravam em idade escolar do que quando se encontravam em idade pré-escolar. Não foram observadas diferenças estatisticamente significativas nas atribuições, em função do sexo da criança, nem efeitos de interação estatisticamente significativos entre o sexo e a faixa etária da criança.

Tabela 1.

Atribuições Causais e Reações Emocionais Maternas em Relação à Desobediência Física e Verbal em Contexto Privado e Público, em Função do Sexo e da Faixa Etária da Criança

	Desobediência física em contexto privado						ANOVAs ^a		
	Pré-escolar			Escolar			Sexo	Faixa etária	Sexo x FE
	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	Z	Z	Z
	<i>M</i>	<i>M</i>	<i>M</i>	<i>M</i>	<i>M (SD)</i>	<i>M</i>			
	(<i>SD</i>)	(<i>SD</i>)	(<i>SD</i>)	(<i>SD</i>)		(<i>SD</i>)			
Gravidade	3.58	3.55	3.56	3.88	4.22	4.06	0.32	8.43**	0.60
	(0.79)	(0.87)	(0.82)	(0.77)	(0.85)	(0.83)			
Intencionalidade	2.52	2.76	2.63	3.18	3.38	3.28	1.43	11.51***	0.38
	(1.06)	(0.83)	(0.96)	(0.87)	(0.93)	(0.93)			
Zanga	3.03	3.17	3.10	3.62	3.86	3.75	0.50	15.97***	0.37
	(0.95)	(1.07)	(1.08)	(0.78)	(0.89)	(0.84)			
Culpa	2.13	2.39	2.25	2.53	2.78	2.66	0.75	3.58	0.02
	(1.07)	(1.13)	(1.10)	(1.19)	(1.25)	(1.22)			
Embaraço	2.30	2.39	2.34	2.73	2.65	2.69	0.25	2.50	1.48
	(1.24)	(1.28)	(1.22)	(1.28)	(1.38)	(1.33)			
Preocupação	2.93	3.14	3.02	3.57	3.75	3.66	0.15	10.57**	0.04
	(1.36)	(1.13)	(1.26)	(1.19)	(0.92)	(1.06)			
Calma	2.58	2.54	2.56	2.34	2.35	2.35	0.08	1.20	0.46
	(1.17)	(1.04)	(1.10)	(0.94)	(0.89)	(0.91)			
Desobediência verbal em contexto privado									
Gravidade	3.58	3.45	3.52	3.91	3.92	3.93	0.80	7.27**	0.03
	(0.87)	(0.95)	(0.90)	(0.75)	(0.72)	(0.73)			
Intencionalidade	2.97	3.04	3.00	3.56	3.51	3.54	0.00	9.11**	0.76
	(1.06)	(0.75)	(0.93)	(0.82)	(0.95)	(0.88)			
Zanga	3.03	3.17	3.10	3.71	3.73	3.72	0.00	13.17***	0.17
	(0.85)	(1.04)	(0.94)	(0.91)	(0.93)	(0.91)			
Culpa	1.82	1.93	1.87	2.29	2.32	2.31	0.00	5.30*	0.18
	(0.92)	(0.92)	(0.91)	(1.17)	(1.20)	(1.78)			
Embaraço	2.09	2.03	2.06	2.59	2.65	2.62	0.00	6.76*	0.08
	(1.21)	(1.12)	(1.16)	(1.44)	(1.11)	(1.27)			
Preocupação	2.77	2.70	2.74	3.30	3.56	3.44	0.00	14.88***	0.53
	(1.48)	(1.19)	(1.35)	(1.09)	(1.01)	(1.05)			
Calma	2.75	2.55	2.66	2.29	2.47	2.39	0.34	1.91	2.38
	(1.16)	(0.95)	(1.06)	(0.94)	(0.91)	(0.92)			

	Desobediência física em contexto público						ANOVAs ^a		
	Pré-escolar			Escolar			Sexo	Faixa etária	Sexo x FE
	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	Z	Z	Z
	<i>M</i>	<i>M</i>	<i>M</i>	<i>M</i>	<i>M (SD)</i>	<i>M</i>			
	<i>(SD)</i>	<i>(SD)</i>	<i>(SD)</i>	<i>(SD)</i>		<i>(SD)</i>			
Gravidade	3.60 (1.16)	3.64 (1.14)	3.62 (1.14)	4.17 (1.03)	4.41 (0.71)	4.30 (0.88)	0.07	13.06***	0.84
Intencionalidade	2.55 (1.15)	2.79 (0.92)	2.66 (1.05)	3.36 (1.08)	3.33 (1.15)	3.35 (1.11)	0.01	13.06***	2.59
Zanga	3.20 (1.10)	3.32 (1.04)	3.25 (1.06)	3.79 (1.08)	3.94 (0.80)	3.87 (0.94)	0.06	14.67***	1.63
Culpa	2.61 (1.32)	2.63 (1.31)	2.62 (1.30)	2.97 (1.31)	3.41 (1.55)	3.20 (1.45)	0.15	4.99*	0.45
Embaraço	3.24 (1.44)	3.07 (1.22)	3.16 (1.33)	3.64 (1.08)	3.65 (1.32)	3.64 (1.20)	0.10	3.55	0.06
Preocupação	2.94 (1.41)	3.14 (1.33)	3.03 (1.37)	3.70 (1.19)	3.86 (0.98)	3.79 (1.08)	0.05	12.15***	0.18
Calma	2.30 (1.13)	2.21 (0.92)	2.26 (1.03)	2.16 (1.09)	2.19 (0.97)	2.19 (0.98)	0.00	0.08	0.35
Desobediência verbal em contexto público									
Gravidade	3.39 (1.06)	3.79 (1.01)	3.58 (1.05)	4.17 (0.79)	4.33 (0.72)	4.26 (0.75)	1.14	16.61***	1.35
Intencionalidade	2.83 (1.09)	3.12 (0.91)	2.96 (1.01)	3.50 (0.94)	3.65 (0.92)	3.58 (0.92)	0.92	6.14*	0.67
Zanga	3.24 (1.09)	3.48 (1.18)	3.35 (1.13)	4.00 (0.95)	4.06 (0.79)	4.03 (0.86)	0.00	13.99***	0.43
Culpa	2.12 (1.19)	2.66 (1.34)	2.38 (1.28)	2.70 (1.37)	2.80 (1.28)	2.75 (1.31)	0.42	2.47	1.42
Embaraço	3.03 (1.38)	3.14 (1.36)	3.08 (1.36)	3.87 (1.11)	3.58 (1.32)	3.71 (1.23)	0.32	8.20**	1.10
Preocupação	2.86 (1.27)	2.78 (1.24)	2.83 (1.25)	3.54 (1.17)	3.58 (1.06)	3.56 (1.10)	1.52	14.19***	0.22
Calma	2.37 (1.31)	2.10 (1.01)	2.25 (1.18)	2.21 (0.98)	2.24 (0.99)	2.22 (0.98)	0.39	0.01	0.59

Nota. Masc refere-se a sexo masculino. Fem refere-se a sexo feminino. FE refere-se a faixa etária.

^aControlando as covariáveis

* $p < .05$. ** $p < .01$. *** $p < .001$

Reações emocionais face à desobediência física em contexto privado, em função da faixa etária e do sexo da criança. Controlando as covariáveis, a Tabela 1 evidencia que as ANOVAs mostraram que foram observadas diferenças estatisticamente significativas nas reações emocionais antecipadas de zanga e de preocupação, em função da faixa etária da criança. Especificamente, as mães anteciparam sentir níveis mais elevados de zanga e preocupação quando os seus filhos se encontravam em idade escolar do que quando se encontravam em idade pré-escolar. Não foram observadas diferenças estatisticamente significativas nas reações emocionais, em função do sexo da criança, nem efeitos de interação significativos entre o sexo e a faixa etária da criança.

Atribuições causais e reações emocionais face à desobediência verbal em contexto privado, em função da faixa etária e do sexo da criança

A Tabela 1 mostra que, globalmente, as mães de crianças de ambas as faixas etárias perceberam níveis moderados de gravidade e intencionalidade em relação ao comportamento de desobediência verbal em contexto privado, antecipando sentir níveis mais elevados de zanga.

As análises de correlação preliminares mostraram que o número de filhos se associou positivamente com as atribuições de intencionalidade ($r = .20, p = .024$). A história de punição pelo pai na infância evidenciou associações positivas estatisticamente significativas com a reação emocional antecipada de preocupação ($r = .19, p = .022$).

Atribuições de gravidade e intencionalidade face à desobediência verbal em contexto privado, em função da faixa etária e do sexo da criança.

Controlando as covariáveis, a Tabela 1 mostra que, tal como para a desobediência física em contexto privado, as mães de crianças em idade escolar consideraram os comportamentos de desobediência verbal como mais graves e intencionais por comparação com as mães de crianças em idade pré-escolar. Não foram observadas diferenças estatisticamente significativas nas atribuições de gravidade e intencionalidade em função do sexo da criança nem efeitos de interação significativos entre o sexo e a faixa etária da criança.

Reações emocionais face à desobediência verbal em contexto privado, em função da faixa etária e do sexo da criança.

Controlando as covariáveis, a Tabela 1 mostra que, à exceção da reação emocional antecipada de calma, as mães de crianças em idade escolar anteciparam sentir níveis mais elevados de todas as reações emocionais descritas por comparação com as mães de crianças em idade pré-escolar. Não foram observadas diferenças estatisticamente significativas nas

reações emocionais antecipadas em função do sexo da criança nem efeitos de interação significativos entre o sexo e a faixa etária da criança.

Atribuições causais e reações emocionais face à desobediência física em contexto público, em função da faixa etária e do sexo da criança

A Tabela 1 mostra que, globalmente, as mães de crianças de ambas as faixas etárias perceberam níveis moderados de gravidade e intencionalidade em relação aos comportamentos de desobediência física em contexto público, antecipando sentir níveis mais elevados de embaraço e de zanga.

As análises preliminares de correlação mostraram que a escolaridade materna se associou negativamente com as atribuições de gravidade ($r = -.30, p < .001$) e intencionalidade ($r = -.30, p < .001$) e com as reações emocionais antecipadas de zanga ($r = -.24, p = .006$) e preocupação ($r = -.31, p < .001$). Foram ainda observadas associações positivas estatisticamente significativas entre a dimensão do agregado familiar e as atribuições de gravidade ($r = .20, p = .023$). O relato de problemas emocionais e comportamentais maternos associou-se positivamente com reações emocionais antecipadas de culpa ($r = .18, p = .042$). O relato de problemas emocionais e comportamentais da criança associou-se positivamente com reações emocionais antecipadas de embaraço ($r = .18, p = .046$). A história de punição física pelo pai na infância associou-se positivamente às atribuições de gravidade ($r = .21, p = .025$) e a reações emocionais antecipadas de embaraço ($r = .19, p = .028$) e preocupação ($r = .19, p = .024$).

Atribuições de gravidade e intencionalidade face à desobediência física em contexto público, em função da faixa etária e do sexo da criança.

Controlando as covariáveis, a Tabela 1 evidencia que as mães consideraram os comportamentos de desobediência física em contexto público significativamente mais graves e mais intencionais quando os seus filhos se encontravam em idade escolar do que quando se encontravam em idade pré-escolar. Contudo, não foram observadas diferenças estatisticamente significativas em função do sexo da criança nem efeitos de interação significativos entre o sexo e a faixa etária da criança nas atribuições de gravidade e intencionalidade em relação a este tipo de comportamento de desobediência.

Reações emocionais face à desobediência física em contexto público, em função da faixa etária e do sexo da criança.

A Tabela 1 mostra ainda que as mães anteciparam sentir níveis significativamente mais elevados de zanga, culpa e preocupação face ao comportamento de desobediência física em contexto público quando os seus filhos se encontravam em idade escolar do que em idade pré-

escolar. Não foram identificadas diferenças estatisticamente significativas em função do sexo da criança nem efeitos de interação estatisticamente significativos entre o sexo e a faixa etária da criança nas reações emocionais antecipadas.

Atribuições causais e reações emocionais face à desobediência verbal em contexto público, em função da faixa etária e do sexo da criança

A Tabela 1 mostra que, globalmente, as mães de crianças de ambas as faixas etárias perceberam níveis moderados de gravidade e intencionalidade em relação aos comportamentos de desobediência verbal em contexto público, antecipando sentir níveis mais elevados de zanga e embaraço.

As análises preliminares de correlação mostraram que a escolaridade materna se associou negativamente com as atribuições de gravidade ($r = -.23, p = .008$) e intencionalidade ($r = -.25, p = .006$) e com as reações emocionais antecipadas de zanga ($r = -.19, p = .033$), culpa ($r = -.20, p = .029$) e preocupação ($r = -.23, p = .010$). O número de filhos correlacionou-se positivamente com as atribuições de intencionalidade ($r = .22, p = .016$). O nível socioeconómico associou-se negativamente com as atribuições de gravidade ($r = -.18, p = .048$) e intencionalidade ($r = -.20, p = .023$). A história de punição física pelo pai na infância associou-se positivamente com as reações emocionais antecipadas de zanga ($r = .19, p = .034$).

Atribuições de gravidade e intencionalidade face à desobediência verbal em contexto público, em função da faixa etária e do sexo da criança.

Controlando as covariáveis, a Tabela 1 mostra que as mães consideraram os comportamentos de desobediência verbal em contexto público significativamente mais graves e mais intencionais quando os seus filhos se encontravam em idade escolar do que em idade pré-escolar. Não foram observadas diferenças estatisticamente significativas em função do sexo da criança nem interações significativas entre o sexo e a faixa etária da criança para as atribuições de gravidade e intencionalidade.

Reações emocionais face à desobediência verbal em contexto público, em função da faixa etária e do sexo da criança.

A Tabela 1 mostra também que as mães anteciparam sentir níveis mais elevados de zanga, embaraço e preocupação em relação aos comportamentos de desobediência verbal em contexto público quando os seus filhos se encontravam em idade escolar do que em idade pré-escolar. Não foram observadas diferenças estatisticamente significativas em função do sexo da criança nem interações significativas entre o sexo e a faixa etária da criança para as reações emocionais.

Práticas disciplinares em relação à desobediência física e verbal da criança em contexto privado e público, em função da faixa etária e do sexo da criança

Práticas disciplinares em relação à desobediência física em contexto privado, em função da faixa etária e do sexo da criança.

A Tabela 2 sumaria as estatísticas descritivas (médias e desvios-padrão) das práticas disciplinares em relação aos comportamentos de desobediência física em contexto privado, em função da faixa etária e do sexo da criança.

Globalmente, a Tabela 2 mostra que as práticas disciplinares a que as mães com crianças de ambas as faixas etárias consideraram mais provável recorrer perante o comportamento de desobediência física da criança em contexto privado foram conversar sobre o problema e explicar à criança porque o comportamento é errado. Por oposição, as mães de crianças de ambas as faixas etárias relataram um menor recurso provável a práticas disciplinares fisicamente (e.g., beliscar, dar uma bofetada, puxar as orelhas) ou emocionalmente (e.g., dizer à criança que ela é feia, má ou chamar-lhe nomes) coercivas.

As análises de correlação preliminares mostraram que ser casada/unida de facto se associou positivamente com o recurso provável à ameaça de pôr de castigo ($r = .21, p = .013$) e negativamente com o recurso provável a bater no rabo com a mão aberta ($r = -.19, p = .029$). A idade materna associou-se negativamente com o recurso provável a dizer à criança que ela é feia, má ou chamar-lhe outro tipo de nomes ($r = -.20, p = .028$) e positivamente com o recurso provável à retirada de privilégios à criança por menos de 4-5 dias ($r = -.20, p = .028$). A dimensão do agregado familiar associou-se positivamente com o recurso provável a bater no rabo com a mão aberta ($r = .26, p = .003$) e negativamente com o recurso provável a dar uma ordem num tom de voz normal ($r = -.24, p = .006$). O nível socioeconómico mais baixo associou-se com o recurso provável a dizer à criança que ela é feia, má ou chamar-lhe outro tipo de nomes ($r = -.19, p = .027$).

As mães que relataram sofrer de problemas emocionais/comportamentais descreveram um recurso mais provável a ameaçar pôr a criança de castigo ($r = .20, p = .020$), beliscar ($r = .26, p = .002$), dizer à criança que ela é feia, má ou chamar-lhe outro tipo de nomes ($r = .19, p = .027$), dizer à criança para ir para o quarto ($r = .22, p = .011$) ou retirar-lhe privilégios por menos de 4-5 dias ($r = .28, p < .001$). Estas mães relataram ainda um recurso menos provável a dar uma ordem num tom de voz normal ($r = -.19, p = .024$). A história de punição física pela mãe na infância associou-se positivamente com o recurso menos provável a dizer à criança para ir para o quarto ($r = -.21, p = .014$).

No que se refere às diferenças de sexo nas práticas disciplinares, a Tabela 2 mostra que, de acordo com as ANOVAs, as mães de raparigas ($M = 1.67$, $DP = 1.01$) apenas relataram um recurso mais provável a bater no rabo com a mão aberta do que as mães de rapazes ($M = 1.25$, $DP = 0.56$).

Controlando as covariáveis, a Tabela 2 evidencia que as ANOVAs mostraram que as mães de crianças em idade escolar descreveram um recurso mais provável a ameaçar pôr a criança de castigo, dar-lhe um longo sermão num tom de voz normal ou dar-lhe uma ordem num tom de voz elevado, retirar-lhe privilégios por menos ou mais de 4-5 dias por comparação com as mães de crianças em idade pré-escolar. Por oposição, as mães de crianças em idade pré-escolar descreveram um recurso mais provável a expressar compreensão pelos sentimentos da criança, ignorar o seu comportamento, negociar um compromisso com ela ou redirecionar a sua atenção por comparação com as mães de crianças em idade escolar.

Não foram observados efeitos de interação estatisticamente significativos entre o sexo e a faixa etária da criança nas práticas disciplinares em relação aos comportamentos de desobediência física em contexto privado (Tabela 2).

Práticas disciplinares face à desobediência verbal em contexto privado, em função da faixa etária e do sexo da criança

A Tabela 3 sumaria as estatísticas descritivas (médias e desvios-padrão) das práticas disciplinares em relação aos comportamentos de desobediência verbal em contexto privado, em função da faixa etária e do sexo da criança.

Globalmente, a Tabela 3 mostra que as mães de crianças de ambas as faixas etárias relataram um maior recurso provável a explicar porque o comportamento é errado e a conversar sobre o problema. Por oposição, as mães de crianças de ambas as faixas etárias relataram um recurso menos provável a práticas disciplinares fisicamente (e.g., beliscar, dar uma bofetada, puxar as orelhas) e emocionalmente coercivas (e.g., dizer à criança que ela é feia, má ou chamar-lhe outro tipo de nomes).

As análises de correlação preliminares mostraram que as mães casadas/unidas de facto relataram um recurso mais provável a ameaçar pôr a criança de castigo ($r = .25$, $p = .005$). A idade materna associou-se positivamente a retirar privilégios à criança por menos ($r = .36$, $p < .001$) ou mais ($r = .20$, $p = .026$) de 4-5 dias. O número de filhos associou-se negativamente ao recurso a dar um sermão ($r = -.22$, $p = .015$) ou uma ordem ($r = -.19$, $p = .035$) em tom de voz normal; esta variável associou-se ainda positivamente ao recurso a práticas disciplinares como

Tabela 2.

Práticas Disciplinares em Relação à Desobediência Física em Contexto Privado, em Função do Sexo e da Faixa Etária da Criança

	Desobediência física em contexto privado						ANOVAs ^a		
	Pré-escolar			Escolar			Sexo	Faixa etária	Sexo x FE
	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	Z	Z	Z
	<i>M (SD)</i>	<i>M (SD)</i>	<i>M (SD)</i>	<i>M (SD)</i>	<i>M (SD)</i>	<i>M (SD)</i>			
Ameaçar bater sem o fazer	1.67 (1.02)	1.83 (1.17)	1.74 (1.09)	1.56 (0.86)	2.00 (1.27)	1.79 (1.11)	2.55	0.03	0.80
Ameaçar pôr de castigo	2.15 (1.37)	2.34 (1.26)	2.24 (1.31)	2.65 (1.30)	2.76 (1.38)	2.70 (1.36)	0.03	4.52*	0.08
Bater no rabo com a mão aberta	1.33 (0.69)	1.52 (0.79)	1.42 (0.74)	1.18 (0.39)	1.78 (1.16)	1.49 (0.93)	7.80*	0.02	1.81
Beliscar a criança	1.00 (0.00)	1.13 (0.46)	1.06 (0.31)	1.07 (0.25)	1.03 (0.18)	1.05 (0.22)	0.01	0.63	0.63
Conversar sobre o problema	4.12 (0.86)	4.31 (0.66)	4.21 (0.77)	4.32 (0.68)	4.30 (0.77)	4.31 (0.73)	0.17	0.85	1.14
Dar um longo sermão num tom de voz normal	2.27 (1.15)	2.07 (1.03)	2.18 (1.09)	3.00 (0.95)	3.22 (1.11)	3.11 (1.04)	0.05	24.30***	0.24
Dar um longo sermão num tom de voz elevado	1.94 (0.96)	2.10 (1.18)	2.02 (1.06)	2.47 (1.29)	2.46 (1.35)	2.46 (1.31)	0.32	2.97	0.30
Dar uma bofetada na cara, na cabeça ou nas orelhas	1.06 (0.35)	1.10 (0.31)	1.08 (0.33)	1.09 (0.51)	1.03 (0.16)	1.06 (0.37)	0.00	0.31	0.67
Dar uma ordem num tom de voz elevado	2.09 (1.10)	2.28 (1.25)	2.18 (1.17)	2.71 (1.12)	2.81 (1.33)	2.76 (1.22)	0.65	7.74**	0.08
Dar uma ordem num tom de voz normal	2.85 (1.06)	2.79 (1.01)	2.82 (1.03)	3.18 (0.90)	2.97 (1.14)	3.07 (1.03)	0.10	2.52	0.01
Dar uma palmada na mão, no braço ou na perna	1.30 (0.73)	1.41 (0.83)	1.35 (0.77)	1.24 (0.78)	1.38 (0.64)	1.31 (0.71)	1.48	0.30	0.05
Dizer à criança que ela é má, feia ou chamar-lhe outro tipo de nomes	1.10 (0.31)	1.27 (0.55)	1.18 (0.43)	1.00 (0.00)	1.11 (0.32)	1.05 (0.22)	1.51	2.60	0.24
Dizer à criança que não se gosta quando ela se porta mal	1.36 (0.78)	1.28 (0.53)	1.32 (0.67)	1.18 (0.72)	1.25 (0.77)	1.21 (0.74)	0.00	0.73	0.42

	Desobediência física em contexto privado						ANOVAs ^a		
	Pré-escolar			Escolar			Sexo	Faixa etária	Sexo x FE
	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	Z	Z	Z
	<i>M (SD)</i>	<i>M (SD)</i>	<i>M (SD)</i>	<i>M (SD)</i>	<i>M (SD)</i>	<i>M (SD)</i>			
Dizer à criança para ir para o quarto	1.38 (0.79)	1.28 (0.53)	1.33 (0.67)	1.18 (0.73)	1.17 (0.62)	1.18 (0.69)	0.33	1.06	0.04
Explicar à criança porque o comportamento é errado	4.19 (0.99)	4.24 (0.73)	4.21 (0.87)	4.38 (0.78)	4.39 (1.08)	4.39 (0.94)	0.32	1.08	0.08
Expressar compreensão pelos sentimentos da criança	3.85 (1.12)	3.66 (0.94)	3.76 (1.04)	3.21 (1.01)	3.36 (1.15)	3.21 (1.08)	0.01	6.34*	1.34
Expressar desapontamento num tom de voz normal	3.24 (1.06)	3.07 (1.16)	3.16 (1.10)	3.44 (1.10)	3.42 (1.25)	3.43 (1.20)	0.38	1.16	0.00
Expressar desapontamento num tom de voz elevado	1.64 (0.82)	2.07 (1.22)	1.84 (1.04)	1.97 (1.06)	2.22 (1.31)	2.10 (1.19)	2.86	0.65	1.18
Ignorar o comportamento da criança	1.36 (0.86)	1.24 (0.44)	1.31 (0.69)	1.26 (0.62)	1.00 (0.00)	1.13 (0.45)	2.91	5.74*	1.02
Negociar um compromisso com a criança	2.94 (1.27)	2.59 (1.15)	2.77 (1.22)	2.27 (1.35)	2.06 (1.14)	2.16 (1.24)	0.85	9.96**	0.16
Puxar as orelhas à criança	1.00 (0.00)	1.10 (0.56)	1.05 (0.38)	1.06 (0.34)	1.09 (0.51)	1.07 (0.43)	0.70	0.11	0.30
Redirecionar a atenção da criança	2.48 (1.35)	2.59 (1.21)	2.53 (1.28)	1.82 (1.06)	1.61 (0.93)	1.71 (0.99)	0.18	17.30***	0.72
Retirar privilégios por 4 ou 5 dias	1.19 (0.54)	1.57 (0.96)	1.37 (0.78)	2.21 (1.27)	2.26 (1.37)	2.23 (1.31)	3.05	10.76***	0.98
Retirar privilégios por mais do que 4 ou 5 dias	1.06 (0.25)	1.28 (0.59)	1.16 (0.59)	1.44 (0.89)	1.46 (0.89)	1.45 (0.88)	1.64	4.72*	0.50

Nota. Masc refere-se a sexo masculino. Fem refere-se a sexo feminino. FE refere-se a faixa etária.

^aControlando as covariáveis

* $p < .05$. ** $p < .01$. *** $p < .001$

dar um sermão ($r = .20, p = .033$) ou uma ordem ($r = .26, p = .003$) num tom de voz elevado e dizer à criança que não se gosta dela quando ela se porta mal ($r = .21, p = .017$). O nível socioeconómico mais baixo associou-se a um recurso mais provável a ignorar o comportamento da criança ($r = .22, p = .013$). As mães com problemas emocionais/comportamentos relataram um recurso mais provável a ameaçar bater sem o fazer ($r = .17, p = .046$), ameaçar pôr de castigo ($r = .25, p = .004$), beliscar ($r = .23, p = .009$), dar uma palmada ($r = .23, p = .007$), dizer à criança que ela é feia, má ou chamar-lhe outro tipo de nomes ($r = .30, p < .001$), que não se gosta dela quando ela se porta mal ($r = .22, p = .012$), para ir para o quarto ($r = .25, p = .005$), ignorar o seu comportamento ($r = .21, p = .013$) ou retirar-lhe privilégios por menos de 4-5 dias ($r = .23, p = .009$). O relato de problemas emocionais/comportamentais na criança associou-se positivamente a dizer à criança para ir para o quarto ($r = .22, p = .012$) e retirar-lhe privilégios por menos de 4-5 dias ($r = .20, p = .025$). A história de punição física pela mãe na infância associou-se ao recurso menos provável a dizer à criança para ir para o quarto ($r = -.19, p = .022$). A história de punição física pelo pai na infância associou-se positivamente ao recurso mais provável a dar um sermão num tom de voz elevado ($r = .26, p = .002$) e a dar uma ordem num tom de voz elevado ($r = .28, p < .001$).

Quanto às diferenças nas práticas disciplinares em função do sexo da criança, as ANOVAs (Tabela 3) mostraram que as mães de raparigas ($M = 1.16, DP = 0.48$) relataram um recurso mais provável a bater no rabo com a mão aberta por comparação com as mães de rapazes ($M = 1.45, DP = 0.92$).

Controlando as covariáveis, a Tabela 3 mostra que as ANOVAs revelaram que as mães de crianças em idade escolar relataram um recurso mais provável a ameaçar pôr a criança de castigo sem o fazer, a dar-lhe um longo sermão num tom de voz normal, a dar-lhe um longo sermão ou uma ordem num tom de voz elevado, a dizer-lhe para ir para o quarto, expressar desapontamento num tom de voz normal ou retirar-lhe privilégios por menos de 4-5 dias por comparação com as mães de crianças em idade pré-escolar.

Não foram observados efeitos de interação estatisticamente significativos entre o sexo e a faixa etária da criança nas práticas disciplinares em relação aos comportamentos de desobediência verbal em contexto privado (Tabela 3).

Tabela 3.

Práticas Disciplinares em Relação à Desobediência Verbal em Contexto Privado, em Função do Sexo e da Faixa Etária da Criança

	Desobediência verbal em contexto privado						ANOVAs ^a		
	Pré-escolar			Escolar			Sexo	Faixa etária	Sexo x FE
	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	Z	Z	Z
	<i>M (SD)</i>	<i>M (SD)</i>	<i>M (SD)</i>	<i>M (SD)</i>	<i>M (SD)</i>	<i>M (SD)</i>			
Ameaçar bater sem o fazer	1.25 (0.72)	1.59 (1.21)	1.41 (0.99)	1.55 (0.83)	1.58 (0.99)	1.57 (0.92)	0.93	1.18	0.08
Ameaçar pôr de castigo	1.73 (1.10)	2.07 (1.16)	1.89 (1.13)	2.58 (1.35)	2.54 (1.37)	2.56 (1.34)	0.02	10.15**	0.90
Bater no rabo com a mão aberta	1.12 (0.42)	1.52 (1.02)	1.31 (0.78)	1.21 (0.54)	1.41 (0.82)	1.31 (0.71)	5.12*	0.01	0.28
Beliscar a criança	1.00 (0.00)	1.11 (0.42)	1.05 (0.28)	1.03 (0.17)	1.03 (0.16)	1.03 (0.17)	1.71	0.10	0.96
Conversar sobre o problema	4.06 (0.83)	3.90 (1.11)	3.98 (0.97)	4.15 (0.93)	4.11 (1.11)	4.13 (1.02)	0.79	0.54	0.05
Dar um longo sermão num tom de voz normal	2.10 (1.19)	2.56 (1.12)	2.32 (1.17)	2.94 (1.13)	3.20 (1.18)	3.07 (1.16)	1.88	17.69***	1.22
Dar um longo sermão num tom de voz elevado	1.59 (0.89)	1.95 (1.20)	1.75 (1.04)	2.38 (1.12)	2.45 (1.36)	2.42 (1.24)	0.95	8.91**	1.19
Dar uma bofetada na cara, na cabeça ou nas orelhas	1.00 (0.00)	1.03 (1.19)	1.02 (1.27)	1.03 (0.17)	1.08 (0.36)	1.06 (0.29)	1.18	0.92	0.05
Dar uma ordem num tom de voz elevado	1.73 (1.05)	2.19 (1.27)	1.95 (1.17)	2.47 (1.40)	2.61 (1.35)	2.54 (1.36)	2.26	4.30*	0.41
Dar uma ordem num tom de voz normal	2.56 (1.18)	2.95 (1.07)	2.73 (1.14)	2.97 (1.07)	3.13 (1.23)	3.05 (1.15)	0.02	2.18	1.05
Dar uma palmada na mão, no braço ou na perna	1.09 (0.38)	1.38 (0.73)	1.23 (0.58)	1.35 (0.92)	1.44 (0.82)	1.40 (0.87)	2.07	1.10	0.47
Dizer à criança que ela é má, feia ou chamar-lhe outro tipo de nomes	1.06 (0.24)	1.10 (0.41)	1.08 (0.33)	1.00 (0.00)	1.11 (0.52)	1.06 (0.38)	0.72	0.72	0.22
Dizer à criança que não se gosta dela quando ela se porta mal	1.07 (0.25)	1.22 (0.42)	1.14 (0.35)	1.26 (0.90)	1.18 (0.63)	1.22 (0.77)	0.17	0.03	1.66

	Desobediência verbal em contexto privado						ANOVAs ^a		
	Pré-escolar			Escolar			Sexo	Faixa etária	Sexo x FE
	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	Z	Z	Z
	<i>M (SD)</i>	<i>M (SD)</i>	<i>M (SD)</i>	<i>M (SD)</i>	<i>M (SD)</i>	<i>M (SD)</i>			
Dizer à criança para ir para o quarto	1.38 (0.87)	1.52 (0.91)	1.44 (0.89)	2.03 (1.13)	1.76 (1.23)	1.90 (1.18)	0.25	6.37*	1.78
Explicar à criança porque o comportamento é errado	4.33 (0.82)	4.17 (0.97)	4.26 (0.89)	4.32 (0.81)	4.31 (0.82)	4.31 (0.81)	0.49	0.35	0.33
Expressar compreensão pelos sentimentos da criança	3.76 (1.12)	3.38 (0.91)	3.58 (1.03)	3.26 (1.11)	3.50 (1.35)	3.39 (1.18)	0.06	1.12	3.03
Expressar desapontamento num tom de voz normal	2.91 (1.23)	2.76 (1.19)	2.84 (1.20)	3.21 (1.01)	3.44 (1.18)	3.33 (1.10)	0.01	5.82*	0.16
Expressar desapontamento num tom de voz elevado	1.73 (0.98)	1.90 (1.18)	1.81 (1.07)	2.12 (1.34)	2.28 (1.34)	2.20 (1.34)	0.59	3.25	0.00
Ignorar o comportamento da criança	1.18 (0.73)	1.17 (0.54)	1.18 (0.64)	1.12 (0.41)	1.06 (0.24)	1.09 (0.33)	0.22	3.11	0.32
Negociar um compromisso com a criança	2.85 (1.35)	2.41 (1.24)	2.65 (1.31)	2.41 (1.41)	2.19 (1.28)	2.30 (1.34)	1.55	3.03	0.58
Puxar as orelhas à criança	1.00 (0.00)	1.07 (0.38)	1.03 (0.25)	1.06 (0.34)	1.11 (0.52)	1.09 (0.44)	0.89	0.58	0.03
Redirecionar a atenção da criança	2.06 (1.27)	1.90 (1.29)	1.98 (1.27)	1.59 (0.82)	1.61 (0.84)	1.60 (0.82)	0.98	2.85	0.12
Retirar privilégios por menos de 4 ou 5 dias	1.19 (0.54)	1.36 (0.73)	1.27 (0.63)	2.42 (1.39)	2.32 (1.37)	2.38 (1.37)	0.42	18.22***	0.66
Retirar privilégios por mais do que 4 ou 5 dias	1.13 (0.42)	1.26 (0.71)	1.19 (0.57)	1.55 (0.94)	1.39 (0.84)	1.47 (0.89)	0.03	1.86	0.82

Nota. Masc refere-se a sexo masculino. Fem refere-se a sexo feminino. FE refere-se a faixa etária.

^aControlando as covariáveis

* $p < .05$. ** $p < .01$. *** $p < .001$

Práticas disciplinares face à desobediência física em contexto público, em função da faixa etária e do sexo da criança

A Tabela 4 sumaria as estatísticas descritivas (médias e desvios-padrão) das práticas disciplinares em relação aos comportamentos de desobediência física em contexto público, em função da faixa etária e do sexo da criança.

Globalmente, a Tabela 4 mostra que as mães de crianças de ambas as faixas etárias relataram um recurso mais provável a conversar sobre o problema. Por oposição, as mães de crianças de ambas as faixas etárias relataram um recurso menos provável a práticas fisicamente (e.g., beliscar, dar uma bofetada) e emocionalmente (e.g., dizer à criança que ela é feia, má ou chamar-lhe outro tipo de nomes) coercivas.

As análises preliminares de correlação mostraram que a idade materna se associou positivamente com dizer à criança para ir para o quarto quando chegar a casa ($r = .19, p = .040$). A escolaridade materna se associou negativamente com dizer à criança que não se gosta dela quando ela se porta mal ($r = -.22, p = .013$). Ser casada/unida de fato associou-se a um recurso mais provável a dizer à criança para ir para o quarto quando chegar a casa ($r = .17, p = .049$). A dimensão do agregado familiar associou-se a um recurso mais provável a bater no rabo com a mão aberta ($r = .25, p = .004$). O nível socioeconómico mais baixo associou-se a um recurso mais provável a beliscar ($r = -.18, p = .043$), dar uma palmada ($r = -.17, p = .048$) ou expressar o desapontamento num tom de voz elevado ($r = -.18, p = .038$). As mães que relataram sofrer de problemas emocionais/comportamentais descreveram um recurso mais provável a ameaçar pôr de castigo ($r = .25, p = .004$), bater no rabo com a mão aberta ($r = .25, p = .004$), beliscar ($r = .20, p = .024$), dar uma bofetada ($r = .22, p = .012$), dar uma palmada ($r = .26, p = .003$), dizer à criança para ir para o quarto quando chegar a casa ($r = .22, p = .012$), puxar-lhe as orelhas ($r = .28, p = .002$), ou retirar-lhe privilégios por menos de 4-5 dias ($r = .26, p = .003$). O relato de problemas emocionais/comportamentais da criança associou-se mais a um recurso mais provável a ameaçar pôr de castigo ($r = .20, p = .023$), dizer à criança para ir para o quarto quando chegar a casa ($r = .24, p = .007$), ignorar o seu comportamento ($r = .18, p = .047$) e retirar-lhe privilégios por menos de 4-5 dias ($r = .26, p = .003$).

Tabela 4.

Práticas Disciplinares em Relação à Desobediência Física em Contexto Público, em Função do Sexo e da Faixa Etária da Criança

	Desobediência física em contexto público						ANOVAs ^a		
	Pré-escolar			Escolar			Sexo	Faixa etária	Sexo x FE
	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	Z	Z	Z
	<i>M (SD)</i>	<i>M (SD)</i>	<i>M (SD)</i>	<i>M (SD)</i>	<i>M (SD)</i>	<i>M (SD)</i>			
Ameaçar bater sem o fazer	1.34 (0.87)	1.46 (0.88)	1.40 (0.87)	1.53 (0.92)	1.60 (1.09)	1.57 (1.00)	0.81	1.30	0.07
Ameaçar pôr de castigo	1.70 (1.21)	1.73 (1.03)	1.71 (1.26)	2.59 (1.30)	2.29 (1.37)	2.43 (1.33)	0.14	8.48**	2.94
Bater no rabo com a mão aberta	1.12 (0.42)	1.32 (0.77)	1.21 (0.61)	1.09 (0.38)	1.44 (0.91)	1.28 (0.73)	6.46*	0.14	0.13
Beliscar a criança	1.00 (0.00)	1.07 (0.26)	1.03 (0.18)	1.12 (0.42)	1.09 (0.37)	1.10 (0.39)	0.22	0.39	1.96
Conversar sobre o problema	4.09 (0.99)	3.75 (1.01)	3.93 (1.01)	4.25 (0.95)	4.19 (1.14)	4.22 (1.09)	2.27	1.39	0.19
Dar um longo sermão num tom de voz normal	2.42 (1.35)	2.14 (1.15)	2.30 (1.26)	3.21 (1.29)	3.11 (1.30)	3.16 (1.29)	0.85	14.55***	0.01
Dar um longo sermão num tom de voz elevado	1.31 (0.54)	1.91 (1.31)	1.57 (0.99)	2.14 (1.22)	2.13 (1.31)	2.14 (1.25)	2.17	5.64*	2.82
Dar uma bofetada na cara, na cabeça ou nas orelhas	1.00 (0.00)	1.00 (0.00)	1.00 (0.00)	1.00 (0.00)	1.03 (0.17)	1.01 (0.12)	b	b	b
Dar uma ordem num tom de voz elevado	1.47 (0.77)	2.00 (1.07)	1.69 (0.94)	2.14 (1.30)	2.00 (1.32)	2.07 (1.30)	1.33	1.60	2.47
Dar uma ordem num tom de voz normal	2.67 (1.34)	2.67 (1.14)	2.67 (1.24)	3.09 (1.16)	2.92 (1.34)	3.00 (1.25)	0.50	3.32	0.33
Dar uma palmada na mão, no braço ou na perna	1.06 (0.24)	1.36 (0.91)	1.20 (0.65)	1.27 (0.72)	1.17 (0.51)	1.22 (0.62)	0.39	0.01	3.22
Dizer à criança que ela é má, feia ou chamar-lhe outro tipo de nomes	1.06 (0.35)	1.11 (0.43)	1.08 (0.38)	1.00 (0.00)	1.14 (0.43)	1.07 (0.32)	2.48	0.02	0.73
Dizer à criança que não se gosta dela quando ela se porta mal	1.21 (0.74)	1.25 (0.65)	1.23 (0.69)	1.18 (0.73)	1.14 (0.42)	1.16 (0.59)	0.03	0.96	0.57

	Desobediência física em contexto público						ANOVAs ^a		
	Pré-escolar			Escolar			Z	Z	Z
	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total			
<i>M (SD)</i>	<i>M (SD)</i>	<i>M (SD)</i>	<i>M (SD)</i>	<i>M (SD)</i>	<i>M (SD)</i>				
Dizer à criança para ir para o quarto	1.31 (0.93)	1.25 (0.66)	1.29 (0.81)	1.87 (1.26)	1.71 (1.19)	1.79 (1.22)	0.38	4.58*	0.00
Explicar à criança porque o comportamento é errado	3.97 (1.38)	4.14 (0.94)	4.04 (1.19)	4.21 (1.05)	4.58 (0.56)	4.40 (0.85)	0.22	5.92*	0.42
Expressar compreensão pelos sentimentos da criança	3.82 (1.16)	3.43 (0.92)	3.64 (1.07)	3.00 (1.06)	3.64 (1.22)	3.33 (1.18)	0.39	1.58	6.93**
Expressar desapontamento num tom de voz normal	3.12 (1.22)	2.75 (1.30)	2.95 (1.26)	3.33 (1.19)	3.53 (1.23)	3.43 (1.21)	0.59	5.71*	1.19
Expressar desapontamento num tom de voz elevado	1.38 (0.61)	2.00 (1.19)	1.67 (0.97)	1.91 (1.09)	1.86 (1.18)	1.88 (1.13)	2.22	0.22	5.69*
Ignorar o comportamento da criança	1.24 (0.79)	1.36 (0.62)	1.30 (0.72)	1.20 (0.54)	1.08 (0.28)	1.13 (0.42)	0.19	6.68*	0.34
Negociar um compromisso com a criança	3.03 (1.31)	2.57 (1.20)	2.82 (1.27)	2.48 (1.42)	2.20 (1.32)	2.34 (1.37)	1.68	5.41*	0.24
Puxar as orelhas à criança	1.00 (0.00)	1.09 (0.43)	1.04 (0.28)	1.04 (0.19)	1.00 (0.00)	1.02 (0.13)	0.36	0.05	0.96
Redirecionar a atenção da criança	2.45 (1.44)	2.29 (1.36)	2.38 (1.39)	1.76 (0.97)	1.74 (1.07)	1.75 (1.01)	0.27	7.20**	0.05
Retirar privilégios por menos de 4 ou 5 dias	1.33 (0.89)	1.43 (0.79)	1.38 (0.84)	2.47 (1.41)	2.22 (1.31)	2.34 (1.36)	0.06	18.32***	0.48
Retirar privilégios por mais do que 4 ou 5 dias	1.15 (0.51)	1.26 (0.71)	1.20 (0.61)	1.53 (0.95)	1.59 (0.93)	1.56 (0.93)	0.88	8.15**	0.10

Nota. Masc refere-se a sexo masculino. Fem refere-se a sexo feminino. FE refere-se a faixa etária.

^aControlando as covariáveis

^bAs comparações entre os grupos não são apresentadas, uma vez que, em três dos grupos, todos os participantes referiram que seria nada provável recorrerem à prática disciplinar apresentada

* $p < .05$. ** $p < .01$. *** $p < .001$

A história de punição física pelo pai na infância associou-se a um recurso mais provável a ameaçar pôr de castigo ($r = .17, p = .040$), dar um sermão ($r = .17, p = .049$) ou uma ordem ($r = .21, p = .013$) num tom de voz elevado e explicar porque o comportamento é errado ($r = .22, p = .011$).

A Tabela 4 mostra que não foram observadas diferenças estatisticamente significativas nas práticas disciplinares em função do sexo da criança. Controlando as covariáveis, a Tabela 4 mostra que as mães de crianças em idade escolar relataram um recurso mais provável a ameaçar pôr de castigo, dar um longo sermão num tom de voz normal ou elevado, dizer à criança para ir para o quarto quando chegar a casa, explicar porque o comportamento é errado, expressar desapontamento num tom de voz normal e retirar privilégios por menos ou mais de 4-5 dias por comparação com as mães das crianças em idade pré-escolar. Por oposição, as mães de crianças em idade pré-escolar relataram um recurso mais provável a ignorar o comportamento da criança, negociar um compromisso com ela e redirecionar a sua atenção por comparação com as mães das crianças em idade escolar.

Foi observada uma interação estatisticamente significativa entre o sexo e a faixa etária da criança relativamente à expressão de compreensão pelos sentimentos da criança (Tabela 4). Especificamente, as mães de raparigas tenderam a considerar menos provável expressar compreensão pelos sentimentos da criança do que as mães de rapazes quando a criança se encontrava em idade pré-escolar. Por oposição, as mães de raparigas tenderam a considerar mais provável expressar compreensão pelos sentimentos da criança do que as mães de rapazes quando a criança se encontrava em idade escolar.

Também foi observada uma interação estatisticamente significativa entre o sexo e a faixa etária da criança relativamente à expressão de desapontamento num tom de voz elevado. Especificamente, as mães de raparigas tenderam a considerar mais provável expressar desapontamento num tom de voz elevado do que as mães de rapazes quando a criança se encontrava em idade pré-escolar. Estas diferenças de sexo não se verificaram em idade escolar.

Práticas disciplinares face à desobediência verbal em contexto público, em função da faixa etária e do sexo da criança

A Tabela 5 sumaria as estatísticas descritivas (médias e desvios-padrão) das práticas disciplinares em relação aos comportamentos de desobediência física em contexto público, em função da faixa etária e do sexo da criança.

Tabela 5.

Práticas Disciplinares em Relação à Desobediência Verbal em Contexto Público, em Função do Sexo e da Faixa Etária da Criança

	Desobediência verbal em contexto público						ANOVAs ^a		
	Pré-escolar			Escolar			Sexo	Faixa etária	Sexo x FE
	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	Z	Z	Z
	<i>M (SD)</i>	<i>M (SD)</i>	<i>M (SD)</i>	<i>M (SD)</i>	<i>M (SD)</i>	<i>M (SD)</i>			
Ameaçar bater sem o fazer	1.19 (0.65)	1.55 (1.09)	1.37 (0.90)	1.32 (0.67)	1.53 (0.93)	1.44 (0.82)	3.88	0.26	0.01
Ameaçar pôr de castigo	1.71 (1.24)	2.00 (1.27)	1.84 (1.85)	2.79 (1.53)	2.37 (1.45)	2.57 (1.49)	0.06	3.90	2.95
Bater no rabo com a mão aberta	1.06 (0.25)	1.34 (0.94)	1.20 (0.68)	1.14 (0.59)	1.24 (0.61)	1.19 (0.60)	2.10	0.10	0.55
Beliscar a criança	1.00 (0.00)	1.07 (0.26)	1.03 (0.18)	1.03 (0.19)	1.00 (0.00)	1.02 (0.13)	b	b	b
Conversar sobre o problema	4.13 (0.98)	3.86 (1.06)	4.00 (1.02)	4.10 (1.15)	4.09 (1.07)	4.10 (1.10)	0.53	0.42	0.33
Dar um longo sermão num tom de voz normal	2.63 (1.31)	2.38 (1.21)	2.51 (1.26)	3.34 (1.11)	3.50 (1.24)	3.43 (1.17)	0.23	18.11***	0.28
Dar um longo sermão num tom de voz elevado	1.55 (0.81)	2.10 (1.15)	1.82 (1.02)	2.36 (1.25)	2.09 (1.22)	2.21 (1.23)	0.55	2.35	5.17*
Dar uma bofetada na cara, na cabeça ou nas orelhas	1.00 (0.00)	1.00 (0.00)	1.00 (0.00)	1.00 (0.00)	1.06 (0.24)	1.03 (0.18)	b	b	b
Dar uma ordem num tom de voz elevado	1.62 (1.12)	1.91 (1.28)	1.75 (1.19)	2.25 (1.23)	2.07 (1.26)	2.15 (1.24)	0.38	2.79	1.78
Dar uma ordem num tom de voz normal	2.84 (1.19)	2.61 (1.03)	2.73 (1.12)	3.21 (1.10)	3.17 (1.32)	3.19 (1.22)	0.74	4.93*	0.04
Dar uma palmada na mão, no braço ou na perna	1.06 (0.25)	1.24 (0.64)	1.15 (0.48)	1.17 (0.38)	1.37 (0.88)	1.28 (0.70)	2.74	1.15	0.01
Dizer à criança que ela é má, feia ou chamar-lhe outro tipo de nomes	1.03 (0.18)	1.14 (0.45)	1.08 (0.34)	1.04 (0.20)	1.09 (0.38)	1.07 (0.31)	2.40	0.04	0.06
Dizer à criança que não se gosta dela quando ela se porta mal	1.03 (0.18)	1.45 (0.99)	1.23 (0.72)	1.21 (0.79)	1.23 (0.60)	1.22 (0.68)	2.15	0.51	3.87*

	Desobediência verbal em contexto público						ANOVAs ^a		
	Pré-escolar			Escolar			Sexo	Faixa etária	Sexo x FE
	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	Z	Z	Z
	<i>M (SD)</i>	<i>M (SD)</i>	<i>M (SD)</i>	<i>M (SD)</i>	<i>M (SD)</i>	<i>M (SD)</i>			
Dizer à criança para ir para o quarto	1.35 (0.95)	1.36 (0.78)	1.36 (0.87)	1.96 (1.29)	1.84 (1.27)	1.90 (1.27)	0.29	4.98*	0.02
Explicar à criança porque o comportamento é errado	4.38 (0.71)	4.14 (0.95)	4.26 (0.84)	4.34 (0.94)	4.12 (1.20)	4.22 (1.08)	2.75	0.01	0.05
Expressar compreensão pelos sentimentos da criança	3.39 (1.23)	3.36 (0.95)	3.37 (1.10)	3.11 (1.20)	3.23 (1.36)	3.17 (1.28)	0.00	0.06	0.03
Expressar desapontamento num tom de voz normal	3.12 (1.21)	3.03 (1.24)	3.08 (1.22)	3.28 (1.19)	3.46 (1.22)	3.37 (1.20)	0.03	2.08	0.18
Expressar desapontamento num tom de voz elevado	1.56 (0.91)	1.96 (1.23)	1.75 (1.08)	1.93 (1.07)	2.09 (1.17)	2.02 (1.12)	1.74	1.59	0.58
Ignorar o comportamento da criança	1.28 (0.81)	1.14 (0.45)	1.22 (0.67)	1.25 (0.52)	1.03 (0.17)	1.13 (0.39)	4.28*	0.82	0.10
Negociar um compromisso com a criança	2.72 (1.11)	2.38 (1.15)	2.56 (1.13)	2.45 (1.50)	2.31 (1.32)	2.37 (1.40)	0.44	1.52	0.83
Puxar as orelhas à criança	1.00 (0.00)	1.11 (0.42)	1.05 (0.29)	1.00 (0.00)	1.00 (0.00)	1.00 (0.00)	b	b	b
Redirecionar a atenção da criança	2.28 (1.44)	2.24 (1.43)	2.26 (1.43)	2.00 (1.10)	1.71 (0.97)	1.84 (1.04)	0.59	2.54	0.51
Retirar privilégios por menos de 4 ou 5 dias	1.28 (0.70)	1.35 (0.71)	1.31 (0.70)	2.25 (1.42)	2.57 (1.43)	2.43 (1.42)	0.87	20.24***	0.05
Retirar privilégios por mais de 4-5 dias	1.16 (0.52)	1.29 (0.81)	1.22 (0.67)	1.46 (0.96)	1.63 (1.03)	1.56 (0.99)	1.43	5.27*	0.25

Nota. Masc refere-se a sexo masculino. Fem refere-se a sexo feminino. FE refere-se a faixa etária. ^aControlando as covariáveis.

^bAs comparações entre os grupos não são apresentadas, uma vez que, em vários grupos, todos os participantes referiram que seria nada provável recorrerem à prática disciplinar apresentada

* $p < .05$. ** $p < .01$. *** $p < .001$

Globalmente, a Tabela 5 mostra que as mães das crianças de ambas as faixas etárias consideraram mais provável explicar à criança porque o comportamento é errado e conversar sobre o problema. Por oposição, as mães das crianças de ambas as faixas etárias consideraram menos provável recorrer a práticas fisicamente (e.g., beliscar, dar uma bofetada, puxar as orelhas) e emocionalmente coercivas (e.g., dizer à criança que ela é feia, má ou chamar-lhe outro tipo de nomes).

As análises preliminares de correlação mostraram que a idade materna se associou positivamente a ameaçar pôr de castigo ($r = .23, p = .012$) e a dizer à criança para ir para o quarto quando chegar a casa ($r = .21, p = .025$) e se associou negativamente a expressar compreensão pelos sentimentos da criança ($r = -.21, p = .026$). Ser casada/unida de facto associou-se a um recurso mais provável a dizer à criança para ir para o quarto quando chegar a casa ($r = .19, p = .033$). A escolaridade materna associou-se negativamente com dizer à criança que não se gosta dela quando ela se porta mal ($r = -.26, p = .004$). O número de filhos associou-se positivamente ao recurso mais provável a beliscar ($r = .19, p = .043$). O nível socioeconómico mais baixo associou-se a um recurso mais provável a dizer à criança que não se gosta dela quando ela se porta mal ($r = -.21, p = .023$). As mães que relataram sofrer de problemas emocionais/comportamentais relataram um recurso mais provável a ameaçar pôr de castigo ($r = .24, p = .007$), bater no rabo com a mão ($r = .24, p = .009$), beliscar ($r = .23, p = .010$), dizer à criança para ir para o quarto quando chegar a casa ($r = .33, p < .001$), puxar as orelhas ($r = .31, p < .001$) e retirar privilégios por menos de 4-5 dias ($r = .27, p = .003$). O relato de problemas emocionais/comportamentais na criança associou-se a um recurso mais provável a ameaçar pôr de castigo ($r = .19, p = .038$), dizer à criança para ir para o quarto quando chegar a casa ($r = .28, p < .001$) e retirar privilégios por menos de 4-5 dias ($r = .21, p = .021$). A história de punição pela mãe na infância associou-se ao recurso mais provável a dar um sermão num tom de voz elevado ($r = .20, p = .023$) ou dizer à criança que não se gosta dela quando ela se porta mal ($r = .19, p = .029$). A história de punição pelo pai na infância associou-se ao recurso a ameaçar pôr de castigo ($r = .25, p = .003$), dar um sermão ($r = .22, p = .014$) ou uma ordem ($r = .21, p = .014$) num tom de voz elevado e retirar privilégios por menos de 4-5 dias ($r = .19, p = .028$).

Quanto às diferenças de sexo, a Tabela 5 mostra que as mães de raparigas relataram um recurso menos provável à prática de ignorar o comportamento da criança por comparação com as mães de rapazes. Controlando as covariáveis, a Tabela 5 mostra que as mães de crianças em idade escolar relataram um recurso mais provável a dar um longo sermão ou uma ordem num

tom de voz normal, dar um longo sermão num tom de voz elevado, dizer à criança para ir para o quarto quando chegar a casa e retirar-lhe privilégios por menos ou mais de 4-5 dias por comparação com as mães das crianças em idade pré-escolar.

Foi observado um efeito de interação estatisticamente significativo entre a idade e o sexo da criança (Tabela 5) no que se refere à prática de dar um longo sermão em tom de voz elevado. As mães de raparigas relataram um maior recurso provável a esta prática do que as mães de rapazes em idade pré-escolar. Em idade escolar, verificaram diferenças de sexo inversas.

Foi também observado um efeito de interação estatisticamente significativo entre a idade e o sexo da criança quanto à prática de dizer à criança que não se gosta quando ela se porta mal quando ela se porta mal (Tabela 5). Especificamente, as mães de raparigas tenderam a considerar mais provável o recurso a esta prática do que as mães de rapazes quando a criança se encontrava em idade pré-escolar. Não foram observadas diferenças no recurso provável a esta prática em função do sexo, quando a criança se encontrava em idade escolar.

Associações entre as representações de vinculação do adulto, as atribuições, reações emocionais e práticas disciplinares em relação aos comportamentos de desobediência física e verbal em contexto privado e público

Globalmente, as mães da nossa amostra relataram níveis baixos de evitamento na relação com a mãe ($M = 2.59, DP = 1.48$) e níveis médios de evitamento na relação com o pai ($M = 3.23, DP = 1.55$). Quanto à dimensão de ansiedade, os níveis relatados pelas mães da nossa amostra foram baixos, quer na relação com a mãe ($M = 2.11, DP = 1.47$), quer na relação com o pai ($M = 2.17, DP = 1.48$). Na relação com a mãe, as dimensões de evitamento e ansiedade revelaram correlações positivas de magnitude pequena ($r = .26, p = .002$). Na relação com o pai, as dimensões de evitamento e ansiedade revelaram correlações positivas de magnitude moderada ($r = .30, p = .001$). Enquanto o evitamento na relação com a mãe e com o pai revelaram correlações positivas de magnitude moderada ($r = .35, p < .001$), as correlações entre a ansiedade na relação com a mãe e com o pai foi de magnitude forte ($r = .77, p < .001$).

As análises preliminares de correlação mostraram que os relatos de ansiedade na relação com a mãe se associaram negativamente com a escolaridade ($r = -.28, p < .001$), o número de filhos ($r = -.18, p = .043$) e o nível socioeconómico ($r = -.17, p = .048$). Por oposição, os relatos de ansiedade na relação com a mãe associaram-se positivamente com ter uma criança de sexo masculino ($r = .26, p = .003$), com o relato materno de sofrer problemas

emocionais/comportamentais ($r = .21, p = .015$) e com a história de punição da mãe na infância ($r = .17, p = .046$). Por sua vez, os relatos de ansiedade na relação com o pai associaram-se negativamente com a escolaridade ($r = -.28, p = .003$) e o nível socioeconómico ($r = -.24, p = .010$). Além disso, os relatos de ansiedade na relação com o pai associaram-se positivamente com a idade da criança ($r = .22, p = .019$) e o facto de esta ser do sexo masculino ($r = .25, p = .006$). Não foram observadas correlações estatisticamente significativas dos relatos de evitamento na relação com o pai e com a mãe com as características maternas e da criança.

A Tabela 6 sumaria as correlações de *Pearson* entre as representações de vinculação do adulto, as atribuições de gravidade e intencionalidade, reações emocionais antecipadas e as práticas disciplinares face aos diferentes tipos de comportamentos de desobediência em diferentes contextos, controlando as características maternas e da criança associadas às variáveis sob estudo.

Desobediência física em contexto privado. Controlando as covariáveis, a Tabela 6 mostra que foram observadas correlações negativas estatisticamente significativas entre o relato de evitamento na relação com a mãe e a reação emocional de culpa. O relato de evitamento na relação com o pai revelou uma correlação negativa estatisticamente significativa com o recurso provável a expressar o desapontamento num tom de voz normal.

A Tabela 6 evidencia que não foram observadas correlações estatisticamente significativas entre o relato de ansiedade na relação com a mãe, as atribuições, reações emocionais e práticas disciplinares. No que toca à relação com o pai, o relato de ansiedade nesta relação associou-se positivamente com a reação emocional de calma.

Desobediência verbal em contexto privado. Controlando as covariáveis, a Tabela 6 mostra que o relato de evitamento na relação com a mãe revelou correlações negativas estatisticamente significativas com a atribuição de gravidade, as reações emocionais de zanga, culpa e embaraço, o recurso provável a bater no rabo com a mão e a dizer à criança para ir para o quarto. Contudo, não foram observadas correlações estatisticamente significativas entre o relato de evitamento na relação com o pai, as atribuições, as reações emocionais e as práticas disciplinares.

A Tabela 6 também evidencia que o relato de ansiedade na relação com a mãe associou-se negativamente com o recurso à retirada de privilégios por menos de 4-5 dias. No que toca à relação com o pai, o relato de ansiedade nesta relação evidenciou uma correlação positiva estatisticamente significativa com o recurso provável a conversar sobre o problema e

correlações negativas estatisticamente significativas com dar uma ordem ou expressar desapontamento num tom de voz elevado e retirar privilégios por menos de 4-5 dias.

Desobediência física em contexto público. Controlando as covariáveis, a Tabela 6 mostra que o relato de evitamento na relação com a mãe mostrou uma correlação negativa estatisticamente significativa com a preocupação. Contudo, não foram observadas correlações estatisticamente significativas entre o relato de evitamento na relação com o pai, as atribuições, as reações emocionais e as práticas disciplinares.

A Tabela 6 também evidencia que não foram observadas correlações estatisticamente significativas entre o relato de ansiedade na relação com a mãe, as atribuições, as reações emocionais e as práticas disciplinares. No que toca à relação com o pai, o relato de ansiedade nesta relação mostrou uma correlação positiva estatisticamente significativa com o recurso provável a conversar sobre o problema. O relato de ansiedade na relação com o pai também mostrou correlações negativas estatisticamente significativas com dar uma ordem ou expressar desapontamento num tom de voz elevado e dizer à criança que não se gosta quando ela se porta mal.

Desobediência verbal em contexto público. Controlando as covariáveis, a Tabela 6 mostra que os relatos de evitamento na relação com a mãe não evidenciaram correlações estatisticamente significativas com as atribuições, reações emocionais e práticas disciplinares. No que toca à relação com o pai, o relato de evitamento nesta relação revelou uma correlação positiva estatisticamente significativa com conversar sobre o problema.

A Tabela 6 mostra também que o relato de ansiedade na relação com a mãe revelou uma correlação negativa estatisticamente significativa com o recurso provável à retirada de privilégios por menos de 4-5 dias. O relato de ansiedade na relação com o pai revelou uma correlação negativa estatisticamente significativa com o recurso provável a explicar porque o comportamento é errado.

Tabela 6.

Correlações entre as Representações de Vinculação do Adulto (Ansiedade e Evitamento) em relação à Mãe e ao Pai, Atribuições de Gravidade e Intencionalidade, Reações Emocionais e Práticas Disciplinares em Relação à Desobediência Física e Verbal em Contexto Privado e Público

	DF em contexto privado ^a				DV em contexto privado ^a				DF em contexto público ^a				DV em contexto público ^a			
	EvM	Ans M	EvP	AnsP	EvM	AnsM	EvP	AnsP	EvM	AnsM	EvP	AnsP	EvM	Ans M	EvP	AnsP
	<i>r</i>	<i>r</i>	<i>r</i>	<i>r</i>	<i>r</i>	<i>r</i>	<i>r</i>	<i>r</i>	<i>r</i>	<i>r</i>	<i>r</i>	<i>r</i>	<i>r</i>	<i>r</i>	<i>r</i>	<i>r</i>
<i>Atribuições</i>																
Intencionalidade	-.17	-.12	.02	-.06	-.09	.06	.05	-.02	-.10	-.07	.05	-.03	-.11	-.10	.04	-.05
Gravidade	-.13	-.01	.10	.06	-.27**	.01	.02	-.03	-.11	.01	.10	.00	-.12	.10	.16	.12
<i>Reações emocionais</i>																
Zanga	-.16	-.09	.00	.00	-.20*	.00	-.14	-.16	-.12	-.06	-.04	-.12	-.12	-.06	.03	-.03
Culpa	-.18*	-.01	.01	-.05	-.23*	-.02	-.09	-.07	-.03	-.07	.03	-.11	-.12	.01	.00	.03
Embaraço	.03	.08	.06	.06	-.19*	.03	-.11	-.02	-.08	-.07	.03	-.01	-.10	.00	.01	.05
Preocupação	-.06	.02	.09	-.04	-.11	-.07	.06	-.02	-.25**	-.04	.03	-.14	-.12	-.04	.13	-.02
Calma	.06	.16	.09	.22*	.02	.01	.11	.09	.17	-.01	.17	.06	-.01	-.04	-.01	-.05
<i>Práticas disciplinares</i>																
Ameaçar bater sem o fazer	-.11	.03	-.13	-.04	.01	.14	-.09	-.06	-.17	-.03	-.14	-.15	-.14	.12	-.07	-.11
Ameaçar pôr de castigo	-.12	.01	.05	.04	-.05	-.02	-.04	-.03	-.08	-.07	-.09	-.11	-.12	-.06	.03	-.14
Bater no rabo com a mão aberta	-.04	.08	-.12	-.05	-.21*	.07	-.13	-.06	-.04	.16	-.09	-.05	-.14	.12	-.07	-.12
Beliscar a criança	.08	-.06	.04	.00	-.12	-.09	-.02	-.05	-.11	-.02	-.05	-.08	.06	.04	.13	.03
Conversar sobre o problema	.00	.00	.05	.06	-.07	.00	.09	.21*	-.04	-.01	.10	.24*	.09	-.06	.19*	.18
Dar um longo sermão num tom de voz normal	-.08	-.08	-.08	-.04	-.14	-.09	-.10	-.05	-.16	-.04	-.12	.02	-.11	-.06	-.18	.08
Dar um longo sermão num tom de voz elevado	-.02	-.06	-.02	-.10	-.06	-.05	-.12	-.15	.03	-.01	.08	-.18	-.05	-.09	.01	-.12
Dar uma bofetada na cara, na cabeça ou nas orelhas	.04	-.03	.03	-.11	-.08	-.15	-.09	-.17	-.03	.01	-.07	-.09	-.06	-.06	-.11	-.15

	DF em contexto privado ^a				DV em contexto privado ^a				DF em contexto público ^a				DV em contexto público ^a			
	EvM	Ans M	EvP	AnsP	EvM	AnsM	EvP	AnsP	EvM	AnsM	EvP	AnsP	EvM	Ans M	EvP	AnsP
	<i>r</i>	<i>r</i>	<i>r</i>	<i>r</i>	<i>r</i>	<i>r</i>	<i>r</i>	<i>r</i>	<i>r</i>	<i>r</i>	<i>r</i>	<i>r</i>	<i>r</i>	<i>r</i>	<i>r</i>	<i>r</i>
Dar uma ordem num tom de voz elevado	-.03	-.03	-.04	-.11	.02	-.08	-.04	-.23**	-.04	.01	-.06	-.20*	-.01	-.05	-.11	-.15
Dar uma ordem num tom de voz normal	.01	.00	-.09	.03	-.03	-.09	-.09	.02	-.04	-.06	-.15	.00	-.05	-.09	-.12	.10
Dar uma palmada na mão, no braço ou na perna	-.01	.05	-.06	-.02	-.02	-.01	.03	-.08	-.12	.02	-.03	-.11	-.16	-.06	-.01	-.06
Dizer à criança que ela é má, feia ou chamar-lhe outro tipo de nomes	-.10	-.15	.08	-.17	-.07	-.07	-.04	-.07	-.03	.15	.01	.00	-.06	.04	-.02	-.03
Dizer à criança que não se gosta quando ela se porta mal	-.08	-.10	-.04	-.12	.08	-.06	.05	-.16	-.01	-.09	-.03	-.22*	.05	-.01	.04	-.18
Dizer à criança para ir para o quarto	-.06	-.10	-.06	-.16	-.22*	-.16	-.12	-.03	-.03	-.12	-.08	-.03	-.16	-.11	-.06	-.07
Explicar à criança porque o comportamento é errado	.10	.12	.08	.16	.04	.02	.17	.17	.09	.03	.16	.17	-.12	.08	.12	-.21*
Expressar compreensão pelos sentimentos da criança	.07	.07	.05	.12	.05	-.08	.14	.08	.09	.02	.00	.12	.02	.03	.09	.07
Expressar desapontamento num tom de voz normal	-.09	-.10	-.18*	-.13	-.09	-.11	-.01	.03	-.14	-.13	-.11	-.09	-.07	-.01	-.05	.01
Expressar desapontamento num tom de voz elevado	-.08	-.04	-.07	-.12	-.01	-.10	-.01	-.25**	.05	-.06	.03	-.22*	-.07	-.11	-.01	-.16
Ignorar o comportamento da criança	.02	.00	.05	.03	-.04	-.07	.01	-.04	-.04	-.12	-.10	-.14	.00	-.02	.07	.01
Negociar um compromisso com a criança	-.09	-.03	.00	.11	.00	-.02	.15	.14	.03	-.03	.03	.04	.06	-.02	.14	.12
Puxar as orelhas à criança	-.14	-.16	-.06	-.10	-.16	-.13	-.07	-.05	-.08	-.17	.01	-.11	-.03	-.09	.04	.00
Redirecionar a atenção da criança	.02	-.09	.03	-.10	.00	-.11	-.08	-.10	.04	-.08	.08	-.04	-.01	-.15	-.05	-.15
Retirar privilégios por menos de 4 ou 5 dias	-.16	-.15	.10	-.15	-.11	-.21*	.02	-.25**	.02	-.13	.14	-.03	-.03	-.21*	.10	-.10
Retirar privilégios por mais do que 4 ou 5 dias	-.11	-.11	-.12	-.16	-.07	.06	-.17	-.08	-.09	.05	-.07	.03	-.12	.07	-.06	.03

DF refere-se a desobediência física. DV refere-se a desobediência verbal. EvM refere-se a evitamento na relação com a mãe. AnsM refere a ansiedade na relação com a mãe. EvP refere-se a evitamento na relação com o pai. AnsP refere-se a ansiedade na relação com o pai.

^aControlando as características maternas e da criança que foram identificadas como covariáveis das variáveis sob estudo.

* $p < .05$. ** $p < .01$. *** $p < .001$.

Discussão

Esta dissertação teve como objetivos comparar as atribuições, reações emocionais e práticas disciplinares maternas diante de comportamentos de desobediência física e verbal em contextos públicos e privados, considerando o sexo (masculino vs. feminino) e a faixa etária (pré-escolar vs. escolar) da criança. Além disso, foram exploradas as associações entre as representações de vinculação das mães e suas atribuições, reações emocionais e práticas disciplinares em resposta a esses tipos de comportamentos de desobediência.

No que concerne ao **primeiro objetivo de investigação**, os nossos resultados corroboram parcialmente as nossas primeiras e segundas hipóteses de investigação (**H1 e H2**). De facto, verificou-se que, independentemente do tipo (físico vs. verbal) e do contexto (público vs. privado) do comportamento desobediente hipotético descrito, as mães atribuíram uma maior gravidade e intencionalidade, além de expressarem reações emocionais negativas mais intensas, para crianças em idade escolar do que para as crianças em idade pré-escolar. As diferenças nos resultados médios das atribuições e reações emocionais maternas em função da faixa etária foram um pouco mais acentuadas em cenários hipotéticos de desobediência física e verbal, ocorridos em contexto público.

Durante os anos pré-escolares, o desenvolvimento da capacidade de autorregulação das emoções e impulsos, bem como a crescente consciência de padrões de comportamentos certos vs. errados, torna-se uma questão crucial (Sroufe, 2013). Com o avanço da idade da criança, torna-se expectável que a internalização de regras e limites leve as crianças a adaptarem os seus comportamentos e a transgredirem as regras com uma menor frequência (Jaffee, 2013) e que exista um aumento da sua capacidade de autorregulação (Morris et al., 2007). Além disso, a investigação demonstrou que pais fisicamente abusivos tendem a apresentar expectativas mais elevadas de obediência para os seus filhos (Camilo et al., 2020), que podem encontrar-se desajustadas face à fase desenvolvimental em que as crianças se encontram (Crittendent, 2005). Considerando a natureza normativa da amostra, é possível que as mães que participaram no nosso estudo tenham demonstrado uma maior propensão para distinguir a aptidão das crianças em idade pré-escolar e escolar darem resposta às situações hipotéticas apresentadas, tendo em conta a fase desenvolvimental em que se encontravam.

No entanto, contrariamente ao expectável (**H1 e H2**), os nossos resultados não revelaram diferenças estatisticamente significativas nas atribuições e nas reações emocionais maternas, em função do sexo da criança. Independentemente do sexo da criança é possível que

a recusa em cumprir um pedido dos pais por meio da desobediência física (e.g., dar uma palmada ao cuidador) ou verbal (e.g., insistir furiosamente com o cuidador) se afaste dos valores considerados mais importantes a serem cultivados nas crianças em casa – nomeadamente ter boas maneiras – conforme demonstrado pelo estudo dos valores europeus em Portugal (Ramos & Magalhães, 2022).

Relativamente ao **segundo objetivo de investigação**, os nossos resultados foram inconsistentes com a nossa terceira hipótese de investigação (**H3**). Sendo que, não foram encontradas diferenças significativas nas práticas fisicamente coercitivas, em função da faixa etária da criança. Estes resultados contrastam com os encontrados em estudos anteriores que indicaram que a frequência e a severidade da punição física utilizada são mais elevadas em pais de crianças entre os 5 e os 8 anos do que aquela que é exercida por pais de crianças com idades inferiores a 5 anos (e.g., Day et al., 1998; Strauss & Stewart, 1999). Assim, diversos fatores podem ter contribuído para a divergência dos nossos resultados comparativamente aos resultados de estudos anteriores. Primeiramente, são de referir as diferenças metodológicas. Especificamente, os estudos anteriores avaliaram os relatos parentais sobre a frequência de utilização da punição física, enquanto o presente estudo utilizou um instrumento baseado em cenários hipotéticos. Embora esse tipo de instrumento seja útil para mitigar a influência da deseabilidade social nas respostas (Holden & Zambarano, 1992), existe a possibilidade das reações dos pais diante de cenários hipotéticos não refletirem exatamente as ações que estes tomam em situações reais. Seguidamente, é de referir a natureza normativa da amostra. Isto é, a nossa amostra foi composta predominantemente por mães com habilitações superiores, casadas/unidas de facto, satisfeitas com a relação com o companheiro, com um nível socioeconómico médio, sem relatos de problemas de saúde mental. A literatura teórica e empírica tem sugerido que estas características se encontram associadas a uma menor probabilidade de utilização de punição física (e.g., Afifi et al., 2006; Anwar Abdel-Fatah, 2021; Combs-Orme & Cain, 2008; Cuartas et al., 2019b; Culp et al., 1999; Day et al., 1998; Deater-Dechart et al., 1992; Dietz, 2000; Eamon, 2001; Lynskey, 1997; Gershoff, 2002; Giles et al., 1995; Hetherington, et al., 1982; Jackson et al., 1998; Lansford et al., 2015; Lansford, 2020; Nho & Seng, 2017; Pinderhughes et al., 2000; Straus, 1994; Straus & Stewart, 1999; Xu et al., 2000; Ward et al., 2021). Estes fatores podem ter contribuído para que a existência de relatos de recurso provável à existência de punição física (e.g. bater no rabo com a mão, beliscar, dar uma palmada, dar uma bofetada, puxar as orelhas) perante o comportamento de desobediência

da criança fossem reduzidos, nomeadamente em contexto público, onde tais práticas tendem a ser suprimidas ou inibidas (Holden, 1989).

Por outro lado, o modelo bioecológico (Bronfenbrenner & Morris, 2007) destaca a importância de considerar o macro-tempo para compreender as respostas dos pais aos comportamentos das crianças. Dado que, esses resultados podem refletir, em parte, a menor aceitação das práticas de poder coercivo no contexto atual (Lansford, 2022), incluindo em Portugal, após a mudança legislativa que penaliza o uso de práticas fisicamente punitivas (Rancheiro et al., 2023). Em consonância com essa ideia, as mães da nossa amostra mostraram uma maior propensão para conversar sobre o problema com a criança e explicar o porquê do seu comportamento ser errado, quer perante comportamentos de desobediência física, quer perante comportamentos de desobediência verbal, quer em contexto público, quer em contexto privado.

Independentemente do tipo (físico vs. verbal) e do contexto (público vs. privado) dos comportamentos de desobediência, as mães de crianças em idade escolar, relataram a existência de uma maior propensão para ameaçar colocar de castigo, dar um longo sermão em tom de voz normal, dar uma ordem num tom de voz elevado e retirar privilégios por menos de 4-5 dias, comparativamente a mães de crianças em idade pré-escolar. Estes resultados são consistentes com os estudos anteriores, que demonstraram que práticas disciplinares verbalmente mais intensas (e.g. falar em tom de voz mais elevado), que exigem uma maior capacidade de compreensão verbal ou que envolvem a retirada de privilégios, tendem a ser utilizadas com maior frequência à medida que a criança cresce (e.g., Barkin et al., 2007; Jackson et al., 1999; Lawrence et al., 2021; Regalado et al., 2004). A maior propensão para recorrer a estas estratégias pode, de um certo modo refletir a frustração das mães de crianças mais velhas perante comportamentos de desobediência, devido às expectativas que possuem (Lawrence et al., 2021) relativamente à capacidade dos seus filhos se autorregularem e respeitarem padrões comportamentais. Por outro lado, o aumento do recurso a este tipo de estratégias disciplinares à medida que a idade da criança avança também, pode em parte, ser resultado da adaptação que as mães fazem nas suas práticas disciplinares, em função dos recursos cognitivos e socioemocionais crescente dos seus filhos (Lawrence et al., 2021).

A tendência das mães da nossa amostra para relatarem práticas prováveis distintas em função da faixa etária da criança parece ter sido particularmente visível em relação aos comportamentos de desobediência física. A propensão das mães da nossa amostra para ignorar o comportamento da criança, redirecionar a sua atenção e negociar um compromisso com ela

foi reduzida a moderada. Contudo, as mães de crianças em idade pré-escolar relataram um uso mais provável deste tipo de estratégias comparativamente a mães de crianças em idade escolar. Estes resultados vão de encontro à literatura sobre os programas de prevenção de comportamentos de oposição na idade pré-escolar, que reconhece a eficácia de estratégias de disciplina positiva, como ignorar o comportamento da criança e redirecionar a sua atenção, para lidar com esse tipo de comportamentos (e.g. Webster-Stratton & Reid, 2018).

Em contrapartida, as mães de crianças em idade pré-escolar parecem relatar um recurso mais provável a estratégias verbais mais intensas (e.g., dar um longo sermão, dar ordens em tom de voz elevado ou expressar desapontamento) e de retirada da criança (e.g., dizer à criança para ir para o quarto) em relação aos comportamentos de desobediência verbal do que em relação aos comportamentos de desobediência física. A vinheta de desobediência verbal descreve uma situação em que a criança recusa cumprir um pedido do cuidador à hora de refeição, culminando numa insistência furiosa em desobedecer ao cuidador (Watakakosola et al., 2019). Esta situação pode representar, de certa maneira, uma escalada de desobediência após uma repreensão parental, o que, em estudos anteriores foi associado a uma maior probabilidade de desencadear respostas fisicamente coercivas por parte dos pais (Rodriguez & Sutherland, 1999; Gershoff et al., 1999; Holden et al., 1999; Peterson et al., 1994; Ritchie, 1999). Dada a menor aceitabilidade dessas práticas no contexto atual (Lansford, 2022), é possível que a natureza do cenário hipotético de desobediência verbal apresentado tenha contribuído para que as mães relatassem uma maior tendência para utilizar estratégias verbais mais intensas e de retirada.

Em contraste com o contexto privado, o comportamento de desobediência física em contexto público nas crianças em idade escolar parece ter-se associado a relatos de recurso mais provável a respostas verbais mais intensas (e.g., dar um longo sermão ou ordem num tom de voz mais elevado, expressar desapontamento), à aplicação de consequências mais prolongadas (e.g., retirada de privilégios por mais de 4-5 dias) e à utilização de estratégias de retirada (e.g. dizer à criança para ir para o quarto). No caso da desobediência verbal, também foi observada uma maior propensão das mães para aplicar consequências mais prolongadas quando o comportamento ocorre em contexto público do que em contexto privado. A investigação anterior demonstrou que o contexto público tende a ter um efeito supressor ou inibidor em relação ao uso de práticas fisicamente coercivas (e.g., Holden, 1989, Satinski et al., 2023). No entanto, as mães de crianças em idade escolar na nossa amostra tenderam, em média, a considerar os comportamentos de desobediência em contexto público como mais graves do que

em contexto privado. Como mencionado anteriormente, a maior gravidade percebida pode ocorrer em parte, da dissonância deste tipo de comportamento com as qualidades que continuam a ser valorizadas para as crianças, nomeadamente as boas maneiras (Ramos & Magalhães, 2022). Isso pode ter contribuído para a existência de uma maior propensão das mães para mobilizarem práticas disciplinares mais intensas em termos de asserção verbal e de aplicação de consequências às crianças.

Contrariamente à nossa **segunda hipótese de investigação (H2)**, os nossos resultados não foram de encontro à investigação anterior que mostrou que as mães apresentavam uma maior probabilidade de recorrer a práticas fisicamente punitivas com rapazes comparativamente com as raparigas (Anwar et al., 2020; Nho & Seng, 2017). Pelo contrário, em contexto privado, as mães de raparigas relataram um recuso mais provável de bater no rabo com a mão em resposta à desobediência física e verbal, comparativamente às mães de rapazes. Em contexto público, as mães de raparigas também relataram um menor recurso provável à expressão de compreensão em relação aos sentimentos da criança e uma maior propensão para expressar desapontamento num tom de voz mais elevado em resposta à desobediência física do que as mães de rapazes em idade pré-escolar. Perante comportamentos de desobediência verbal no mesmo contexto, as mães de raparigas relataram um recurso mais provável a dar um longo sermão em tom de voz elevado e a dizer à criança que não se gosta quando ela se porta mal do que as mães de rapazes em idade pré-escolar. A reduzida proporção de mães da nossa amostra que selecionaram o recurso provável estratégias fisicamente punitivas requer uma interpretação cautelosa destes resultados. No entanto, a divergência dos resultados face a estudos anteriores (Nho & Seng, 2017; Anwar et al., 2020) pode, em parte, ser explicada pelo facto de a maioria dos estudos anteriores se basear em relatos da frequência da utilização das práticas punitivas ao invés da utilização de cenários hipotéticos. Os estudos anteriores conduzidos com recurso à utilização de cenários hipotéticos não encontraram diferenças de sexo ou identificaram apenas diferenças de sexo de pequena magnitude na utilização de práticas fisicamente punitivas (e.g., Holden, 1989; Satinsky et al., 2023). A maior propensão das mães de raparigas para recorrer a práticas fisicamente punitivas em contexto privado e a estratégias verbais mais intensas em contexto público pode ser compreendida à luz das diferenças de sexo esperadas nas interações sociais. Especificamente, é esperado que as raparigas se envolvam tipicamente em interações sociais mais prolongadas e orientadas por objetivos pró-sociais do que os rapazes (Rose & Smith, 2018). Assim, a discrepância entre os comportamentos sociais esperados das raparigas

e os comportamentos de desobediência física e verbal pode ter contribuído para os resultados observados na nossa amostra.

Quanto ao nosso **terceiro objetivo de investigação**, os nossos resultados são inconsistentes com as nossas quarta e quinta hipóteses de investigação (**H4 e H5**). De facto, as associações entre os relatos de ansiedade e evitamento na relação com os pais e as práticas de punição física foram limitadas, após controlar as covariáveis. Em linha com o modelo processual-contextual (Gershoff, 2002), os nossos resultados parecem sugerir que os fatores do contexto relacional estável são correlatos mais consistentes do recurso provável a práticas fisicamente punitivas face aos diferentes tipos de comportamentos de desobediência, em contexto privado e público. Especificamente, as características do agregado familiar (i.e., maior dimensão do agregado familiar, maior número de filhos, nível socioeconómico mais baixo) e das mães (ser solteira/divorciada e ter história de problemas emocionais/comportamentais) emergiram como correlatos significativos do recurso provável a práticas fisicamente punitivas, em consonância com a investigação anterior (e.g., Afifi et al., 2006; Anwar Abdel-Fatah, 2021; Combs-Orme & Cain, 2008; Cuartas et al., 2019b; Culp et al., 1999; Day et al., 1998; Deater-Dechart et al., 1992; Dietz, 2000; Eamon, 2001; Fergusson & Lynskey, 1997; Giles et al., 1995; Hetherington, et al., 1982; Jackson et al., 1998; Lansford et al., 2015, 2020; Nho & Seng, 2017; Pinderhughes et al., 2000; Straus, 1994; Straus & Stewart, 1999; Xu et al., 2000; Ward et al., 2021).

A história de punição física na infância não emergiu como um correlato significativo do recurso provável a práticas fisicamente punitivas perante os cenários descritos. Este resultado vai de encontro à literatura teórica e empírica que sugeriu que existe uma variabilidade inter-individual na transmissão intergeracional da punição física, em função das características metodológicas (e.g., avaliação prospetiva vs. retrospectiva da punição física e tipo de punição física avaliado) dos estudos (Van IJzerdoorn et al., 2019). No presente estudo, não foram avaliadas práticas mais severas de punição física que mostraram estar associadas ao grau em que estas são perpetuadas na geração seguinte (Jaffee et al., 2013). Embora a proporção de mães que relataram história de punição física na infância tenha sido moderada na nossa amostra, os níveis de evitamento e ansiedade na relação com as figuras parentais foram globalmente baixos a médios. A qualidade percebida das relações com as figuras parentais na infância e as características contextuais (i.e., nível socioeconómico médio, satisfação com a qualidade da relação com o companheiro, relato reduzido de problemas emocionais/comportamentais) atrás mencionadas têm sido apontados na literatura como fatores que previnem a transmissão

intergeracional dos maus-tratos e/ou castigos físicos (Egeland et al., 1988; Jaffee et al., 2013). Por último, os nossos resultados também necessitam de ser interpretados tendo em conta a menor aceitabilidade das práticas fisicamente coercivas no contexto atual (Lansford, 2022). Embora não tenha emergido como um correlato do recurso provável a práticas fisicamente punitivas, a história de punição física na infância (particularmente por parte do pai) associou-se a uma maior propensão para recorrer à ameaça do castigo e a práticas de asserção verbal mais intensas (e.g., dar um sermão ou uma ordem em tom de voz elevado) perante os comportamentos hipotéticos de desobediência, especialmente aqueles que se manifestam verbalmente e em contexto público.

Contrariamente à **quarta hipótese de investigação (H4)**, não observámos correlações estatisticamente significativas entre os relatos de ansiedade na relação com a mãe e com o pai e as práticas fisicamente punitivas. Contudo, a revisão de Jones et al. (2015) também concluiu que as associações positivas entre as representações de vinculação do adulto caracterizadas por níveis mais elevados de ansiedade e as práticas parentais menos responsivas têm sido inconsistentes. Relativamente à relação com a mãe, apenas verificámos que as participantes que descreveram níveis mais elevados de ansiedade relataram uma menor propensão para recorrer à retirada de privilégios perante a desobediência física em contexto privado. Quanto à relação com o pai, as associações significativas entre os níveis de ansiedade e as práticas disciplinares revelaram ser mais vastas. Especificamente, as mães que descreveram níveis mais elevados de ansiedade na relação com o pai também relataram uma menor propensão para a retirada de privilégios face à desobediência verbal em contexto privado. Além disso, estas mães consideraram menos provável recorrer a estratégias de asserção verbal mais intensas (e.g., dar uma ordem ou expressar desapontamento num tom de voz elevado, dizer à criança que não se gosta dela quando ela não se porta bem) perante a desobediência verbal em contexto privado e a desobediência física em contexto público. Em contexto público, verificámos ainda que as mães que relataram níveis mais elevados de ansiedade na relação com o pai se mostraram mais propensas a conversar sobre a desobediência física e a explicar as razões pelas quais a desobediência verbal é desadequada.

Estes resultados distanciam-se dos estudos anteriores que mostraram que os adultos com representações de vinculação caracterizadas por níveis mais elevados de ansiedade tendem a evidenciar comportamentos menos apoiantes e menos construtivos (e.g., asserção verbal mais intensa, menos resolução de problema e colaboração) durante situações de conflito entre pais e filhos (La Valley & Guerrero, 2010). Como referido anteriormente, as divergências

metodológicas entre o nosso estudo e os estudos anteriores em termos da composição das amostras e da operacionalização das práticas de punição física podem, em parte, ter contribuído para os resultados obtidos. Por outro lado, a literatura sugere que as mães que descrevem representações de vinculação pautadas por uma maior sensibilidade face à rejeição e ao abandono na relação com as figuras parentais (Fraley et al., 2000) tendem a caracterizar-se por uma necessidade intensa de proximidade nas relações futuras (Jones et al., 2015), incluindo nas relações pais-criança. É possível que estas mães relatem uma maior propensão para recorrer a estratégias indutivas do que reativas para evitar a rejeição ou o afastamento da criança. Contudo, esta hipótese explicativa necessita de ser testada em estudos futuros.

Por sua vez, as poucas associações estatisticamente significativas que foram identificadas entre os relatos de evitamento e o recurso provável a práticas fisicamente punitivas foram contrárias ao hipotetizado (**H5**) e ao esperado de acordo com a literatura (Jones et al., 2015). De facto, as mães que descreveram níveis mais elevados de evitamento na relação com a figura materna relataram uma menor propensão para bater no rabo com a mão e para recorrer a estratégias de retirada da criança da situação (e.g., dizer à criança para ir para o quarto) perante o comportamento hipotético de desobediência verbal da criança em contexto privado. A investigação existente sobre as associações entre as representações de vinculação do adulto e as práticas parentais disciplinares caracterizou-se por uma grande variabilidade metodológica na forma como as primeiras são operacionalizadas, o que torna difícil a comparação dos resultados entre os estudos (Jones et al., 2015; Lo et al., 2017). Os estudos que identificaram associações entre as representações de vinculação do adulto e as práticas fisicamente punitivas recorreram, na sua maioria, a índices de risco de maus-tratos ou de abuso e a relatos de frequência de utilização da punição corporal (Jones et al., 2015) ao invés de cenários hipotéticos.

Os nossos resultados mostraram ainda que relatos de níveis mais elevados de evitamento na relação com a mãe se associaram com atribuições de menor gravidade face ao cenário de desobediência verbal em contexto privado. Estes resultados podem, em certa medida, ir de encontro às conclusões do estudo conduzido por Leerkes e Siepak (2006, citado por Jones et al., 2015) com estudantes universitários do sexo feminino. De facto, este estudo (Leerkes & Siepak, 2006, citado por Jones et al., 2015) evidenciou que as jovens universitárias com representações de vinculação caracterizadas por níveis mais elevados de evitamento tenderam a considerar menos provável que as reações de raiva de uma criança sejam causadas pelo facto de esta se encontrar emocionalmente desorganizada. As conclusões de Leerkes e Siepak (2006)

vão de encontro à literatura teórica e empírica que mostrou que os adultos com representações de vinculação caracterizadas por níveis elevados de evitamento são mais propensos a ignorar ou a desvalorizar as necessidades das crianças quando estão perturbadas ou precisam de ajuda (Berlin et al., 2011; Edelstein et al., 2004; Rholes et al., 1995; Safyer et al., 2019).

Por outro lado, os nossos resultados mostraram que níveis mais elevados de evitamento na relação com a mãe se associaram com reações emocionais negativas (zanga, culpa, embaraço) menos intensas perante o cenário de desobediência verbal em contexto privado. Do mesmo modo, as mães que descreveram níveis mais elevados de evitamento na relação com a mãe também relataram menores níveis de preocupação face ao cenário de desobediência física em contexto público. Estes resultados relativos às reações emocionais parecem, de certa forma, aproximar-se da literatura teórica, que reconhece que os adultos que relatam representações de vinculação caracterizadas por níveis mais elevados de evitamento experienciam desconforto na expressão das emoções nas relações próximas (Jones et al., 2015), tendendo, por isso, a privilegiar estratégias de afastamento emocional (Edelstein et al., 2004; Fraley et al., 2020). Além disso, alguns estudos anteriores sugeriram que as representações de vinculação do adulto, caracterizadas por níveis mais elevados de evitamento, apenas se associaram a menor responsividade parental quando a criança está altamente desregulada (Jones et al., 2015). É possível que a exposição a cenários hipotéticos no nosso estudo tenha facilitado o distanciamento emocional em relação à desregulação da criança descrita na vinheta por parte das mães que relataram maiores níveis de evitamento na relação com a sua figura materna. Todavia, estas hipóteses explicativas necessitam de ser testadas em estudos futuros.

No que concerne à relação com o pai, os relatos de evitamento nesta relação associaram-se negativamente com o recurso provável à expressão de desapontamento em tom de voz normal face à desobediência física da criança em contexto privado. Estes resultados parecem, em certa medida, ir de encontro à ideia de que os adultos que descrevem níveis mais elevados de evitamento na relação tendem a ser mais propensos a inibir a expressão das suas emoções (Edelstein et al., 2004; Jones et al., 2015). Por outro lado, os relatos de evitamento em relação à figura paterna associaram-se positivamente com a propensão para conversar sobre o problema com a criança. Como referido anteriormente, é possível que o formato do instrumento utilizado (i.e., cenários hipotéticos) tenha, em certa medida, minimizado o grau de desregulação emocional percebido da criança descrita na vinheta. De facto, a literatura tem sugerido o grau de desregulação emocional percebido da criança pode moderar as associações negativas entre

as representações de vinculação do adulto caracterizadas por níveis elevados de evitamento e a responsividade parental (Jones et al., 2015).

Limitações

Como é comum a todas as investigações, a presente investigação apresenta algumas limitações. Primeiramente, a amostra foi recrutada com base num método de amostragem por conveniência em estabelecimentos de ensino da rede de contactos da equipa de investigação e por via online, através da divulgação do estudo em grupos de redes sociais sobre o tema da parentalidade. O reduzido envolvimento de pais do sexo masculino na investigação conduziu a que se tenha optado apenas por analisar os dados recolhidos junto das mães. Além disso, a composição sociodemográfica da amostra revelou ser relativamente homogénea no que toca às habilitações literárias, ao nível socioeconómico, ao estado civil e à região de residência. Este conjunto de fatores limitam a representatividade da amostra e a generalização dos resultados.

Em segundo lugar, esta dissertação fundamentou-se num delineamento transversal que não permite estabelecer a direção das associações entre as variáveis, nem relações de causalidade entre elas.

Em terceiro lugar, o presente estudo utilizou um instrumento de autorrelato das atribuições, reações emocionais e práticas disciplinares perante comportamentos de desobediência das crianças que se baseia em cenários hipotéticos. Embora a desejabilidade social nos relatos de punição física possa ser minimizada com recurso a este tipo de métodos (Holden & Zambarano, 1992), as respostas das participantes podem refletir as atribuições, reações emocionais e práticas parentais que desejariam mobilizar e consideram ser as mais adequadas, mas não corresponder a estas nas interações com os seus filhos em contexto real. Estes resultados podem espelhar, em certa medida, a consciencialização crescente para a promoção de formas de parentalidade positiva para garantir que as crianças possam crescer, livres de punição física e violência dentro das suas próprias casas (Rancheiro et al., 2023). Contudo e embora a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança estabeleça que as crianças têm direito a uma educação livre de violência e castigos físicos (Nações Unidas, 1989) e que os países devem tomar medidas adequadas para as proteger, os estudos evidenciam que a punição física continua a ser uma prática utilizada pelos pais a nível nacional (Salvaterra et al., 2023) e internacional (Cuartas et al., 2019b).

Assim, são necessários estudos futuros que visem colmatar as limitações anteriormente identificadas. No que toca à amostra, é importante conduzir novos estudos com amostras que

incluam os relatos dos pais do sexo masculino e com uma composição sociodemográfica mais heterogênea em termos do nível socioeconómico, das habilitações literárias e da região de residência. No que se refere à recolha de dados, sugerimos que os estudos futuros incluam outros métodos de investigação para avaliar as representações de vinculação dos pais (e.g., entrevistas narrativas) e as suas práticas de punição física perante diferentes comportamentos de desobediência (e.g., combinação de questionários de cenários hipotéticos e autorrelatos sobre a frequência e severidade das práticas de punição física, entrevistas, dados de arquivo). O recurso a múltiplos informantes (e.g., ambos os membros da díade parental) para a recolha de dados sobre as práticas de punição física e a avaliação das respostas parentais face a outro tipo de cenários hipotéticos para além dos comportamentos de desobediência em relação aos cuidadores (e.g., comportamentos agressivos em relação a pares ou outros adultos, danos [in]voluntários à propriedade provocados pela criança) podem contribuir para o avanço do conhecimento sobre o tema. No que concerne ao delineamento da investigação, a condução de estudos longitudinais pode permitir aprofundar a compreensão sobre a evolução, isto é, os padrões de estabilidade e mudança nas atribuições, reações emocionais e respostas parentais em relação aos comportamentos de desobediência da criança ao longo do tempo. Os resultados da presente dissertação parecem ainda sugerir a importância de explorar associações mais complexas entre as representações de vinculação do adulto, os fatores do contexto relacional estável dos pais (e.g., número de filhos, dimensão do agregado familiar, estado civil, história de problemas emocionais e comportamentais), as atribuições, reações emocionais e práticas de punição física e verbal (com diferentes graus de severidade) face a diferentes comportamentos de desobediência das crianças.

Apesar das suas limitações, este estudo representa um passo preliminar na compreensão das associações entre as representações de vinculação maternas e as respostas maternas a comportamentos hipotéticos de desobediência das crianças em contexto público e privado, no nosso país. Apesar de preliminares, estes resultados podem também sugerir algumas implicações para a intervenção desenvolvimental.

Especificamente, os nossos resultados identificaram a presença de diferenças significativas nas atribuições, reações emocionais e respostas comportamentais maternas em relação aos diferentes comportamentos de desobediência, em função da faixa etária da criança (idade pré-escolar vs. idade escolar). Estes resultados parecem, assim, reforçar a importância de as campanhas públicas de sensibilização e de os programas de psicoeducação/capacitação parental serem desenvolvimentalmente sensíveis, de modo a maximizar a efetividade na

promoção de práticas parentais positivas e prevenção de práticas parentais disfuncionais. Por outro lado, os nossos resultados também evidenciaram que as mães de raparigas relatam uma maior propensão para recorrer a práticas fisicamente punitivas em relação à desobediência física em contexto privado e a estratégias verbais mais intensas em contexto público do que as mães de rapazes. Estes resultados parecem reforçar a importância de trabalhar possíveis perspetivas maternas estereotipadas em relação aos comportamentos de desobediência e à forma mais funcional de lhes dar resposta, em função do sexo da criança.

No que toca ao objetivo principal do presente estudo, os resultados obtidos sugerem que os fatores do contexto relacional estável (i.e., maior dimensão do agregado familiar, maior número de filhos, nível socioeconómico mais baixo, ser mãe solteira/separada, história materna de problemas comportamentais e emocionais) emergiram como os correlatos mais consistentes do recurso provável a práticas fisicamente punitivas do que as representações maternas de vinculação. Estes resultados parecem sublinhar a relevância de disponibilizar e facilitar o acesso a programas de psicoeducação/capacitação parental, sensíveis aos contextos de vida das mães que apresentam maior propensão para recorrer a práticas de punição física. Este tipo de programas pode contribuir para evitar a escalada da punição física para o abuso físico, promover «cycle breakers» que previnam a repetição dos padrões abusivos na adolescência e idade adulta e, em última análise, promover a saúde mental e física das gerações futuras.

No contexto dos programas de psicoeducação/capacitação parental, os nossos resultados parecem, contudo, sugerir que pode ser relevante explorar as representações que as mães têm sobre as relações com as suas próprias figuras parentais. De facto, os resultados obtidos mostraram que as mães que relataram maior sensibilidade à rejeição e abandono, especialmente na sua relação com a figura paterna, relataram menor propensão para recorrer ao raciocínio indutivo e a estratégias verbais mais intensas perante a desobediência da criança. Apesar de preliminares, estes resultados sugerem que pode ser importante clarificar as motivações (e.g., consciência de que existem estratégias disciplinares mais adaptativas para lidar com os comportamentos de desobediência ou receio de comprometer a proximidade com a criança) que podem estar subjacentes à propensão das mães que relatam este tipo de experiências na relação com os seus próprios pais para selecionar certas estratégias disciplinares. Por outro lado, os resultados obtidos mostraram que as mães que relataram maior desconforto com a intimidade e a proximidade, especialmente na sua relação com a figura materna, relataram menor propensão para recorrer a estratégias de retirada de privilégios, para considerar os comportamentos de desobediência graves e para descrever reações emocionais

negativas mais intensas perante diferentes comportamentos de desobediência. Do ponto de vista da intervenção, estes resultados sugerem que pode ser importante clarificar as motivações (e.g., compreensão dos comportamentos de desobediência ou distanciamento emocional, dificuldade em identificar os sinais e em responder às necessidades da criança) que podem estar subjacentes à propensão das mães que relatam este tipo de experiências na relação com as suas próprias mães para seleccionar certas estratégias disciplinares.

Referências

- Abdel-Fatah, A. N. (2021). Determinants of severe physical disciplinary practices against children in Egypt. *Child Abuse & Neglect*, *111*(104821), 1–11. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2020.104821>
- Adam, E. K., Gunnar, M. R., & Tanaka, A. (2004). Adult attachment, parent emotion, and observed parenting behavior: Mediator and moderator models. *Child Development*, *75*(1), 110–122. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.2004.00657.x>
- Afifi, T. O., Brownridge, D. A., Cox, B. J., & Sareen, J. (2006). Physical punishment, childhood abuse and psychiatric disorders. *Child Abuse & Neglect*, *30*(10), 1093–1103. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2006.04.006>
- Afifi, T. O., Mota, N. P., Dasiewicz, P., MacMillan, H. L., & Sareen, J. (2012). Physical punishment and mental disorders: Results from a nationally representative US sample. *Pediatrics*, *130*(2), 184–192. <https://doi.org/10.1542/peds.2011-2947>
- Ainsworth, M. D. S. (1967). *Infancy in Uganda: Infant care and the growth of love*. Johns Hopkins University Press.
- Ainsworth, M. D. S., Blehar, M. C., Waters, E., & Wall, S. (1978). *Patterns of attachment: A psychological study of the strange situation*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Ainsworth, M. S. (1989). Attachments beyond infancy. *American psychologist*, *44*(4), 709 – 716. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.44.4.709>.
- Ainsworth, M., Blehar, M., Waters, E., & Wall, S. (1978). *Patterns of attachment: A psychological study of the strange situation*. Erlbaum.
- Alampay, L. P., Godwin, J., Lansford, J. E., Bombi, A. S., Bornstein, M. H., Chang, L., Deater-Deckard, K., Giunta, L. D., Dodge, K. A., Malone, P. S., Oburu, P., Pastorelli, C., Skinner, A. T., Sorbring, E., Tapanya, S., Tirado, L. M. U., Zelli, A., Al-Hassan, S. M., & Bacchini, D. (2017). Severity and justness do not moderate the relation between corporal punishment and negative child outcomes: A multicultural and longitudinal study. *International Journal of Behavioral Development*, *41*(4), 491–502. <https://doi.org/10.1177/0165025417697852>
- Ammaniti, M., Nicolais, G., & Speranza, A. M. (2004). Trauma and attachment: An investigation in abusive parenting. *Archives of Psychiatry and Psychotherapy* *6*(4), 9–22.

- Anwar, Y., Sall, M., Cislighi, B., Miramonti, A., Clark, C., Bar Faye, M., & Canavera, M. (2020). Assessing gender differences in emotional, physical, and sexual violence against adolescents living in the districts of Pikine and Kolda, Senegal. *Child Abuse & Neglect*, 102(104387), 104387. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2020.104387>
- Asscher, J. J., Hermans, J. M. A., & Deković, M. (2008). Effectiveness of the home-start parenting support program: Behavioral outcomes for parents and children. *Infant Mental Health Journal*, 29(2), 95–113. <https://doi.org/10.1002/imhj.20171>
- Ateah, C. A., & Durrant, J. E. (2005). Maternal use of physical punishment in response to child misbehavior: implications for child abuse prevention. *Child Abuse & Neglect*, 29(2), 169–185. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2004.10.010>
- Avezum, M. D. M. de M., Altafim, E. R. P., & Linhares, M. B. M. (2023). Spanking and corporal punishment parenting practices and child development: A systematic review. *Trauma, Violence & Abuse*, 24(5), 3094–3111. <https://doi.org/10.1177/15248380221124243>
- Bandura, A. (1973). Aggression: A Social Learning Analysis. *Stanford law review*, 26(1), 239. <https://doi.org/10.2307/1227918>
- Bandura, A. (1977). *Social learning theory*. Prentice Hall.
- Bandura, A. (1986). *Social foundations of thought and action: A social cognitive theory*. Englewood Cliffs, NJ, 1986(23-28), 2.
- Barkin, S., Scheindlin, B., Ip, E. H., Richardson, I., & Finch, S. (2007). Determinants of parental discipline practices: A national sample from primary care practices. *Clinical Pediatrics*, 46(1), 64–69. <https://doi.org/10.1177/0009922806292644>
- Baumrind, D. (1966). Effects of authoritative parental control on child behavior. *Child development*, 37(4), 887-907. <https://doi.org/10.2307/1126611>
- Baumrind, D. (1967). Child care practices anteceding three patterns of preschool behavior. *Genetic Psychology Monographs*, 75(1), 43–88.
- Baumrind, D. (1968). Authoritarian vs. authoritative parental control. *Adolescence*, 3(11), 255-272.
- Baumrind, D. (1971). Current patterns of parental authority. *Developmental Psychology*, 4(1, Pt.2), 1–103. <https://doi.org/10.1037/h0030372>

- Baumrind, D. (1989). Rearing competent children. Em W. Damon (Ed.), *Child development today and tomorrow* (pp. 349–378). Jossey-Bass Inc, Publishers.
- Baumrind, D. (1991). The influence of parenting style on adolescent competence and substance use. *The Journal of Early Adolescence*, *11*(1), 56–95.
<https://doi.org/10.1177/0272431691111004>
- Baumrind, D., Larzelere, R. E., & Owens, E. B. (2010). Effects of preschool parents' power assertive patterns and practices on adolescent development. *Parenting, Science and Practice*, *10*(3), 157–201. <https://doi.org/10.1080/15295190903290790>
- Beatriz, E., & Salhi, C. (2019). Child discipline in low- and middle-income countries: Socioeconomic disparities at the household- and country-level. *Child Abuse & Neglect*, *94*(104023), 104023. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2019.104023>
- Begle, A. M., & Dumas, J. E. (2011). Child and parental outcomes following involvement in a preventive intervention: Efficacy of the PACE program. *The Journal of Primary Prevention*, *32*(2), 67–81. <https://doi.org/10.1007/s10935-010-0232-6>
- Belsky, J., & Jaffee, S. R. (2015). The multiple determinants of parenting. In D. Cicchetti & D. J. Cohen (Eds.), *Developmental psychopathology: Risk, disorder, and adaptation* (pp. 38–85). John Wiley & Sons, Inc.
<https://doi.org/10.1002/9780470939406.ch2>
- Benavente, R., Justo, J., & Veríssimo, M. (2012). Os efeitos dos maus-tratos e da negligência sobre as representações da vinculação em crianças de idade pré-escolar. *Análise psicológica*, *27*(1), 21–31. <https://doi.org/10.14417/ap.40>
- Berlin, L. J., Appleyard, K., & Dodge, K. A. (2011). Intergenerational continuity in child maltreatment: Mediating mechanisms and implications for prevention. *Child Development*, *82*(1), 162–176. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.2010.01547.x>
- Bernier, A., & Dozier, M. (2003). Bridging the attachment transmission gap: The role of maternal mind-mindedness. *International Journal of Behavioral Development*, *27*(4), 355–365. <https://doi.org/10.1080/01650250244000399>
- Bornstein, M. H. (2016). Determinants of parenting. In D. Cicchetti (Ed.), *Developmental psychopathology: Risk, resilience, and intervention* (3rd ed., pp. 180–270). John Wiley & Sons, Inc. <https://doi.org/10.1002/9781119125556.devpsy405>
- Bowlby, J. (1969). *Attachment and Loss: Attachment, Vol. I*. Basic Books.

- Bowlby, J. (1971). *Attachment and loss: Vol. 1. Attachment*. Basic Books.
- Bowlby, J. (1973). *Attachment and loss. Separation anxiety and anger* (Vol. 2). Basic Books.
- Bowlby, J. (1973). *Attachment and loss: Vol. 2. Separation*. Basic Books.
- Bowlby, J. (1979). The Bowlby-Ainsworth attachment theory. *The Behavioral and Brain Sciences*, 2(4), 637–638. <https://doi.org/10.1017/s0140525x00064955>
- Bowlby, J. (1980). *Attachment and loss: Vol. 3. Loss, sadness and depression*. Basic Books.
- Bowlby, J. (1982). Attachment and loss: Retrospect and prospect. *The American Journal of Orthopsychiatry*, 52(4), 664–678. <https://doi.org/10.1111/j.1939-0025.1982.tb01456.x>
- Bowlby, J. (1982). *Attachment and loss: Vol. 1. Attachment (2d Rev. Ed.)*. Basic Books (Original work published, 1969).
- Bowlby, J. (1988). *A secure base: Parent-child attachment and healthy human development*. Basic Books.
- Bowlby, J. (1989). The role of attachment in personality development and psychopathology. Em S. Greenspan & G. Pollack (Eds.), *The course of life* (Vol. 1, pp. 229–270). International University Press.
- Brennan, K. A., Clark, C. L., & Shaver, P. R. (1998). Self-report measurement of adult attachment: An integrative overview. In J. A. Simpson & W. S. Rholes (Eds.), *Attachment theory and close relationships* (pp. 46–76). The Guilford Press.
- Bronfenbrenner, U. (1977). Toward an experimental ecology of human development. *The American Psychologist*, 32(7), 513–531. <https://doi.org/10.1037/0003-066x.32.7.513>
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. A. (2006). The bioecological model of human development. In W. Damon & R. M. Lerner (Eds.), *Handbook of child psychology, Vol. 1: Theoretical models of human development*. Wiley. <https://doi.org/10.1002/9780470147658.chpsy0114>
- Camilo, C., Garrido, M. V., & Calheiros, M. M. (2020). The social information processing model in child physical abuse and neglect: A meta-analytic review. *Child Abuse & Neglect*, 108(104666), 104666. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2020.104666>
- Cardoso, J., & Veríssimo, M. (2013). Estilos parentais e relações de vinculação. *Análise psicológica*, 31(4), 393-406. <https://doi.org/10.14417/ap.807>

- Carlson, B. E. (1991). Emotionally disturbed children's beliefs about punishment. *Child Abuse & Neglect*, 15(1–2), 19–28. [https://doi.org/10.1016/0145-2134\(91\)90086-s](https://doi.org/10.1016/0145-2134(91)90086-s)
- Carlson, V., Cicchetti, D., Barnett, D., & Braunwald, K. (1989). Disorganized/disoriented attachment relationships in maltreated infants. *Developmental Psychology*, 25(4), 525–531. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.25.4.525>
- Cassidy, J. (2008). The nature of the child's ties. In J. R. Em & P. Cassidy (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (pp. 3–22). Guilford Press.
- Cicchetti, D., & Toth, S. L. (1995). A developmental psychopathology perspective on child abuse and neglect. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 34(5), 541–565. <https://doi.org/10.1097/00004583-199505000-00008>
- Cicchetti, D., & Valentino, K. (2015). An ecological-transactional perspective on child maltreatment: Failure of the average expectable environment and its influence on child development. In D. Cicchetti & D. J. Cohen (Eds.), *Developmental psychopathology: Risk, disorder, and adaptation* (2nd ed., pp. 129–201). John Wiley & Sons, Inc. <https://doi.org/10.1002/9780470939406.ch4>
- Clément, M.-È., & Chamberland, C. (2014). Trends in corporal punishment and attitudes in favour of this practice: Toward a change in societal norms. *Revue Canadienne de Sante Mentale Communautaire [Canadian Journal of Community Mental Health]*, 33(2), 13–29. <https://doi.org/10.7870/cjcmh-2014-013>
- Cohn, D. A., Cowan, P. A., Cowan, C. P., & Pearson, J. (1992). Mothers' and fathers' working models of childhood attachment relationships, parenting styles, and child behavior. *Development and Psychopathology*, 4(3), 417–431. <https://doi.org/10.1017/s0954579400000870>
- Combs-Orme, T., & Cain, D. S. (2008). Predictors of mothers' use of spanking with their infants. *Child Abuse & Neglect*, 32(6), 649–657. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2007.08.006>
- Committee on the Rights of the Child (2006). *General Comment No. 8. The right of the child to protection from corporal punishment and other cruel or degrading forms of punishment*. United Nations.

- Crittenden, P. M. (1988). Distorted patterns of relationship in maltreating families: The role of internal representation models. *Journal of Reproductive and Infant Psychology*, 6(3), 183–199. <https://doi.org/10.1080/02646838808403555>
- Crittenden, P. M. (1990). Internal representational models of attachment relationships. *Infant Mental Health Journal*, 11(3), 259–277. [https://doi.org/10.1002/1097-0355\(199023\)11:3<259::aid-imhj2280110308>3.0.co;2-j](https://doi.org/10.1002/1097-0355(199023)11:3<259::aid-imhj2280110308>3.0.co;2-j)
- Crittenden, P. M., & Ainsworth, M. D. S. (1989). Child maltreatment and attachment theory. In D. Cicchetti & V. Carlson (Eds.), *Child maltreatment: Theory and research on the causes and consequences of child abuse and neglect* (pp. 432–463). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511665707.015>
- Crowell, J. A., & Feldman, S. S. (1988). Mothers' internal models of relationships and children's behavioral and developmental status: A study of mother-child interaction. *Child development*, 59(5), 1273. <https://doi.org/10.2307/1130490>
- Cuartas, J., Grogan-Kaylor, A., Ma, J., & Castillo, B. (2019a). Civil conflict, domestic violence, and poverty as predictors of corporal punishment in Colombia. *Child Abuse & Neglect*, 90, 108–119. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2019.02.003>
- Cuartas, J., McCoy, D. C., Grogan-Kaylor, A., & Gershoff, E. (2020). Physical punishment as a predictor of early cognitive development: Evidence from econometric approaches. *Developmental Psychology*, 56(11), 2013–2026. <https://doi.org/10.1037/dev0001114>
- Cuartas, J., McCoy, D. C., Rey-Guerra, C., Britto, P. R., Beatriz, E., & Salhi, C. (2019b). Early childhood exposure to non-violent discipline and physical and psychological aggression in low- and middle-income countries: National, regional, and global prevalence estimates. *Child Abuse & Neglect*, 92, 93–105. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2019.03.021>
- Cuartas, J., Ward, K. P., Ma, J., & Grogan-Kaylor, A. (2020). Physical punishment and Colombian children and adolescents' cognitive and behavioral outcomes. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 68(101140), 101140. <https://doi.org/10.1016/j.appdev.2020.101140>

- Cuartas, J., Weissman, D. G., Sheridan, M. A., Lengua, L., & McLaughlin, K. A. (2021). Corporal punishment and elevated neural response to threat in children. *Child Development, 92*(3), 821–832. <https://doi.org/10.1111/cdev.13565>
- Culp, R. E., McDonald Culp, A., Dengler, B., & Maisano, P. C. (1999). First-time young mothers living in rural communities use corporal punishment with their toddlers. *Journal of Community Psychology, 27*(4), 503–509. [https://doi.org/10.1002/\(sici\)1520-6629\(199907\)27:4<503::aid-jcop10>3.0.co;2-m](https://doi.org/10.1002/(sici)1520-6629(199907)27:4<503::aid-jcop10>3.0.co;2-m)
- Cyr, C., Euser, E. M., Bakermans-Kranenburg, M. J., & Van Ijzendoorn, M. H. (2010). Attachment security and disorganization in maltreating and high-risk families: A series of meta-analyses. *Development and Psychopathology, 22*(1), 87–108. <https://doi.org/10.1017/S0954579409990289>
- Darling, N., & Steinberg, L. (1993). Parenting style as context: An integrative model. *Psychological Bulletin, 113*(3), 487–496. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.113.3.487>
- Day, R. D., Peterson, G. W., & McCracken, C. (1998). Predicting spanking of younger and older children by mothers and fathers. *Journal of marriage and the family, 60*(1), 79. <https://doi.org/10.2307/353443>
- Deater-Deckard, K., Lansford, J. E., Dodge, K. A., Pettit, G. S., & Bates, J. E. (2003). The development of attitudes about physical punishment: an 8-year longitudinal study. *Journal of Family Psychology: JFP: Journal of the Division of Family Psychology of the American Psychological Association (Division 43), 17*(3), 351–360. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.17.3.351>
- Dietz, T. L. (2000). Disciplining children: characteristics associated with the use of corporal punishment. *Child Abuse & Neglect, 24*(12), 1529–1542. [https://doi.org/10.1016/s0145-2134\(00\)00213-1](https://doi.org/10.1016/s0145-2134(00)00213-1)
- Dix, T. (1991). The affective organization of parenting: Adaptive and maladaptive processes. *Psychological Bulletin, 110*(1), 3–25. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.110.1.3>
- Dix, T., Reinhold, D. P., & Zambarano, R. J. (1990). Mothers' Judgment in Moments of Anger. *Merrill-Palmer Quarterly, 36*(4), 465–486.

- Dixon, L., Browne, K., & Hamilton-Giachritsis, C. (2005). Risk factors of parents abused as children: A mediational analysis of the intergenerational continuity of child maltreatment (Part I). *Journal of Child Psychology and Psychiatry, and Allied Disciplines*, 46(1), 47–57. <https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.2004.00339.x>
- Dixon, L., Browne, K., & Hamilton-Giachritsis, C. (2009). Patterns of risk and protective factors in the intergenerational cycle of maltreatment. *Journal of Family Violence*, 24(2), 111–122. <https://doi.org/10.1007/s10896-008-9215-2>
- Dornbusch, S. M., Ritter, P. L., Leiderman, P. H., Roberts, D. F., & Fraleigh, M. J. (1987). The relation of parenting style to adolescent school performance. *Child development*, 58(5), 1244. <https://doi.org/10.2307/1130618>
- D’Souza, A. J., Russell, M., Wood, B., Signal, L., & Elder, D. (2016). Attitudes to physical punishment of children are changing. *Archives of Disease in Childhood*, 101(8), 690–693. <https://doi.org/10.1136/archdischild-2015-310119>
- Durrant, J. E., & Ensom, R. (2017). Twenty-five years of physical punishment research: What have we learned? *Journal of Korean Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 28(1), 20–24. <https://doi.org/10.5765/jkacap.2017.28.1.20>
- Durrant, J., & Ensom, R. (2012). Physical punishment of children: lessons from 20 years of research. *Journal de l’Association Medicale Canadienne [Canadian Medical Association Journal]*, 184(12), 1373–1377. <https://doi.org/10.1503/cmaj.101314>
- Eamon, M. K. (2001). Antecedents and socioemotional consequences of physical punishment on children in two-parent families. *Child Abuse & Neglect*, 25(6), 787–802. [https://doi.org/10.1016/s0145-2134\(01\)00239-3](https://doi.org/10.1016/s0145-2134(01)00239-3)
- Edelstein, R. S., Alexander, K. W., Shaver, P. R., Schaaf, J. M., Quas, J. A., Lovas, G. S., & Goodman, G. S. (2004). Adult attachment style and parental responsiveness during a stressful event. *Attachment & Human Development*, 6(1), 31–52. <https://doi.org/10.1080/146167303100001659584>
- Egeland, B., Jacobvitz, D., & Sroufe, L. A. (1988). Breaking the cycle of abuse. *Child Development*, 59(4), 1080–1088. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.1988.tb03260.x>
- Fang, X., Fry, D. A., Brown, D. S., Mercy, J. A., Dunne, M. P., Butchart, A. R., Corso, P. S., Maynzyuk, K., Dzhygyr, Y., Chen, Y., McCoy, A., & Swales, D. M. (2015). The

- burden of child maltreatment in the East Asia and Pacific region. *Child Abuse & Neglect*, 42, 146–162. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2015.02.012>
- Fergusson, D. M., & Lynskey, M. T. (1997). Physical punishment/maltreatment during childhood and adjustment in young adulthood. *Child Abuse & Neglect*, 21(7), 617–630. [https://doi.org/10.1016/s0145-2134\(97\)00021-5](https://doi.org/10.1016/s0145-2134(97)00021-5)
- Fernandes, M., Veríssimo, M., Santos, A. J., Ribeiro, O., Vaughn, B. E., Gastelle, M., & Kerns, K. A. (2021). Measurement invariance across mother/child and father/child attachment relationships. *Attachment & Human Development*, 23(1), 56–74. <https://doi.org/10.1080/14616734.2019.1710222>
- Ferrari, A. M. (2002). The impact of culture upon child rearing practices and definitions of maltreatment. *Child Abuse & Neglect*, 26(8), 793–813. [https://doi.org/10.1016/s0145-2134\(02\)00345-9](https://doi.org/10.1016/s0145-2134(02)00345-9)
- Field, A. (2013). *Discovering statistics using IBM SPSS Statistics* (4th ed.). Sage.
- Figueiredo, B. (1998). Maus-tratos à criança e ao adolescente (I): Situação e enquadramento da problemática. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 3, 197–216.
- Fraley, R. C., Heffernan, M. E., Vicary, A. M., & Brumbaugh, C. C. (2011). The Experiences in Close Relationships - Relationship Structures Questionnaire: A method for assessing attachment orientations across relationships. *Psychological Assessment*, 23, 615–625. <https://doi.org/10.1037/a0022898>
- Fraley, R. Chris, Garner, J. P., & Shaver, P. R. (2000). Adult attachment and the defensive regulation of attention and memory: Examining the role of preemptive and postemptive defensive processes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 79(5), 816–826. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.79.5.816>
- Frigerio, A., Costantino, E., Ceppi, E., & Barone, L. (2013). Adult attachment interviews of women from low-risk, poverty, and maltreatment risk samples: Comparisons between the hostile/helpless and traditional AAI coding systems. *Attachment & Human Development*, 15(4), 424–442. <https://doi.org/10.1080/14616734.2013.797266>
- Gershoff, E. T. (2002). Corporal punishment by parents and associated child behaviors and experiences: A meta-analytic and theoretical review. *Psychological Bulletin*, 128(4), 539–579. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.128.4.539>

- Gershoff, E. T. (2008). *Report on physical punishment in the United States: What research tells us about its effects on children*. Center for Effective Discipline.
- Gershoff, E. T. (2013). Spanking and child development: We know enough now to stop hitting our children. *Child Development Perspectives*, 7(3), 133–137. <https://doi.org/10.1111/cdep.12038>
- Gershoff, E. T. (2016). Should parents' physical punishment of children be considered a source of toxic stress that affects brain development? Physical punishment and toxic stress. *Family Relations*, 65(1), 151–162. <https://doi.org/10.1111/fare.12177>
- Gershoff, E. T., & Grogan-Kaylor, A. (2016). Spanking and child outcomes: Old controversies and new meta-analyses. *Journal of Family Psychology: JFP: Journal of the Division of Family Psychology of the American Psychological Association (Division 43)*, 30(4), 453–469. <https://doi.org/10.1037/fam0000191>
- Gershoff, E. T., Sattler, K. M. P., & Ansari, A. (2018). Strengthening causal estimates for links between spanking and children's externalizing behavior problems. *Psychological Science*, 29(1), 110–120. <https://doi.org/10.1177/0956797617729816>
- Gordon, D. A., Jones, R. H., & Nowicki, S., Jr. (1979). A measure of intensity of parental punishment. *Journal of Personality Assessment*, 43(5), 485–496. https://doi.org/10.1207/s15327752jpa4305_9
- Graziano, A. M., & Namaste, K. A. (1990). Parental use of physical force in child discipline: A survey of 679 college students. *Journal of Interpersonal Violence*, 5(4), 449–463. <https://doi.org/10.1177/088626090005004002>
- Grusec, J. E., & Goodnow, J. J. (1994). Impact of parental discipline methods on the child's internalization of values: A reconceptualization of current points of view. *Developmental Psychology*, 30(1), 4–19. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.30.1.4>
- Grusec, J. E., Danyliuk, T., Kil, H., & O'Neill, D. (2017). Perspectives on parent discipline and child outcomes. *International Journal of Behavioral Development*, 41(4), 465–471. <https://doi.org/10.1177/0165025416681538>
- Guisso, L., Bolze, S. D. A., & Viera, M. L. (2019). Práticas parentais positivas e programas de treinamento parental: Uma revisão sistemática da literatura. *Contextos Clínicos*, 12(1). <https://doi.org/10.4013/ctc.2019.121.10>

- Gulliford, H., Deans, J., Frydenberg, E., & Liang, R. (2015). Teaching coping skills in the context of positive parenting within a preschool setting. *Australian Psychologist*, 50(3), 219–231. <https://doi.org/10.1111/ap.12121>
- Gunnar, M., & Quevedo, K. (2007). The neurobiology of stress and development. *Annual Review of Psychology*, 58(1), 145–173. <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.58.110405.085605>
- Hazan, C., & Shaver, P. (1987). Romantic love conceptualized as an attachment process. *Journal of Personality and Social Psychology*, 52(3), 511–524. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.52.3.511>
- Hellmann, A., Kelly, Y., & Watt, R. G. (2015). *Equally protected? A review of the evidence on the physical punishment of children*. Report commissioned by the NSPCC Scotland.
- Hetherington, E. M., Cox, M., & Cox, R. (1982). Effects of divorce on parents and children. Em M. E. Lamb (Ed.), *Nontraditional families: Parenting and child development* (pp. 233–288). Erlbaum.
- Hoffman, M. L. (1960). Power assertion by the parent and its impact on the child. *Child development*, 31(1), 129. <https://doi.org/10.2307/1126389>
- Hoffman, M. L. (1975). Moral internalization, parental power, and the nature of parent-child interaction. *Developmental Psychology*, 11(2), 228–239. <https://doi.org/10.1037/h0076463>
- Hoffman, M. L. (1983). Affective and cognitive processes in moral internalization. Em E. T. Higgins, D. N. Ruble, & W. W. Hartup (Eds.), *Social cognition and social development* (pp. 236–274). Cambridge University Press.
- Holden, G. W. (1989). *Parental selection of responses to misbehavior: The case of physical punishment*. Paper presented at the Biennial Meeting of the Society for Research in Child Development. Kansas City, USA.
- Holden, G. W., & Zambarano, R. J. (1992). Passing the rod: Similarities between parents and their young children in orientations toward physical punishment. Em I. E. Sigel, A. V. McGillicuddy-Delisi, & J. J. Goodnow (Eds.), *Parental belief systems: The psychological consequences for children* (pp. 143–172). Lawrence Erlbaum Associates, Inc.

- Holden, G. W., Coleman, S. M., & Schmidt, K. L. (1995). Why 3-year old children get spanked: Parent and child determinants as reported by college-educated mothers. *Merrill-Palmer Quarterly*, 2(4), 431–452.
- Holden, G. W., Miller, P. C., & Harris, S. D. (1999). The instrumental side of corporal punishment: Parents' reported practices and outcome expectancies. *Journal of marriage and the family*, 61(4), 908. <https://doi.org/10.2307/354012>
- Howard, K. S. (2010). Paternal attachment, parenting beliefs and children's attachment. *Early Child Development and Care*, 180, 157–171. <https://doi.org/10.1080/03004430903415031>
- Huston, A. C. (1983). Socialization, personality, and social development. Em P. H. E. M. Mussen series Ed (Ed.), *Handbook of child psychology* (Vol. 4, pp. 388–467). Wiley.
- Jackson, A. P., Gyamfi, P., Brooks-Gunn, J., & Blake, M. (1998). Employment status, psychological well-being, social support, and physical discipline practices of single black mothers. *Journal of marriage and the family*, 60(4), 894. <https://doi.org/10.2307/353632>
- Jaffee, S. R., Bowes, L., Ouellet-Morin, I., Fisher, H. L., Moffitt, T. E., Merrick, M. T., & Arseneault, L. (2013). Safe, stable, nurturing relationships break the intergenerational cycle of abuse: A prospective nationally representative cohort of children in the United Kingdom. *The Journal of Adolescent Health: Official Publication of the Society for Adolescent Medicine*, 53(4), S4–S10. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2013.04.007>
- Jones, J. D., Brett, B. E., Ehrlich, K. B., Lejuez, C. W., & Cassidy, J. (2014). Maternal attachment style and responses to adolescents' negative emotions: The mediating role of maternal emotion regulation. *Parenting, Science and Practice*, 14(3–4), 235–257. <https://doi.org/10.1080/15295192.2014.972760>
- Jones, J. D., Cassidy, J., & Shaver, P. R. (2015). Parents' self-reported attachment styles: A review of links with parenting behaviors, emotions, and cognitions. *Personality and Social Psychology Review: An Official Journal of the Society for Personality and Social Psychology, Inc*, 19(1), 44–76. <https://doi.org/10.1177/1088868314541858>
- Kane, M. J. (2005). *Contemporary issues in parenting*. Nova Publishers.

- Kaufman, J., & Zigler, E. (1987). Do abused children become abusive parents? *The American Journal of Orthopsychiatry*, 57(2), 186–192. <https://doi.org/10.1111/j.1939-0025.1987.tb03528.x>
- Kerns, K. A., Mathews, B. L., Koehn, A. J., Williams, C. T., & Siener-Ciesla, S. (2015). Assessing both safe haven and secure base support in parent–child relationships. *Attachment & Human Development*, 17(4), 337–353. <https://doi.org/10.1080/14616734.2015.1042487>
- Kim, S., & Jung, J. (2019). The effects of parenting attitudes and disciplinary styles on young children’s problem behaviors as recognized by their parents. *The Korea Association of Yeolin Education*, 27(4), 207–228. <https://doi.org/10.18230/tjye.2019.27.4.207>
- Kobak, R. R., & Sceery, A. (1988). Attachment in late adolescence: Working models, affect regulation, and representations of self and others. *Child development*, 59(1), 135. <https://doi.org/10.2307/1130395>
- Kochanska, G., & Kim, S. (2013). Difficult temperament moderates links between maternal responsiveness and children’s compliance and behavior problems in low-income families: Temperament, parenting, socioemotional outcomes. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, and Allied Disciplines*, 54(3), 323–332. <https://doi.org/10.1111/jcpp.12002>
- Lansford, J. E. (2022). Annual Research Review: Cross-cultural similarities and differences in parenting. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, and Allied Disciplines*, 63(4), 466–479. <https://doi.org/10.1111/jcpp.13539>
- Lansford, J. E., Godwin, J., Uribe Tirado, L. M., Zelli, A., Al-Hassan, S. M., Bacchini, D., Bombi, A. S., Bornstein, M. H., Chang, L., Deater-Deckard, K., Di Giunta, L., Dodge, K. A., Malone, P. S., Oburu, P., Pastorelli, C., Skinner, A. T., Sorbring, E., Tapanya, S., & Alampay, L. P. (2015). Individual, family, and culture level contributions to child physical abuse and neglect: A longitudinal study in nine countries. *Development and Psychopathology*, 27(4pt2), 1417–1428. <https://doi.org/10.1017/s095457941500084x>
- Lansford, J. E., Zietz, S., Putnick, D. L., Deater-Deckard, K., Bradley, R. H., Costa, M., Esposito, G., & Bornstein, M. H. (2020). Men’s and women’s views on acceptability of husband-to-wife violence and use of corporal punishment with children in 21 low-

- and middle-income countries. *Child Abuse & Neglect*, 108(104692), 104692.
<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2020.104692>
- Larzelere, R. E. (2000). *Clinical child and family psychology review*, 3(4), 199–221.
<https://doi.org/10.1023/a:1026473020315>
- Larzelere, R. E., & Kuhn, B. R. (2005). Comparing child outcomes of physical punishment and alternative disciplinary tactics: A meta-analysis. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 8(1), 1–37. <https://doi.org/10.1007/s10567-005-2340-z>
- Larzelere, R. E., Gunnoe, M. L., Ferguson, C. J., & Roberts, M. W. (2019). The insufficiency of the evidence used to categorically oppose spanking and its implications for families and psychological science: Comment on Gershoff et al. (2018). *The American Psychologist*, 74(4), 497–499. <https://doi.org/10.1037/amp0000461>
- Larzelere, R. E., Sather, P. R., Schneider, W. N., Larson, D. B., & Pike, P. L. (1998). Punishment enhances reasoning's effectiveness as a disciplinary response to toddlers. *Journal of marriage and the family*, 60(2), 388.
<https://doi.org/10.2307/353856>
- Lau, J. T. F., Kim, J. H., Tsui, H.-Y., Cheung, A., Lau, M., & Yu, A. (2005). The relationship between physical maltreatment and substance use among adolescents: A survey of 95,788 adolescents in Hong Kong. *The Journal of Adolescent Health: Official Publication of the Society for Adolescent Medicine*, 37(2), 110–119.
<https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2004.08.005>
- Lawrence, J., Haszard, J. J., Taylor, B., Galland, B., Gray, A., Sayers, R., Hanna, M., & Taylor, R. (2021). A longitudinal study of parental discipline up to 5 years. *Journal of Family Studies*, 27(4), 589–606. <https://doi.org/10.1080/13229400.2019.1665570>
- Leerkes, E., & Siepak, K. (2006). Attachment linked predictors of women's emotional and cognitive responses to infant distress. *Attachment and Human Development*, 8, 11–32.
<https://doi.org/10.1080/14616730600594450>
- Lo, C. K. M., Chan, K. L., & Ip, P. (2019). Insecure adult attachment and child maltreatment: A meta-analysis. *Trauma, Violence & Abuse*, 20(5), 706–719.
<https://doi.org/10.1177/1524838017730579>

- Lotto, C. R., Altafim, E. R. P., & Linhares, M. B. M. (2023). Maternal history of childhood adversities and later negative parenting: A systematic review. *Trauma, Violence & Abuse*, 24(2), 662–683. <https://doi.org/10.1177/15248380211036076>
- Ma, J., Han, Y., & Kang, H. R. (2022). Physical punishment, physical abuse, and child behavior problems in South Korea. *Child Abuse & Neglect*, 123(105385), 105385. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2021.105385>
- Maccoby, E. E., & Martin, J. (1983). Socialization in the context of the family: Parent child interaction. In E. M. Hetherington (Ed.), P. H. Mussen (Series Ed.), *Handbook of child psychology: Socialization, personality, and social development* (vol. 4, pp. 1-101). Wiley.
- Machado, C., Gonçalves, M. & Matos, M. (2000). E.C.P.F. – Escala de crenças sobre a punição física. In Machado, C., Gonçalves, M. & Matos, M. (Coords.), *Manual da escala de crenças sobre a punição física e do Inventário de práticas educativas parentais*. Universidade do Minho: Psiquilíbrios Edições.
- Maia, F. D. A., & Soares, A. B. (2019). Diferenças nas práticas parentais de pais e mães e a percepção dos filhos adolescentes. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 10(1), 59. <https://doi.org/10.5433/2236-6407.2019v10n1p59>
- Main, M., Kaplan, N., & Cassidy, J. (1985). Security in infancy, childhood, and adulthood: A move to the level of representation. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 50(1/2), 66-104. <https://doi.org/10.2307/3333827>
- Marganska, A., Gallagher, M., & Miranda, R. (2013). Adult attachment, emotion dysregulation, and symptoms of depression and generalized anxiety disorder. *The American Journal of Orthopsychiatry*, 83(1), 131–141. <https://doi.org/10.1111/ajop.12001>
- Marín, A. H., Piccinini, C. A., & Tudge, J. R. H. (2011). Práticas educativas maternas e paternas aos 24 e aos 72 meses de vida da criança. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, 27(4), 419–427. <https://doi.org/10.1590/s0102-37722011000400005>
- Mikulincer, M., & Shaver, P. R. (2007). *Attachment in adulthood: Structure, dynamics, and change*. Guilford Press.

- Miller, E. K., & Cohen, J. D. (2001). An integrative theory of prefrontal cortex function. *Annual Review of Neuroscience*, 24(1), 167–202.
<https://doi.org/10.1146/annurev.neuro.24.1.167>
- Miller, G. F., Chiang, L., & Hollis, N. (2018). Economics and violence against children, findings from the Violence Against Children Survey in Nigeria. *Child Abuse & Neglect*, 85, 9–16. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.08.021>
- Milner, J. S. (1993). Social information processing and physical child abuse. *Clinical Psychology Review*, 13(3), 275–294. [https://doi.org/10.1016/0272-7358\(93\)90024-g](https://doi.org/10.1016/0272-7358(93)90024-g)
- Milner, J. S. (2000). Social information processing and child physical abuse: Theory and research. In D. J. Hansen (Ed.), *Nebraska Symposium on Motivation Vol. 46, 1998: Motivation and child maltreatment* (pp. 39–84). University of Nebraska Press.
- Moncher, F. J. (1996). The relationship of maternal adult attachment style and risk of physical child abuse. *Journal of Interpersonal Violence*, 11(3), 335–350.
<https://doi.org/10.1177/088626096011003002>
- Monteiro, L., Veríssimo, M., Vaughn, B. E., Santos, A. J., & Fernandes, M. (2014). Análise do fenómeno de base segura em contexto familiar: As relações criança/mãe e criança/pai. *Psicologia*, 22(1), 105. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v22i1.340>
- Moreira, H., Martins, T., Gouveia, M. J., & Canavarro, M. C. (2015). Assessing adult attachment across different contexts: Validation of the Portuguese version of the experiences in close relationships–relationship structures questionnaire. *Journal of Personality Assessment*, 97(1), 22–30. <https://doi.org/10.1080/00223891.2014.950377>
- Morris, A. S., Silk, J. S., Steinberg, L., Myers, S. S., & Robinson, L. R. (2007). The role of the family context in the development of emotion regulation. *Social Development*, 16(2), 361–388. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9507.2007.00389.x>
- Nações Unidas. (1989). *Convenção sobre os Direitos da Criança*. Assembleia Geral das Nações Unidas.
- Nho, C. R., & Seng, T. (2017). Predictors of Cambodian parents’ perceptions of corporal punishment. *Asian Social Work and Policy Review*, 11(2), 168–180.
<https://doi.org/10.1111/aswp.12123>
- Paquette, D. (2004). Theorizing the father-child relationship: Mechanisms and developmental outcomes. *Human Development*, 47(4), 193–219. <https://doi.org/10.1159/000078723>

- Patias, N. D., Siqueira, A. C., & Dias, A. C. G. (2012). Bater não educa ninguém: Práticas educativas parentais coercitivas e suas repercussões no contexto escolar. *Educação e Pesquisa*, 38(4), 981–996. <https://doi.org/10.1590/s1517-97022012000400013>
- Pears, K. C., & Capaldi, D. M. (2001). Intergenerational transmission of abuse: A two-generational prospective study of an at-risk sample. *Child Abuse & Neglect*, 25(11), 1439–1461. [https://doi.org/10.1016/s0145-2134\(01\)00286-1](https://doi.org/10.1016/s0145-2134(01)00286-1)
- Peterson, L., Ewigman, B., & Vandiver, T. (1994). Role of parental anger in low-income women: Discipline strategy, perceptions of behavior problems, and the need for control. *Journal of Clinical Child Psychology*, 23(4), 435–443. https://doi.org/10.1207/s15374424jccp2304_9
- Pinderhughes, E. E., Dodge, K. A., Bates, J. E., Pettit, G. S., & Zelli, A. (2000). Discipline responses: Influences of parents' socioeconomic status, ethnicity, beliefs about parenting, stress, and cognitive-emotional processes. *Journal of Family Psychology: JFP: Journal of the Division of Family Psychology of the American Psychological Association (Division 43)*, 14(3), 380–400. <https://doi.org/10.1037//0893-3200.14.3.380>
- Rancheiro, T. G. (2022). *Punição física: Crenças dos cuidadores e práticas educativas utilizadas em Portugal*. Dissertação de mestrado não publicada. ISPA – Instituto Universitário, Portugal.
- Rancheiro, T., Guedes, M., & Veríssimo, M. (2023). The role of child, maternal and household factors in the reported use of physical punishment practices by Portuguese mothers. *Análise Psicológica*, 41(1), 29-40. <https://doi.org/10.14417/ap.2029>
- Regalado, M., Sareen, H., Inkelas, M., Wissow, L. S., & Halfon, N. (2004). Parents' discipline of young children: Results from the National Survey of Early Childhood Health. *Pediatrics*, 113(Supplement_5), 1952–1958. <https://doi.org/10.1542/peds.113.s5.1952>
- Rholes, W. S., Simpson, J. A., & Blakely, B. S. (1995). Adult attachment styles and mothers' relationships with their young children. *Personal Relationships*, 2(1), 35–54. <https://doi.org/10.1111/j.1475-6811.1995.tb00076.x>

- Ritchie, K. L. (1999). Maternal behaviors and cognitions during discipline episodes: a comparison of power bouts and single acts of noncompliance. *Developmental Psychology*, 35(2), 580–589. <https://doi.org/10.1037//0012-1649.35.2.580>
- Rodriguez, C. M. (2006). Emotional functioning, attachment style, and attributions as predictors of child abuse potential in domestic violence victims. *Violence and Victims*, 21(2), 199–212. <https://doi.org/10.1891/088667006780644244>
- Rodriguez, C. M., & Sutherland, D. (1999). Predictors of parents' physical disciplinary practices. *Child Abuse & Neglect*, 23(7), 651–657. [https://doi.org/10.1016/s0145-2134\(99\)00043-5](https://doi.org/10.1016/s0145-2134(99)00043-5)
- Rogosch, F. A., Dackis, M. N., & Cicchetti, D. (2011). Child maltreatment and allostatic load: Consequences for physical and mental health in children from low-income families. *Development and Psychopathology*, 23(4), 1107–1124. <https://doi.org/10.1017/s0954579411000587>
- Rose, A. J., & Smith, R. L. (2018). Gender and peer relationships. In W. M. Bukowski, B. Laursen, & K. H. Rubin (Eds.), *Handbook of peer interactions, relationships, and groups* (2nd ed., pp. 571–589). The Guilford Press.
- Russa, M. B., Rodriguez, C. M., & Silvia, P. J. (2014). Frustration influences impact of history and disciplinary attitudes on physical discipline decision making: Physical Discipline Decision Making. *Aggressive Behavior*, 40(1), 1–11. <https://doi.org/10.1002/ab.21500>
- Safyer, P., Volling, B. L., Schultheiss, O. C., & Tolman, R. M. (2019). Adult attachment, implicit motives, and mothers' and fathers' parenting behaviors. *Motivation Science*, 5(3), 220–234. <https://doi.org/10.1037/mot0000112>
- Salvaterra, F., Amaral, R., & Chora, M. (2023). *Será que uma palmada resolve? O que pensa a sociedade sobre os castigos corporais? Relatório de investigação*. Instituto de apoio à criança.
- Savage, L.-É., Tarabulsky, G. M., Pearson, J., Collin-Vézina, D., & Gagné, L.-M. (2019). Maternal history of childhood maltreatment and later parenting behavior: A meta-analysis. *Development and Psychopathology*, 31(1), 9–21. <https://doi.org/10.1017/s0954579418001542>

- Schmidt, B., Staudt, A. C. P., & Wagner, A. (2016). Intervenções para promoção de práticas parentais positivas: Uma revisão integrativa. *Contextos Clínicos*, 9(1).
- Schofield, T. J., Lee, R. D., & Merrick, M. T. (2013). Safe, stable, nurturing relationships as a moderator of intergenerational continuity of child maltreatment: A meta-analysis. *The Journal of Adolescent Health: Official Publication of the Society for Adolescent Medicine*, 53(4), S32–S38. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2013.05.004>
- Selcuk, E., Günaydin, G., Sumer, N., Harma, M., Salman, S., Hazan, C., Dogruyol, B., & Ozturk, A. (2010). Self-reported romantic attachment style predicts everyday maternal caregiving behavior at home. *Journal of Research in Personality*, 44(4), 544–549. <https://doi.org/10.1016/j.jrp.2010.05.007>
- Shaver, P. R., & Mikulincer, M. (2002). Attachment-related psychodynamics. *Attachment & Human Development*, 4(2), 133–161. <https://doi.org/10.1080/14616730210154171>
- Shonkoff, J. P. (2012). Leveraging the biology of adversity to address the roots of disparities in health and development. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 109 Suppl 2(supplement_2), 17302–17307. <https://doi.org/10.1073/pnas.1121259109>
- Simons, D. A., & Wurtele, S. K. (2010). Relationships between parents' use of corporal punishment and their children's endorsement of spanking and hitting other children. *Child Abuse & Neglect*, 34(9), 639–646. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2010.01.012>
- Smith, A. B. (2006). The state of research on the effects of physical punishment. *Social Policy Journal of New Zealand*, 27, 114–127.
- Sroufe, A., & Fleeson, J. (1988). The coherence of family relationships. Em E. R. Hinde & J. Stevenson-Hinde (Eds.), *Relationships within families: Mutual influences* (pp. 27–48). Oxford University Press.
- Sroufe, L. A. (2005). Attachment and development: a prospective, longitudinal study from birth to adulthood. *Attachment & Human Development*, 7(4), 349–367. <https://doi.org/10.1080/14616730500365928>
- Sroufe, L. A. (2013). The promise of developmental psychopathology: past and present. *Development and Psychopathology*, 25(4 Pt 2), 1215–1224. <https://doi.org/10.1017/S0954579413000576>

- Stern, D. N. (1989). The representation of relational patterns: Developmental considerations. In A. J. N. Sameroff & R. Hinde (Eds.), *Relationship disturbances in early childhood* (pp. 52–69). Basic Books.
- Straus, M. A. (1974). Leveling, civility, and violence in the family. *Journal of marriage and the family*, 36(1), 13. <https://doi.org/10.2307/350990>
- Straus, M. A. (1997). Spanking by parents and subsequent antisocial behavior of children. *Archives of Pediatrics & Adolescent Medicine*, 151(8), 761–767. <https://doi.org/10.1001/archpedi.1997.02170450011002>
- Straus, M. A. (2001). New evidence for the benefits of never spanking. *Society*, 38(6), 52–60. <https://doi.org/10.1007/bf02712591>
- Straus, M. A., Hamby, S. L., Finkelhor, D., Moore, D. W., & Runyan, D. (1998). Identification of child maltreatment with the Parent–Child Conflict Tactics Scales: Development and psychometric data for a national sample of American parents: Erratum. *Child Abuse & Neglect*, 22(11), 1177. [https://doi.org/10.1016/S0145-2134\(98\)00095-7](https://doi.org/10.1016/S0145-2134(98)00095-7)
- Straus, M. A., & Mouradian, V. E. (1998). Impulsive corporal punishment by mothers and antisocial behavior and impulsiveness of children. *Behavioral Sciences & the Law*, 16(3), 353–374. [https://doi.org/10.1002/\(sici\)1099-0798\(199822\)16:3<353::aid-bsl313>3.0.co;2-o](https://doi.org/10.1002/(sici)1099-0798(199822)16:3<353::aid-bsl313>3.0.co;2-o)
- Straus, M. A., & Paschall, M. J. (2009). Corporal punishment by mothers and development of children’s cognitive ability: A longitudinal study of two nationally representative age cohorts. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 18(5), 459–483. <https://doi.org/10.1080/10926770903035168>
- Straus, M. A., & Stewart, J. H. (1999). *Clinical child and family psychology review*, 2(2), 55–70. <https://doi.org/10.1023/a:1021891529770>
- Straus, M. A., & Yodanis, C. L. (1996). Corporal punishment in adolescence and physical assaults on spouses in later life: What accounts for the link? *Journal of marriage and the family*, 58(4), 825. <https://doi.org/10.2307/353973>
- Teicher, M. H., Samson, J. A., Anderson, C. M., & Ohashi, K. (2016). The effects of childhood maltreatment on brain structure, function and connectivity. *Nature Reviews. Neuroscience*, 17(10), 652–666. <https://doi.org/10.1038/nrn.2016.111>

- La Valley, A. G., & Guerrero, L. K. (2012). Perceptions of conflict behavior and relational satisfaction in adult parent–child relationships: A dyadic analysis from an attachment perspective. *Communication Research*, 39(1), 48–78.
<https://doi.org/10.1177/0093650210391655>
- van IJzendoorn, M. H. (1995). Adult attachment representations, parental responsiveness, and infant attachment: A meta-analysis on the predictive validity of the Adult Attachment Interview. *Psychological Bulletin*, 117(3), 387–403. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.117.3.387>
- van IJzendoorn, M. H., Bakermans-Kranenburg, M. J., Coughlan, B., & Reijman, S. (2019). Annual Research Review: Umbrella synthesis of meta-analyses on child maltreatment antecedents and interventions: differential susceptibility perspective on risk and resilience. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, and Allied Disciplines*, 61(3), 272–290. <https://doi.org/10.1111/jcpp.13147>
- van IJzendoorn, M. H., Schuengel, C., & Bakermans-kranenburg, M. J. (1999). Disorganized attachment in early childhood: Meta-analysis of precursors, concomitants, and sequelae. *Development and psychopathology*, 11(2), 225–250.
<https://doi.org/10.1017/s0954579499002035>
- Ward, K. P., Grogan-Kaylor, A., Pace, G. T., Cuartas, J., & Lee, S. (2021). Multilevel ecological analysis of the predictors of spanking across 65 countries. *BMJ Open*, 11(8), e046075. <https://doi.org/10.1136/bmjopen-2020-046075>
- Watakakosol, R., Suttiwan, P., Wongcharee, H., Kish, A., & Newcombe, P. A. (2019). Parent discipline in Thailand: Corporal punishment use and associations with myths and psychological outcomes. *Child Abuse & Neglect*, 88, 298–306.
<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.12.002>
- Wei, M., Vogel, D. L., Ku, T.-Y., & Zakalik, R. A. (2005). Adult attachment, affect regulation, negative mood, and interpersonal problems: The mediating roles of emotional reactivity and emotional cutoff. *Journal of Counseling Psychology*, 52(1), 14–24. <https://doi.org/10.1037/0022-0167.52.1.14>
- Wiggers, M., & Paas, F. (2022). Harsh physical discipline and externalizing behaviors in children: A systematic review. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 19(21), 14385. <https://doi.org/10.3390/ijerph192114385>

- Xu, X., Tung, Y.-Y., & Dunaway, R. G. (2000). Cultural, human, and social capital as determinants of corporal punishment: Toward an integrated theoretical model. *Journal of Interpersonal Violence, 15*(6), 603–630. <https://doi.org/10.1177/088626000015006004>
- Zuravin, S. J., & Diblasio, F. A. (1992). Child-neglecting adolescent mothers: How do they differ from their nonmaltreating counterparts? *Journal of Interpersonal Violence, 7*(4), 471–489. <https://doi.org/10.1177/088626092007004004>
- Zuravin, S., McMillen, C., DePanfilis, D., & Risley-Curtiss, C. (1996). The intergenerational cycle of child maltreatment: Continuity versus discontinuity. *Journal of Interpersonal Violence, 11*(3), 315–334. <https://doi.org/10.1177/088626096011003001>